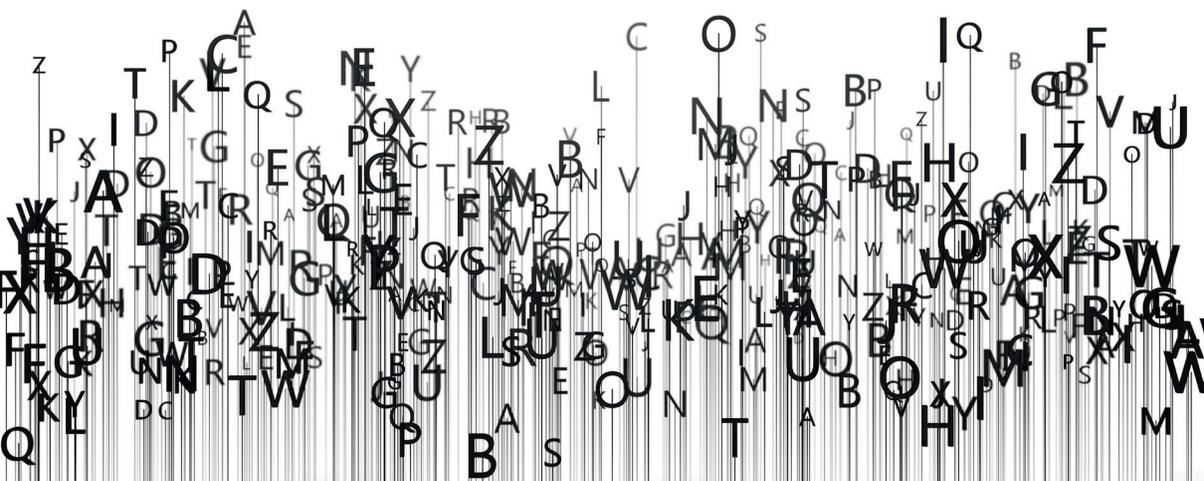


PENSAR POR ESCRITO:
a polêmica arte da autoria

Carmen Lúcia de Oliveira Cabral
Maria Lemos da Costa
Waldirene Pereira de Araújo
Organização

PENSAR POR ESCRITO:

A POLÊMICA ARTE DA AUTORIA



**Carmen Lúcia de Oliveira Cabral
Maria Lemos da Costa
Waldirene Pereira Araújo**

**PENSAR
POR ESCRITO:
A POLÊMICA ARTE DA AUTORIA**

2022

Conselho Editorial

Dr. Clívio Pimentel Júnior - UFOB (BA)

Dra. Edméa Santos - UFRRJ (RJ)

Dr. Valdriano Ferreira do Nascimento - UECE (CE)

Dr^a. Ana Lúcia Gomes da Silva - UNEB (BA)

Dr^a. Eliana de Souza Alencar Marques - UFPI (PI)

Dr. Francisco Antonio Machado Araujo – UFDPAr (PI)

Dr^a. Marta Gouveia de Oliveira Rovai – UNIFAL (MG)

Dr. Raimundo Dutra de Araujo – UESPI (PI)

Dr. Raimundo Nonato Moura Oliveira - UEMA (MA)

Dra. Antonia Almeida Silva - UEFS (BA)

PENSAR POR ESCRITO:

A POLÊMICA ARTE DA AUTORIA

© Carmen Lúcia de Oliveira Cabral

Maria Lemos da Costa

Waldirene Pereira Araújo

1^a edição: 2022

Editoração

Acadêmica Editorial

Diagramação

Danilo Silva

Capa

Marcus Vínicius Machado Ramos

Ficha Catalográfica elaborada de acordo com os padrões estabelecidos no
Código de Catalogação Anglo – Americano (AACR2)

C117p Cabral, Carmen Lúcia de Oliveira.
Pensar por escrito [registro eletrônico]: a polêmica arte da autoria /
Carmen Lúcia de Oliveira Cabral, Maria Lemos da Costa, Waldirene
Pereira Araújo. – Parnaíba, PI: Acadêmica Editorial, 2022.
E-book.

ISBN: 978-65-5999-072-6

1. Pesquisa científica. 2. Escrita acadêmica. 3. Plágio.
I. Costa, Maria Lemos da. II. Araújo, Waldirene Pereira. III. Título.

CDD: 001.42

Bibliotecária Responsável:
Nayla Kedma de Carvalho Santos – CRB 3ª Região/1188

DOI: 10.29327/5148818

Link de acesso: <https://doi.org/10.29327/5148818>

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
PREÂMBULO.....	11
PARTE 1 - BOAS MANEIRAS NA PESQUISA EM EDUCAÇÃO.....	21
PENSAMENTO E LINGUAGEM: DESAFIOS DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO	23
<i>Waldirene Pereira Araújo</i>	
<i>Carmen Lúcia de Oliveira Cabral</i>	
<i>DOI: 10.29327/5148818.1-1</i>	
PESQUISA QUALITATIVA EM EDUCAÇÃO: A ATITUDE ÉTICA DO PESQUISADOR.....	37
<i>Airan Celina Sepúlveda dos Santos Rocha de Abreu</i>	
<i>Carmen Lúcia de Oliveira Cabral</i>	
<i>DOI: 10.29327/5148818.1-2</i>	
APESQUISA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: REFLEXÕES SOBRE INTEGRIDADE NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA.....	53
<i>Rosimeyre Vieira da Silva</i>	
<i>Carmen Lúcia de Oliveira Cabral</i>	
<i>DOI: 10.29327/5148818.1-3</i>	
PARTE 2 - FORMAS DE ESCRITA CIENTÍFICA.....	71
A DIFÍCIL ARTE DE ESCREVER: CAMINHOS E DESCAMINHOS DA ESCRITA ACADÊMICA.....	73
<i>Keyla Cristina da Silva Machado</i>	
<i>Carmen Lúcia de Oliveira Cabral</i>	
<i>DOI: 10.29327/5148818.1-4</i>	
ENTRE A ARTE DE PENSAR E A PRÁTICA DO CRIME DE PLÁGIO: PROPOSTAS PEDAGÓGICAS PARA UMA ESCRITA CIENTÍFICA ÉTICA NA GRADUAÇÃO	91
<i>Eliana Freire do Nascimento</i>	
<i>Maria Lemos da Costa</i>	
<i>DOI: 10.29327/5148818.1-5</i>	

LER E ESCREVER NA PERSPECTIVA ÉTICA: EXPERIÊNCIAS NO CONTEXTO ACADÊMICO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU 111

Lauanda Soares Grangeiro

Carmen Lúcia de Oliveira Cabral

DOI: 10.29327/5148818.1-6

PRODUÇÃO ACADÊMICA X CONHECIMENTO CIENTÍFICO: LIMITES E POSSIBILIDADES 121

Maria Lemos da Costa

Eliana Freire do Nascimento

DOI: 10.29327/5148818.1-7

PARTE 3 - AUTORIA NA ESCRITA ACADÊMICA..... 143

A ÉTICA E A PRÁTICA DO PLÁGIO NO CAMPO DA PESQUISA ACADÊMICA..... 145

Maria Raquel Barros Lima

Carmen Lúcia de Oliveira Cabral

Tiago Pereira Gomes

DOI: 10.29327/5148818.1-8

PLÁGIO E AUTOPLÁGIO: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS 161

Alci Marcus Ribeiro Borges

DOI: 10.29327/5148818.1-9

LEGITIMAR A AUTORIA DA ESCRITA A PARTIR DA PRODUÇÃO DOS SABERES DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR..... 181

Mariângela Santana Guimarães Santos

Solange Santana Guimarães Moraes

DOI: 10.29327/5148818.1-10

SOBRE OS/AS AUTORES/AS 196

ÍNDICE REMISSIVO..... 202

APRESENTAÇÃO

Ao receber os textos originais do livro “Pensar por Escrito: a polêmica da arte da autoria” para elaborar uma apresentação, fiquei duplamente feliz. Por um lado, e de modo inicial, senti-me honrado pelo convite e pela oportunidade de ter acesso em primeira mão à obra. Para, além disso, causou-me felicidade o propósito do livro, posto que traz uma temática central bastante necessária e muito cara a toda gente que vive o cotidiano da vida acadêmica e conhecemos o quão importante é refletir sobre a autoria da produção escrita. Por tudo isso agradeço às organizadoras da obra, Carmen Lúcia de Oliveira Cabral, Maria Lemos da Costa e Waldirene Pereira Araújo, e as cumprimento pela belíssima iniciativa. Sem dúvida, será de grande contribuição.

O livro é constituído por três partes. A primeira delas se volta ao registro das reflexões desenvolvidas por estudiosas/os das temáticas, preocupadas/os em provocar outras análises que instiguem o/a leitor/a (e o/a escritor/a) a pensar boas maneiras de pesquisa em educação. Para tanto desafiam as/os leitoras/es a refletirem sobre temáticas como a articulação entre o pensamento e linguagem como desafio para a produção científica na construção do conhecimento. Na sequência, focalizam a temática acerca da atitude ética da/o pesquisadora/o nos processos de realização da investigação qualitativa em educação. Fecham a primeira parte da obra, destacando a pesquisa na formação de professoras/es: reflexões sobre integridade na produção científica.

Na segunda parte da coletânea, novamente os capítulos escritos por mulheres, os quatro textos se debruçam sobre a discussão acerca das formas da escrita científica. Inicialmente,

destacam as autoras as dificuldades próprias da arte de escrever, pensando os caminhos e descaminhos inerentes à escrita acadêmica.

Depois, seguem a discussão tratando sobre a relação entre pensar sobre o que se escreve de modo a evitar a prática do crime do plágio; isso tratado desde uma perspectiva pedagógica sobre a escrita pautada em princípios éticos.

Em continuidade, as autoras destacam experiências advindas do contexto acadêmico dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, em que os atos de ler e escrever são tratados como exercício pedagógico, considerados desde uma perspectiva ética.

A segunda parte do livro é fechada com a discussão em torno dos limites que podem ser estabelecidos/percebidos no âmbito da relação entre produção acadêmica e conhecimento científico.

A terceira e última parte da coletânea, desta vez contando também com a presença de autores do sexo masculino, embora permaneça com a forte presença feminina, os três capítulos se voltam a pensar sobre a autoria na escrita acadêmica. Assim a discussão sobre plágio é mais uma vez trazida à cena, novamente tratada em paralelo e em relação à prática ética da pesquisa acadêmica.

O penúltimo subtema do livro, também pautado nos princípios orientados pelos princípios da ética, desafia o/a leitor/a a refletir sobre as aproximações e os distanciamentos entre plágio, autoplágio, boa conduta na pesquisa científica, produção e socialização do conhecimento.

Por fim, a coletânea se encerra com o debate acerca do ato de legitimar a autoria da escrita a partir da produção de saberes docentes no contexto do ensino superior. Nesse sentido, a prática é posta como elemento norteador da prática autoral.

Ao todo, o livro se compõe por dez capítulos, os quais constituem uma excelente oportunidade de aprendizagem sobre as temáticas específicas de cada um deles. É possível perceber a organicidade da obra, em que cada capítulo, embora escrito

de modo completo, independente e com tema específico, termina por compor em conjunto, articulado com os demais capítulos, formando um grande arcabouço de discussão sobre o “Pensar por Escrito: a polêmica arte da autoria”.

As organizadoras e demais autores/as da obra souberam reunir temáticas que fazem parte das (pre)ocupações de extrema relevância para o mundo acadêmico. A articulação entre pensamento e linguagem, como desafio da produção científica na construção do conhecimento; o debate acerca da atitude ética do/a pesquisador/a, notadamente quando da realização de pesquisa qualitativa em educação; reflexões sobre integridade na produção científica; o debate sobre o plágio e o autoplágio que circundam o fazer acadêmico-científico; o desenrolar da escrita como arte que se aprende no cuidado cotidiano; a produção do texto acadêmico no contexto da pós-graduação *stricto sensu*; a legitimidade da autoria da escrita a partir da produção dos saberes docente no ensino superior.

Sem dúvida alguma, o livro será muito bem-vindo tanto para quem deseja se aproximar de uma das temáticas dispostas nos capítulos, como para quem precisa ou busca um conhecimento mais amplo acerca do escrever o pensado.

Claudio Pinto Nunes
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
Vitória da Conquista, Bahia, Brasil, durante o frio de 2022.

PREÂMBULO

No contexto da atualidade, na qual as informações circulam em tempo real em virtude dos avanços da tecnologia, discutirmos a produção do conhecimento na escrita acadêmica se constitui em reflexões necessárias sobre como pensar as formas de escrita, os requisitos para torná-la científica, a ética sobre quem é o autor, os critérios de qualidade para a pesquisa, dentre outros aspectos que influenciam na e durante a construção de dados para a produção do conhecimento científico.

O livro “**Pensar por escrito: a polêmica arte da autoria**”, organizado por Carmen Lúcia de Oliveira Cabral, Maria Lemos da Costa e Waldirene Pereira Araújo, professoras pesquisadoras no Ensino Superior e Educação Básica, traz a público um conjunto de textos na modalidade de uma coletânea que tem como elo de articulação a problematização e análise da temática: práticas de boas condutas na pesquisa em educação, com a perspectiva de oportunizar reflexões críticas, posicionamentos e proposições sobre a ética, o plágio e o autoplágio, bem como sobre os dispositivos técnicos que orientam o processo de pesquisa na produção do conhecimento no campo das ciências humanas.

O estudo dessa temática é relevante e urgente em face do alto índice de desconhecimento dos princípios, normalizações e regramentos das boas condutas na pesquisa, escrita e socialização do conhecimento, sendo necessária a discussão deste tema no âmbito da educação formal e informal, bem como nos demais ambientes que trabalhem com a produção e divulgação de conhecimento, para fomentar e ampliar a vigília e o cuidado em torno das práticas que inibem o avanço, a credibilidade e a confiabilidade na produção científica.

Destaca-se que os autores e as autoras desses textos vivem a pesquisa em ambientes culturais diferentes, tanto em relação ao lugar físico, são de várias cidades e instituições de ensino, quanto ao lugar do conhecimento que contribuem na produção, pois uns são juristas, outras pedagogas, bibliotecárias e com formação em letras, sendo que, todos e todas atuam como professoras e professores, uns no Ensino Superior, outros na Educação Básica. Assim, com o intuito de socializar estes estudos, organizou-se esta coletânea que se compõe de dez textos, distribuídos e agrupados em três partes intituladas conforme o foco central na discussão. Na parte 1 - Boas Maneiras na Pesquisa em Educação; 2 - Formas da Escrita Científica; 3 - Autoria na Escrita Acadêmica, apresentando-se os textos nessa sequência, respectivamente.

A Parte 1 - “Boas Maneiras na Pesquisa em Educação” inicia-se com o texto “Pensamento e linguagem: desafios da produção científica na construção do conhecimento”, autoria de Waldirene Pereira Araújo e Carmen Lúcia de Oliveira Cabral, abordando criticamente os desafios que a pesquisa científica enfrenta na construção do conhecimento nos espaços da academia, trazendo estudos como os de Palangana (2002); Souza (2002); Severino (2014); Vilaça (2015); Krokoscz (2012), dentre outros, referentes ao pensamento e a linguagem no processo da formação de um sujeito que pense e viva a realidade sem ficar à margem dos acontecimentos, análise feita com o apoio de referências subsidiadas pela perspectiva histórico-crítica.

Os resultados evidenciam as compreensões acerca do debate sobre as más condutas na investigação científica e na divulgação das pesquisas, bem como a crescente preocupação com a integridade científica, sobretudo, com as constatações de fraudes no âmbito científico se constituindo em desafios éticos, o que revela a necessidade de uma formação ética dos pesquisadores para trabalhar com a complexidade do rigor

na pesquisa em educação vista a produção do conhecimento, bem como repensar a cientometria vigente, os objetivos da academia e da ciência.

Em continuidade, o texto “Pesquisa qualitativa em educação: atitude ética do pesquisador” autoria de Airan Celina Sepúlveda dos Santos Rocha de Abreu e Carmen Lúcia de Oliveira Cabral, analisa como se dá a relação ética estabelecida entre o pesquisador e a realidade pesquisada nas pesquisas em Educação. A partir das postulações teóricas de Bogdan e Biklen (1991), Gamboa (2012), Gatti e André (2013), Moreira e Caleffe (2006), dentre outros, bem como a Resolução 510/2016, que trazem contribuições ao processo investigativo para o campo educacional e como os envolvidos devem conduzir a realização da pesquisa adotando uma postura ética.

Os resultados demonstram a necessidade da/o pesquisadora/o atentar-se sobre a forma de conduzir a investigação e a interação estabelecida com o participante, na preservação e respeito à cultura, crença, aos modos de ser, agir, falar e viver no qual os participantes estão inseridos. O que evidencia a importância do pesquisador, a sua postura ética e o seu papel frente ao objeto de estudo e dos sujeitos que estão envolvidos na investigação.

Na sequência, o texto intitulado “A pesquisa na formação de professores: reflexões sobre integridade na produção científica” das autoras Rosimeyre Vieira da Silva e Carmen Lúcia de Oliveira Cabral problematiza a estrutura da produção científica e a boa conduta na pesquisa científica, a partir da sistematização de reflexões sobre integridade científica no campo da educação. O estudo enfatiza a necessidade de formação de pesquisadores eticamente responsáveis e ampliação das discussões sobre a importância da existência de práticas educativas que objetivem a educação ética na formação de professores pesquisadores.

Realizado na modalidade de oficina, fundamentado nas produções de autores como Gamboa (2012), Krokoszc (2012), Ramose (2002), Severino (2014, 2019) e Silva (2018), foi

desenvolvido a partir de sessões de reflexivas sobre a integridade no trabalho acadêmico com a participação de trinta e três acadêmicos do curso de Licenciatura em Pedagogia, como proposta da disciplina Pedagogia, Epistemologia e Ética. Os dados construídos no decorrer de cada encontro consideraram questionamentos referentes as discussões nas oficinas como: a integridade científica na área da educação e na formação de pesquisadores, a Ética na pesquisa em educação, o plágio e as boas condutas. As análises dos dados revelaram que urgem ações formativas para o ensino da integridade científica, devendo o tema ser inserido no currículo da formação de professores.

Na Parte 2 - “Formas da Escrita Científica”, o texto “A difícil arte de escrever: caminhos e descaminhos da escrita acadêmica”, autoria de Keyla Cristina da Silva Machado e Carmen Lúcia de Oliveira Cabral, discute, a partir de uma pesquisa bibliográfica, a importância da escrita científica e da pesquisa no meio acadêmico, bem como, os procedimentos de produção nas diversas modalidades de formação.

As autoras sob os alicerces teóricos em: Brito (2007), Brasileiro (2013), Bianchetti (2002), Eco (1995), Severino (2009) e FAPESP (2014), dentre outros, destacam as possibilidades e dificuldades que permeiam o ato de redigir no contexto da produção acadêmica e como o pesquisador deve manter-se ético, respeitando a autoria e evitando as más condutas na pesquisa. Os resultados revelam aspectos necessários em torno da escrita científica, pontuando a pesquisa como produtora do conhecimento, devendo-se evitar as más condutas, dentre elas, o plágio, as quais inibem a construção e avanço do conhecimento crítico.

Em continuidade, o trabalho “Entre a arte de pensar e a prática do crime de plágio: propostas pedagógicas sobre a escrita ética”, autoria de Eliana Freire do Nascimento e Maria Lemos da Costa, traz uma pesquisa de natureza bibliográfica cujo objetivo é refletir sobre estratégias de ensino que viabilizem o pensar por escrito em sala de aula no Ensino Superior,

evidenciando a importância na academia, bem como no social acerca do direito autoral, discutindo dispositivos jurídicos de âmbito penal inibidores da prática de plágio e apresentar possíveis propostas pedagógicas e institucionais que fomentem a pesquisa adotando uma postura ética, notadamente nos cursos de graduação. Observa-se que há uma naturalização dessa prática especialmente pela impunidade e falta ética daqueles que praticam o plágio e nas instituições de ensino que não adotam medidas para coibir essa prática de um crime tipificado no Código Penal Brasileiro (BRASIL, 1984).

As autoras embasadas em: Da Silveira, Arruda e Arruda (2021); Ramos e Moraes (2021); McCabe e Bowers (1994); Rodrigues e Lopes (2019); Zuin e Bianchetti (2021) dentre outros, trazem reflexões importantes que permitem fazer uma análise crítica acerca da temática, bem como, pensar em estratégias para combater o plágio. Os resultados apontaram o plágio como um problema a ser enfrentado pelas instituições educacionais e pelos professores, o que requer com urgência um trabalho contínuo para formação ética dos estudantes e adoção de medidas institucionais efetivas para inibir essa prática no ambiente acadêmico.

Na sequência, o texto das autoras Lauanda Soares Grangeiro e Carmen Lúcia de Oliveira Cabral “Ler e escrever na perspectiva ética: experiências no contexto acadêmico dos cursos de Pós-graduação *stricto sensu*”, discute sobre o desenvolvimento da pesquisa em educação no Brasil, nos cursos de Pós-graduação *Stricto Sensu*, destacando que essas pesquisas precisam atender aos critérios éticos necessários para uma escrita científica de qualidade, sendo imprescindível ao pesquisador atender o rigor científico dentro dos segmentos institucionais da sociedade.

Essa pesquisa busca inserir o leitor/pesquisador em contato direto com a revisão de literatura produzida sobre o objeto em estudo. As autoras fundamentadas nos teóricos: Foucault (2001), Possenti (2002), Severino (2015), dentre outros, trazem

discussões relevantes acerca da produção acadêmica nos cursos de Pós-graduação, na perspectiva de uma análise crítica e reflexiva sobre a postura ética.

Os resultados do estudo mostram a importância do pesquisador desenvolver critérios éticos, concernidos por regimentos que objetivem a escrita acadêmica. As autoras compreendem que a produção de um texto, vai além dos símbolos linguísticos que o constitui, ao texto é direcionado uma série de fatores, que o torna um ato social, ou seja, nele está inserido muitos discursos e o escritor precisa entender que para usar um lugar comum, seu discurso é atravessado pelo do outro, tornando-o histórico.

Essa segunda Parte finaliza com o texto “Produção acadêmica x conhecimento científico: limites e possibilidades”, escrito por Maria Lemos da Costa e Eliana Freire do Nascimento, é um estudo de caráter bibliográfico que analisa os limites e as possibilidades para o avanço da ciência, traz análises sobre a relação da produção acadêmica com o conhecimento científico.

As autoras a partir do embasamento teórico em: Fischer (2005), Girardello (2008), Krokosz (2012), Pithan e Vidal (2003), Pinto (1969), Romancini (2007), Severino (2007), dentre outros, apontam que o plágio e o autoplágio aliado a outros fatores se constituem em um dos limites para o avanço da ciência. Com o desenvolvimento da tecnologia a prática do plágio tem aumentado, dada as facilidades que esta proporciona, bem como a dificuldade de punição, o que revela a necessidade de maturidade intelectual e compromisso ético e moral com a construção do conhecimento.

Os resultados do estudo revelam que a produção depende da realização de pesquisas para o avanço do conhecimento científico, nas quais, a escrita com autoria contribuirá para avançarmos em pensamentos e na construção das bases teóricas. Aspectos que requerem por parte das instituições educacionais criarem mecanismo para prevenir e combater a prática do plágio e do autoplágio.

Na Parte 3 - “Autoria na Escrita Acadêmica”, o texto “A ética e a prática do plágio no campo da pesquisa acadêmica” autoria de Maria Raquel Barros Lima, Carmen Lúcia de Oliveira Cabral e Tiago Pereira Gomes discute as influências da internet e suas tecnologias na prática do plágio no campo da pesquisa acadêmica, fundamentado pela observância do pilar ético enquanto diretriz que norteia a investigação científica em educação no contexto da modernidade na era digital.

Ao tecerem reflexões relevantes sobre ética e a prática do plágio, as autoras dialogam com Miranda (2005), Schnaider (2008), Severino (2014), Laraia (2011), Kroskock (2011), dentre outros, considerando o acesso à internet e suas tecnologias resultantes do processo de globalização, quando expõem as más condutas que maculam a ética como diretriz essencial no fazer científico.

Os dados da pesquisa revelam que a prática do plágio não se restringe aos pesquisadores em formação, estando presente em contextos mais amplos, envolvendo agentes/atores, que em tese, seriam responsáveis pela garantia no cumprimento da ética na pesquisa. O processo de globalização pode ter ocasionado prejuízos na produção acadêmica, na medida em que o acesso à internet está incisivamente vinculado à prática do plágio, o qual vem se revelando uma questão cultural construída ao longo do processo de escolarização nos ensinos básico e superior. Aspectos que requerem uma postura ética para a desconstrução do plágio no universo acadêmico e principalmente em relação ao uso da internet e das informações que ali são postos à pesquisa.

Em continuidade, o texto “Plágio e autoplágio: aproximações e distanciamentos”, escrito por Alci Marcus Ribeiro Borges, traz discussões que problematizam e faz uma análise reflexiva em torno da prática do plágio e autoplágio, bem como dos efeitos que atingem a integridade científica, considerado um dos atos reprováveis no âmbito das pesquisas científicas e acadêmicas. A partir de uma revisão bibliográfica, o

autor apresenta concepções acerca da caracterização do plágio e suas modalidades, com o entendimento tradicional de que o autoplágio se aproxima do plágio, a partir dos aportes teóricos em: Culebras *et al.* (2009), Gimenez *et al.* (2014), Moraes (2015), Spinak (2013), dentre outros, bem como de instituições que fomentam a pesquisa: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Os resultados expõem que a prática do plágio, especialmente no campo científico, é presente, cada vez mais, a desafiar a comunidade acadêmica. O que exige a mobilização de um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes capazes de prevenir, detectar, corrigir e penalizar esta prática danosa. Também revelam que as questões que envolvem o autoplágio são controversas, seja quando submetidas aos discursos normativos, seja quando implicam questões éticas.

A Parte 3 finaliza com o texto “Legitimar a autoria da escrita a partir da produção dos saberes docentes no Ensino Superior”, das autoras Mariângela Santana Guimarães Santos e Solange Santana Guimarães Morais, reflete sobre a produção do conhecimento pelo docente do Ensino Superior. Considera a produção escrita, *a priori*, como referência para a definição de atitudes criadoras e representativas socialmente no campo da pesquisa acadêmica.

As autoras destacam a responsabilidade e autonomia por parte daqueles que mediatizam os saberes, buscam superar as interfaces do processo educacional, social e político, o que precisam ser analisados. As Universidades tem um papel importante no momento de produzir os escritos. São representações que devem ser constadas nas práticas do professor, os quais devem adotar política de intervir no cenário onde esteja inserido. Sobretudo nos espaços acadêmicos, em que o profissional em formação é o autor e ator da sua trajetória acadêmica.

Para as discussões fundamentam-se nos seguintes teóricos: Freire (1996), Gauthier (1998), Bombassaro (1992), Masetto (2005), Fiorentini (1998), Campos (2007), Teodoro (2005), dentre outros, que ressaltam a importância do ensino e a pesquisa com vistas a possibilidade de o discente desenvolver a capacidade de investigar, fazer análise crítica, produzir saberes com ética, respondendo as exigências da sociedade. Aspectos revelados nos resultados que trazem a necessidade e a emergência da participação de alunos nesse processo de formação acerca da produção acadêmica de textos científicos a partir da realização de pesquisas.

O livro traz estudos que problematizam a ausência das boas maneiras no campo da produção científica, expondo de forma sistemática, consistente e naturalizada, a prática do plágio e do autoplágio aceito nas instituições escolares de ensino básico e superior, de forma parcimoniosa, acrítica, mesmo sendo do acesso público as normalizações da escrita de autoria, como as normas da ABNT, do Mercosul, ISA, Vancouver entre outras, que fornecem valiosas contribuições que orientam e fortalecem práticas éticas e de autoria no campo da pesquisa e escrita científica. Então, espera-se que a leitura cuidadosa e crítica deste conjunto de estudos, socializado nesta coletânea, contribua com a formação de atitudes vigilantes ao que se refere às boas condutas na produção e divulgação do conhecimento de ações que estejam vinculadas à esfera das investigações. Logo, ressalta-se que a educação pela pesquisa orienta um caminho viável para se alcançar o objetivo de aprender na perspectiva da autonomia, do pensar crítico e criativo.

As Organizadoras

Parte 1
Boas Maneiras na Pesquisa
em Educação



PENSAMENTO E LINGUAGEM: DESAFIOS DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

Waldirene Pereira Araújo

Carmen Lúcia de Oliveira Cabral

DOI: 10.29327/5148818.1-1

Os estudos epistemológicos da produção científica em educação, sobre a diversidade de caminhos investigativos e sobre os paradoxos que desafiam a prática de elaboração do conhecimento científico, problematizam os enfoques teóricos conceituais e metodológicos, expondo as articulações e pertinências no campo da pesquisa em educação. Isso porque esses enfoques, ao serem usados numa realidade complexa, com sentidos e significados definidos e redefinidos pelas subjetividades dos que a instituem, oportunizam interpretações e compreensões diversas, contingenciados às vivências e experiências dos pesquisadores, educadores e demais participantes do estudo.

Pesquisadores do campo da formação humana discutem que o processo de ler e escrever, enquanto práticas de elaboração e socialização de sentidos, são atos constantes na vida das pessoas, para se relacionar significativamente com o mundo, através de um ato comunicacional. Afirmam, ainda, que o processo de humanização, de produzir sentido ao mundo, possibilita perceber que o pensamento e linguagem ao se desmembrarem da atividade prática, os significados dos objetos abstraídos na dinâmica da relação social são internalizados, no processo que se estabelece a subjetividade.

A abordagem da temática “Pensamento e linguagem: desafios da produção científica na construção do conhecimento”, objetiva refletir criticamente as inquietações que a pesquisa científica enfrenta na construção do conhecimento. Este estudo aponta à problemática: quais os desafios enfrentados pela produção científica na construção do conhecimento articulada ao pensamento e linguagem no campo da educação? O reconhecimento da necessidade da análise dessa questão da produção científica impulsionou a realização desse estudo como uma contribuição para as discussões na academia.

Essa temática é relevante na medida em que oportuniza maior visibilidade aos estudos referentes ao pensamento e a linguagem no processo da formação de um sujeito que pense e viva a realidade sem ficar à margem dos acontecimentos, através de referências subsidiados pela perspectiva histórico-crítica.

Para o desenvolvimento deste estudo de natureza teórico-descritiva, utilizamos os recursos da pesquisa bibliográfica, na análise do objeto de estudo através das discussões conceituais do pensamento e linguagem, em vista uma fundamentação teórica, que compreenda a contextualização da temática.

Inicialmente, as discussões giram em torno das relações entre pensamento e linguagem nos processos de leitura e escrita, no campo da produção do conhecimento acadêmico. Em seguida, buscamos evidenciar os desafios presentes na pesquisa em educação, a partir da análise das iniciativas das instituições de pesquisa no que diz respeito ao espaço específico que a área da Educação deve ocupar no âmbito do conhecimento científico. Com intenções conclusivas, apontamos as compreensões em debate sobre as más condutas da investigação científica e divulgação das pesquisas, devido a crescente preocupação com a integridade científica, sobretudo, em razão das fraudes constatadas no âmbito científico.

Pensamento e linguagem: compreensões da leitura crítica à escrita criativa

A subjetividade humana se constitui através dos recursos físicos e da linguagem, mas é no processo de individuação da consciência que a linguagem se apresenta como o mais importante sistema de sinais. Como destaca Palangana (2002, p. 30):

As imagens e representações conceituais invadem a inteligência prática, tornando-a consciente. Quando isso acontece não há mais distinção entre linguagem e pensamento; esses passam a ser sinônimos compondo uma única unidade. Afinal, o que é pensamento, senão um conjunto de imagens, signos e significados gestados em sociedade, portanto, no plano exógeno, e que, justamente pela partilha dos indivíduos nesse plano, termina por se estabelecer no endógeno, enquanto característica de um sujeito?

Nessa discussão, o pensamento não se reduz a linguagem, isto não é possível, Palangana (2002, p. 30), complementa “a linguagem encerra em si o saber, os valores, as normas de conduta, as experiências organizadas pelos antepassados [...]”. A linguagem faz parte do processo de formação do psiquismo desde o nascimento, mas é em relação ao pensamento que suas implicações são fundamentais.

A linguagem está relacionada ao pensamento, ambos se elaboram simultaneamente, por esse motivo, a linguagem reflete as produções no contexto das relações sociais. Como pontua Palangana (2002, p. 34), “[...] linguagem e pensamento coexistem numa cumplicidade indissolúvel, na qual a primeira dá a forma e objetivo da existência do segundo.”. Compreendemos que as funções mentais elaboradas pela linguagem são constituídas e propiciam outras aquisições linguísticas junto ao pensamento. Esclarecemos ainda que, o pensamento não se apresenta diretamente pela linguagem, mas a partir de imagens acompanhadas de sentidos e significados, essas constatações apontam o papel que a mesma desempenha entre o social e o individual.

Nesse contexto de mudanças, Frigotto (1993) afirma que a escola deve estar atenta à sua própria prática, torna-se necessário que o dialeto linguístico, gnosiológico, valorativo, estético e cultural da escola democrática possibilite uma nova ordem social para todos se reconhecerem enquanto cidadãos.

Inicialmente, consideramos a importância do delineamento da leitura e da escrita, em suas diferentes manifestações, esse processo exige uma apropriação do conhecimento teórico sobre as especificidades dos mecanismos em análise, para serem utilizados na possibilidade de desenvolver de forma abrangente os recursos que lhe são peculiares. Como destaca Rosing (2002, p. 68):

[...] os alunos que não leem, por exemplo, apesar de viverem numa sociedade letrada, são produto de uma escola que não tem valorizado o livro suficientemente, desconhece a noção de acervo ou, quando utiliza, nem sempre o faz com critérios de seleção mais rigorosos. Consequentemente, os reflexos na produção textual apresentam qualidade similar constatada durante a leitura.

A autora defende que as atividades de ler e escrever estão intimamente ligadas, o compromisso de viabilizar a leitura no espaço escolar, por exemplo, pressupõe estímulo da produção escrita na perspectiva de desenvolver no aluno a constituição do ser crítico e social. Nessa análise, destacamos o compromisso dos profissionais do ensino sobre o desafio das práticas da leitura para desencadear as possibilidades do processo de atribuição de sentidos da constituição do ato de ler e suas implicações no processo de escrever.

Por essa razão, a perspectiva histórico-crítica surge de forma inovadora e instigante, nas quais as dimensões do pessoal emergem no social, este desenvolvimento está alicerçado no plano das interações considerando que o sujeito pauta sua ação educativa através de uma educação partilhada. O conhecimento é socialmente construído e a escola poderá suprir o aluno de condições para compreender o seu papel na sociedade, enquanto agente social. Como destaca Souza (2002, p. 171):

Na produção textual, a interação do aluno far-se-á com o professor, com os colegas e com os demais elementos da cultura. Tal interação concorrerá para que ele transponha suas necessidades e crie outras, de forma a conquistar a autonomia e ser capaz de compreender a realidade social e a sua própria experiência.

Nesse entendimento, o professor além do domínio da língua, possibilitará aos alunos se apropriarem da leitura e escrita, para participarem enquanto sujeitos ativos da sociedade. Tendo como princípio a palavra carregada de conteúdo relacionado à experiência de ensino, as aulas de Português devem ir além das orientações de regras gramaticais e do trabalho com estruturas isoladas da língua.

O ato de escrever não se constitui numa atividade burocrática, na qual o aluno escreve por escrever sem estabelecer uma relação com o mundo que o cerca. A escrita deve ser uma atividade solidária, como esclarece Souza (2002, p. 172), “[...] deve ser emanada de elementos situados historicamente, de indivíduos, que via linguagem, apropriem-se e transmitam uma experiência que revelem um saber acumulado ao longo das gerações.”. Destacamos, no processo de escrita, o valor do sujeito com o real na apropriação da linguagem oral e escrita.

O nível da escrita aponta as possibilidades de avaliação do envolvimento do autor com a leitura. Rosing (2002, p. 72) destaca, “[...] nem sempre bons leitores e leitores de diferentes manifestações culturais se transformam em competentes produtores de textos escritos, exatamente por não dominarem a complexidade do mecanismo da escrita.”.

No processo de escrita somos desafiados e nos defrontamos com algumas questões relacionadas ao motivo de estarmos escrevendo, sobretudo, a quem será destinado a produção escrita. Por essa razão, quem escreve deve ter compromisso e a preocupação de escrever com clareza. Chamamos a atenção que o processo de escrita poderia não ser problemático ou inibidor caso o exercício da expressão escrita tivesse sido experienciado desde os anos iniciais da escolarização.

Questionamo-nos como acontece o desenvolvimento da escrita no processo de escolarização, percebemos que, na maioria das vezes, o professor de Português associa seu trabalho na promoção da norma culta. O espaço escolar pode e deve ser um ambiente de formação ampla, aprimorando as dimensões e habilidades que constituem seres humanos, considerando que a construção do conhecimento, as relações sociais e as experiências culturais contribuem no desenvolvimento do aluno como sujeito sociocultural.

Consideramos o processo de escolha uma das dificuldades presentes no processo de escrita, por isso escrever é um exercício ético. Como pontua Machado (2008, p. 279), “escrever é um dos fardos da vida, e uma das fontes de sofrimento.” Escrever vai além de técnicas ou métodos eficazes de ensino e aprendizagem, é necessário valorizar a cultura da escrita, através de formas autônomas de escrever.

Os desafios da pesquisa em educação

A compreensão da pesquisa como prática que conduz a produção do conhecimento pode ser o melhor caminho para práticas que estejam vinculadas à esfera das investigações, afirmamos que a educação pela pesquisa conduz um caminho viável para se alcançar um objetivo do aprender a aprender na perspectiva da autonomia, do pensar crítico e criativo.

Nesta contextualização, discutiremos, inicialmente, os desafios da pesquisa em educação com relação a pouca consistência na pesquisa educacional e a falta de tradição teórica que direcione diferentes linhas de pesquisa para estudos sobre o fenômeno da educação. Estes problemas são evidenciados a partir dos questionamentos de Zaia (2002, p. 64), “Qual a tradição científica a que se reporta o campo da educação? Quem são os seus clássicos?” Essas indagações nos remete a compreensão de que os encaminhamentos dos problemas

da pesquisa em educação dependem de diversos campos de conhecimento, como a Psicologia, Sociologia, História, Filosofia, Antropologia, dentre outras áreas.

Afirmamos que as características das etapas dos procedimentos da pesquisa em educação propiciam o entendimento dos desafios para o reconhecimento do seu status científico, Zaia (2002), apresenta três momentos da pesquisa em educação como campo especializado: primeiro, a procura do estatuto científico, momento em que a área de educação começa a ensaiar uma produção autônoma no campo da pesquisa. No segundo momento, a procura da identidade científica, ocorreu o processo de produção intensiva na tradição descritivo/explicativa para o desenvolvimento da consciência da especificidade do conhecimento nas áreas de ciências humanas e sociais, por último foi a procura da hegemonia teórica, significa acesso aos comitês de avaliação para apoio dos órgãos de financiamento, a luta pelo acesso privilegiado aos fóruns de especialização para garantia de espaço permanente nas publicações.

Neste entendimento, argumentamos a necessidade da elaboração do projeto de normas e diretrizes éticas para o desenvolvimento da pesquisa científica na área geral em Ciências Humanas e na área particular das Ciências da Educação, como pontua Severino (2014, p. 207):

Nunca é demais repetir que a finalidade da educação é a humanização, a formação das pessoas humanas, e mais do que qualquer outra prática social, cabe a ela, nessa condição, investir na construção da autonomia das pessoas, respeitando e consolidando sua dignidade.

Percebemos o ser humano num processo contínuo de construção de vir-a-ser, de tornar-se humano, mas esse processo é conflituoso devido a caminhada conjunta com o outro, que ameaça a identidade do eu em construção. Nesta lógica, destacamos a necessidade da sistematização de discussões sobre a ética na pesquisa especificamente na área da Educação no âmbito da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa

no Brasil (ANPED), sendo necessário a continuidade da construção de temas relacionados, sobretudo, aos parâmetros da conduta ética na pesquisa em Educação, na perspectiva da área educacional ocupar um espaço político para ter autonomia referente a regulamentação da ética na pesquisa, independente da área da saúde.

Na área da Educação, a ANPED vem desenvolvendo ações e debates, desde o ano de 2007, sobre ética na pesquisa, mas a aprovação das legislações referente a revisão ética das pesquisas que envolvem seres humanos é realizada no sistema Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), ligada ao Conselho Nacional de Saúde (CNS), através da Resolução CNS n. 196/96 (BRASIL, 1996). Ressaltamos que muitos CEPs estão sob a coordenação por pesquisadores da área da saúde, sendo mínima a representação de profissionais na área das Ciências Humanas e Sociais (CHS), conseqüentemente existem dificuldades para aprovação de projetos na área das CHS.

Com a aprovação da Resolução CNS n. 466/2012 (BRASIL, 2013), em substituição a Resolução CNS n. 196/96, foi criado o sistema oficial de lançamentos de pesquisas para análise e monitoramento do Sistema CEP/CONEP, denominada Plataforma Brasil. Essa tem sido alvo de críticas relacionadas ao sistema de revisão ética que contempla especificamente a área da saúde. Diante destes desafios continuam as ações da ANPED para garantir a autonomia da área das CHSSA, dentre elas destacamos a criação do Fórum das Ciências Humanas, Sociais e Aplicadas (FCHSSA), em 2013.

Em 2017, o referido Fórum propôs a criação do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa nas Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas visando descentralizar as diretrizes nacionais e de controle do credenciamento das comissões locais nas Universidade e Centros de Pesquisa do CEP/CONEP. No entanto, enquanto não se efetivar a criação de um sistema

específico, a ANPED orienta aos pesquisadores da área que participem dos CEPs, para aumentar a representação da área CHSSA.

Compreensões éticas na produção científica

Nas últimas décadas, a credibilidade nas ciências tem sido reforçada e ampliada, através do desenvolvimento científico e tecnológico, o que torna urgente a discussão sobre as práticas das más condutas que constroem a ciência devido à preocupação com a integridade científica. Nesta discussão, iremos direcionar esta reflexão para o campo educacional, considerando que há poucos artigos sobre o tema em pauta.

Segundo Severino (2014), para abordar sobre ética é necessário referenciar duas condições, a saber: a presença da alteridade, a presença do outro e o reconhecimento da dignidade da pessoa. Nesse movimento, a ética envolve o encontro do eu com o outro, através de um exercício da subjetividade e objetividade que posiciona em frente do eu sua alteridade.

Essa consideração aponta o entrelaçamento entre a ética e a política, não há como separar a qualidade ética da qualidade política, por essa razão Vilaça (2015, p. 256), chama a atenção: “[...] as ações humanas não podem ser bem compreendidas fora do contexto que as influencia, pois a ética e a política estão sempre irmanadas e possuem uma dimensão eminentemente prática.”. Seguindo a compreensão sobre os sentidos da ética, Severino (2014, p. 200) pontua dois aspectos correlatos:

[...] de um lado frisa-se a sensibilidade aos valores enquanto esses são justificados mediante uma busca reflexiva por parte dos sujeitos; de outro, convencionou-se chamar igualmente de ética a disciplina filosófica que busca elucidar esses fundamentos.

A compreensão da existência do ser humano enquanto um ser histórico em construção nos permite afirmar que os valores éticos se relacionam com o valor da existência humana. Essa atenção à presença da ética nos espaços acadêmicos e científicos,

produz repercussões na vida cotidiana das pessoas, por essa razão as instituições devem avaliar a produção científica, através de encontros oficiais, devido ao surgimento do aumento de ocorrências de más condutas científicas no meio acadêmico e científico, por exemplo, a fabricação e invenção de dados, falsificação de resultados, plágios e autoplágios.

Ressaltamos que dentre as iniciativas recentes no Brasil, o Conselho Nacional Científico e Tecnológico (CNPq) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), tornaram públicos, em 2014, documentos normativos sobre condutas éticas na produção e divulgação da produção científica.

Outras ações relacionadas a ética na produção científica, são pontuadas por Krokosz (2012), referentes as recomendações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), conforme orientação do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que as instituições de ensino superior devem adotar políticas de informação sobre a propriedade intelectual, através de procedimentos específicos que visem coibir a prática do plágio. No campo da educação Vilaça (2015), destaca dois artigos na Revista Brasileira de Educação (RBE) que abordam o plágio com ênfase no conceito de autor-autoria, ressalta ainda a lacuna na literatura nacional sobre o contexto cientométrico e bibliométrico.

Verificamos a falta de conceituação de valores complexos com foco na responsabilidade do indivíduo pela preservação da integridade ética da pesquisa científica, concordamos que as iniciativas revelam a preocupação com os gestores e das instituições com relação à ética na produção do conhecimento, questionamos a criação de normas de maneira, quase, impositiva para os cientistas, pressupomos que os mesmos possuem maturidade teórica, intelectual, emocional e cultural. Defendemos que, as instituições de pesquisa podem ser as

principais responsáveis pela promoção de uma cultura ética na produção científica entre os pesquisadores vinculados às instituições de fomento.

Considerações finais

O estudo desta temática nos possibilitou o desenvolvimento de um olhar sobre a leitura e a escrita na perspectiva de compreender que são processos que constroem os modos de pensar as práticas sociais. Evidenciamos, quem não se apropria da leitura e escreve de maneira descontextualizada fica à margem da sociedade desprovido da linguagem como um instrumento de integração com o pensamento.

O ato de pesquisar é complexo e necessário para o desenvolvimento de uma sociedade, aponta problematizações para se pensar nas múltiplas e diversas situações que nos envolvem, através de pressupostos teórico-metodológicos que orientam nosso percurso e se (re) fazem junto às nossas experiências que ocorrem no campo da pesquisa. O caminho da pesquisa é amplo, envolve curiosidade e ética na construção do conhecimento.

A reflexão crítica desta temática nos possibilitou a compreensão de que os motivos da problemática são desafios éticos, presentes na formação de novos pesquisadores para trabalharem com a complexidade do rigor científico na pesquisa em educação. A integridade é, principalmente, responsabilidade individual, embora não se eximam as instituições ligadas à pesquisa para o cumprimento das diretrizes éticas.

Identificamos que as iniciativas dos códigos de ética na pesquisa, através das normas, resoluções e outros documentos oficiais direcionam caminhos, muitas vezes, independente da convicção pessoal do pesquisador, isso caracteriza a norma como uma função mais jurídica do que ética, por essa razão, perspectivamos que na elaboração de documentos legais os grupos, comitês e/ou instituições considerem o fundamento

ético a favor da dignidade humana. Reconhecemos que as iniciativas para a integridade da pesquisa científica representam passos significativos para o aprimoramento ético na produção do conhecimento.

Reforçamos a perspectiva da comunidade acadêmica zelar pelo cumprimento das normas éticas a partir da lógica da produtividade sem competição, pragmática ou quantitativa, a partir de práticas de (in)formação sobre a integridade científica no sentido de repensar a cientometria vigente, os objetivos da academia e da ciência, as normas de padronização e qualidade, visando assumir o impacto social e específico de cada área para (re) valorizar a produtividade acadêmica-científica.

Referências

BRASILEIRO, A. M. M. **Manual de produção de textos acadêmicos e científicos**. São Paulo: Atlas, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 196, de 10 de outubro de 1996. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 out. 1996.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 jun. 2013. Seção 1, n. 112, p. 59-62.

CÓDIGO DE BOAS PRÁTICAS CIENTÍFICAS. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). São Paulo, 2014.

FRIGOTTO, G. **Trabalho e educação face a crise de capitalismo: ajuste neoconservador e alternativa democrática**. Tese (Concurso para professor titular) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1993.

KROKOSZ, M. **Autoria e plágio**: um guia para estudantes, professores, pesquisadores e editores. São Paulo: Atlas, 2012.

MACHADO NETTO, A. M. Pânico da folha em branco: para entender e superar o medo de escrever. *In*: BIANCHETTI, L.; MEKSENAS, P. (org.). **A trama do conhecimento**: teoria, método e escrita em ciência e pesquisa. Campinas, SP: Papyrus, 2008. p. 267-286.

PALANGANA, I. C. Trabalho, linguagem e consciência: uma mediação que fundamenta a prática escolar. *In*: BIANCHETTI, L. (org.). **Trama e texto**: leitura crítica, escrita criativa. 2.ed. São Paulo: Summus, 2002. v. 1. p. 19-41.

RÖSING, T. M. K. Se não lêem ou lêem pouco, como esperar que escrevam? *In*: BIANCHETTI, L. (org.). **Trama e texto**: leitura crítica, escrita criativa. 2. ed. São Paulo: Summus, 2002. v. 2. p. 68-79.

SEVERINO, A. J. Dimensão ética da investigação científica. **Revista Práxis Educativa**, v. 9 n. 1 jan./jun. 2014. Disponível em: http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxis_educativa. Acesso em: 13 abr. 2018.

SOUZA, H. C. Produção textual: ação solitária ou solidária. *In*: BIANCHETTI, L. (org.). **Trama e texto**: leitura crítica, escrita criativa. 2. ed. São Paulo: Summus, 2002. v. 1. p. 165-176.

VILAÇA, M. M. Más condutas científicas: uma abordagem crítico comparativa para informar uma reflexão sobre o tema. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20 n. 60 jan./ mar. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n60/1413-2478-rbedu-20-60-0245.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2017.

ZAIA, B. **Pesquisas em educação**: conversas com pós-graduandos. São Paulo: Loyola, 2002.

PESQUISA QUALITATIVA EM EDUCAÇÃO: A ATITUDE ÉTICA DO PESQUISADOR

Airan Celina Sepúlveda dos Santos Rocha de Abreu

Carmen Lúcia de Oliveira Cabral

DOI: 10.29327/5148818.1-2

A utilização da metodologia da pesquisa qualitativa em educação trouxe muitas contribuições para a realidade escolar, pois, através dela pode-se conhecer as diversas realidades escolares, assim como as suas múltiplas dimensões desse espaço educativo que, a partir das divulgações, conhecimento e reconhecimento do que acontece nas escolas, pôde-se dar maior assistência ao processo educacional, seja através do auxílio aos docentes, ao se conhecer as suas maiores dificuldades na escola, seja através de denúncias de condição de trabalho dos professores, autoritarismo na gestão, bullying com os alunos, dentre vários outros aspectos que podem ser explorados.

Nesta perspectiva, o pesquisador da educação tem um papel fundamental na escolha do objeto a ser investigado, procurando conhecê-lo nas suas diferentes nuances de existência, visando contribuir com a ciência, com a sociedade e com a realidade pesquisada. Ao realizar uma pesquisa de campo, o pesquisador, precisa conhecer *in loco* a realidade das escolas e nesse processo geralmente conta com diferentes sujeitos que colaboram com sua pesquisa, oferecendo-lhes relatos de experiências vivenciadas, testemunhos de acontecimentos, pontos de vista, crenças, perspectivas sobre a sua vida ou sobre determinado assunto, dentre outros. Esses sujeitos colaboradores da pesquisa são os sujeitos pesquisados ou interlocutores da pesquisa, que voluntariamente, após convite explícito do pesquisador contribuem de forma significativa e essencial para toda e qualquer pesquisa de campo.

Essa relação pesquisador e pesquisado/interlocutor/colaborador é uma relação que, a depender da natureza da pesquisa, poderá desdobrar-se por muito tempo, até anos. Para tanto, o pesquisador tem um papel fundamental de construir uma relação ética com parceria, respeito e honestidade com o(s) interlocutor(es) do seu estudo. Nisso consiste, o respeito a diferentes opiniões e crenças, honestidade de informações dadas ao interlocutor acerca da pesquisa, valorização das informações obtidas, primazia à preservação da idoneidade e imagem do interlocutor evitando assim que a colaboração deste na pesquisa não lhe cause danos de qualquer natureza.

Para tanto, não somente o bom senso e ética do pesquisador deverão direcionar o seu trabalho, mas também deve ser norteado por documentos que garantam ao interlocutor, uma participação na pesquisa de forma segura e confiável, pois, a preservação dos seus direitos e vontade estará assegurada.

Com essa preocupação norteamos o desenvolvimento deste estudo a partir da questão: como o pesquisador estabelece uma relação ética com o sujeito pesquisado durante uma pesquisa qualitativa em Educação? Assim, objetivamos: analisar como se dá a relação ética estabelecida entre o pesquisador e o sujeito pesquisado durante uma pesquisa qualitativa em Educação.

Desta maneira, estamos embasados teoricamente no que concerne aos estudos sobre a relação pesquisador, realidade pesquisada e a ética na pesquisa, em diferentes autores que discutem a temática: Bogdan e Biklen (1991), Gamboa (2012), Gatti e André (2013), Moreira e Caleffe (2006), dentre outros, assim como a Resolução 510/2016 (BRASIL, 2016) que rege as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais que envolvam pessoas. A metodologia que conduziu a organização deste estudo, enquanto uma pesquisa qualitativa foi a pesquisa bibliográfica em textos variados que durante e após as leituras possibilitaram diálogos reflexivos e críticos para um posterior cotejamento e inferências críticas sobre este tema.

Este capítulo está dividido em duas seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção discutiremos sobre: a pesquisa qualitativa em educação e sua contribuição para a realidade escolar; na segunda seção, nosso enfoque centra-se na relação ética entre o pesquisador e o sujeito pesquisado: respeito, parceria e honestidade.

Contribuição da pesquisa qualitativa na realidade escolar

O propósito desta seção é apresentar a importância da pesquisa qualitativa em Educação para a realidade educacional e o impacto positivo que essa pesquisa trouxe fomentando discussões sobre a realidade encontrada e, conseqüentemente, favorecendo e incentivando mais pesquisas, as trocas de conhecimentos, investimentos públicos e transformações nas práticas educativas.

Pesquisar é uma árdua tarefa que demanda empenho, tempo, dedicação intelectual, preparação emocional, compromisso ético entre outras qualidades. Contudo, tornou-se uma necessidade para que possamos avançar quanto ao conhecimento da realidade que nos cerca e visualizar possibilidades de intervenção, sempre necessária na busca pelo melhoramento, alargamento de horizontes e superação dos limites através da atitude reflexiva e crítica com a perspectiva de redirecionamento da ação. Pautando a pesquisa com esses propósitos, concordamos com o direcionamento dado à pesquisa por Gamboa (2012, p. 114), isto é: “a pesquisa se refere à busca de respostas para um problema, seja do campo empírico, seja do teórico, e prima por uma perspectiva aberta de possibilidades e respostas.”

As pesquisas têm um caráter social, segundo Both *et al.* (2000), ela influencia todos os setores de nossa sociedade e de nossa vida, pública ou privada, visto que, as pesquisas podem ser consideradas instrumentos essenciais na vida das pessoas, contribuindo com o bem estar, qualidade de

vida, saúde, trabalho, entretenimento, dentre outros. Assim, podemos considerar tanto por tornar a prática e a produção humana realidades de estudos, como por oportunizar e ter o reconhecimento dos resultados no retorno à sociedade.

No campo da educação essa condição essencial se confirma ao tomar como realidade de investigação o trabalho do professor, ao fornecer conhecimentos sistemáticos dos processos de ensino e de aprendizagem, das relações estabelecidas na escola, dos fatores que implicam nessas relações, da aprendizagem das crianças, da qualidade e trabalho do professor, dentre outras iniciativas da pesquisa. Investigar possibilita uma ampliação da dimensão reflexiva crítica do professor quanto ao trabalho que realiza em diversas dimensões docentes e educativas, que podem ser exploradas na pesquisa em educação, pressupondo conhecimentos teóricos, críticos, metodológicos e criativos sobre essa realidade e as formas que tece na articulação com o contexto sociocultural, político, econômico e histórico em que está inserida.

Nas análises epistemológicas de Gamboa (2012), quando realizamos uma investigação, para além da produção de um diagnóstico sobre uma problemática ou elaboração de respostas organizadas e pertinentes às questões científicas, estamos elaborando e construindo uma forma particular de fazer ciência, assim como a explicitar uma teoria e uma filosofia extraídas desta relação entre a realidade pesquisada e os referenciais teóricos e metodológicos que subsidiam a pesquisa.

Isso quer dizer que, quando pesquisamos, cada investigador define uma forma própria de se relacionar com a realidade a ser investigada, mas sempre a partir de um método específico e pertinente, bem como ao divulgar o resultado da pesquisa apresentamos uma leitura crítica e única em consonância com a teoria e a cosmovisão em que se situa a realidade pesquisada. Pressuposto também ratificado por Moreira e Caleffe (2006, p. 41): “Pode-se afirmar que toda pesquisa é guiada por pressupostos

e compromissos filosóficos que determinam a maneira pela qual os indivíduos e grupos concebem a natureza e o propósito da pesquisa.”

A pesquisa qualitativa possui como característica fundamental a valorização do contexto de existência da realidade a ser investigado, a atuação do sujeito nesse contexto, suas experiências, crenças, reflexões e pensamentos, assim como as interações que são vivenciadas cotidianamente nesse ambiente, fazendo com que o pesquisador possa compreender e interpretar a realidade, de forma contextualizada, percebendo as nuances e implicações que essas relações estabelecem e se implicam.

Com a perspectiva de mudança de paradigma de pesquisa, Gatti e André (2013, p. 30) argumentam que a pesquisa qualitativa “[...] defende uma visão holística dos fenômenos, isto é, que levem em conta todos os componentes de uma situação em suas interações e influências recíprocas.” As autoras sustentam que esse tipo de pesquisa possui tais características em virtudes da sua abordagem estar fundamentada no referencial da Fenomenologia, que oportuniza análises de caráter interpretativos e subjetivos elaboradas por correntes diversas como o Interacionismo Simbólico, a Etnometodologia, os Estudos Culturais e a Etnografia.

As investigações qualitativas em educação constituem-se os estudos realizados em espaços que se desenvolvem práticas educativas. Esses estudos trazem grandes contribuições para o campo educacional possibilitando intervenções diretas nas realidades pesquisadas e podendo contribuir para a formulação de políticas educacionais coerente com a efetiva realidade dos espaços educativos, como as escolas.

Tais contribuições tornam-se possíveis devido às pesquisas se desenvolverem no interior desses espaços, vivenciados e problematizados por pesquisadores *in loco*, de forma que colhem, analisam e interpretam problemáticas existentes,

sentidas pelos professores, pedagogos, gestores que trabalham e pela comunidade que buscam a educação oferecida, nesses espaços com gerenciamento público, comunitário ou privado.

As pesquisas em educação contribuem para o trabalho dos professores, pois, através delas os docentes podem conhecer, desenvolver e aprimorar habilidades essenciais à sua prática, resultantes de estudos e pesquisas científicas que centrem o processo educativo como objeto de investigação.

Com a realização das pesquisas em educação e posterior divulgação, passamos a conhecer de forma sistemática acontecimentos e situações que apresentam as condições estruturais, infraestruturais, dos recursos humanos e outras próprias das práticas educativas e do processo ensino e aprendizagem, expondo o funcionamento, os êxitos, as lacunas e carências dos espaços educativos. Diante do que, propostas e planejamentos podem ser implementados com vistas ao melhoramento e sucesso dos projetos educacionais através do investimento nos espaços educativos e na valorização dos professores.

Assim, concordando com Moreira e Caleffe (2006), a atividade de pesquisa possibilita a identificação das dificuldades nos espaços educativos com a denúncia das condições de trabalho dos professores e de aprendizagem dos alunos, o entendimento quanto às especificidades de cada modalidade de ensino, autoritarismo na gestão, bullying com/entre os alunos, dentre vários outros aspectos que podem ser explorados nas pesquisas em educação. Salientamos que, tão importante quanto conhecer o resultado de pesquisas para a autoformação dos docentes e de investimentos no campo da educação pelos gestores, também é a participação em pesquisas e a própria realização de pesquisas, práticas pouco fomentadas nos espaços educativos, mas que contribuem com o melhoramento das práticas na docência.

Em virtude do paradigma qualitativo de pesquisa possibilitar um envolvimento maior do pesquisador no ambiente pesquisado, da mesma forma com os interlocutores por conta de sua metodologia exigir uma relação de maior proximidade e envolvimento, conseqüentemente um conhecimento do cotidiano dos espaços pesquisados através de diferentes formas de diálogos com os pares, observações e outros recursos da pesquisa, constatamos mudanças significativas no modo de lidar como os problemas do campo da educação, entre outros aspectos, por se considerar a percepção das pessoas que vivem e convivem nesse espaço. Nesta perspectiva, Gatti e André (2013, p. 34) defendem as contribuições das investigações qualitativas em Educação:

O uso dos métodos qualitativos trouxe grande e variada contribuição ao avanço do conhecimento em Educação, permitindo melhor compreensão dos processos escolares, de aprendizagem, de relações, dos processos institucionais e culturais, de socialização e sociabilidade, do cotidiano escolar em suas múltiplas implicações, das formas de mudança e resiliência presentes nas ações educativas.

Por meio das pesquisas, diferentes enfoques e dimensões específicos da realidade do cotidiano dos espaços educativos puderam ser investigados, contribuindo para o estudo e inovação da prática dos professores, assim como também, outras dimensões desta realidade como a gestão, condições de aprendizagem discente, exploradas nas pesquisas realizadas, que direta ou indiretamente contribuem para melhorar a realidade educacional. As pesquisas qualitativas adotam a abordagem interpretativa da realidade investigada, sendo descrito por Moreira e Caleffe (2006, p. 61):

Para os pesquisadores interpretativistas o propósito da pesquisa é descrever e interpretar o fenômeno do mundo em uma tentativa de compartilhar significados com os outros. A interpretação é a busca de perspectivas seguras em acontecimentos particulares e por *insights* particulares. Ela pode oferecer possibilidades, mas não certezas sobre o que poderá ser o resultado de acontecimentos futuros.

Entretanto, especial atenção deve ser dada a relação estabelecida entre o pesquisador e os interlocutores da pesquisa, ambos estarão interligados durante o processo investigativo em parceria, principalmente por parte do pesquisador que depende do interlocutor da pesquisa para a realização do seu estudo investigativo.

Relação ética entre o pesquisador e os colaboradores: respeito, parceria e honestidade

Preocupadas com as relações interpessoais entre o pesquisador e os colaboradores da pesquisa, procuramos destacar a assertiva ética das pesquisas por entendermos que os interesses cognitivos do pesquisador não podem suplantar, mas sempre se alinhar ao seu compromisso social, político e ético no percurso de elaboração do conhecimento científico, atentando-se e respeitando a cultura, crença, valores, decisões e opções dos colaboradores e contextos pesquisados.

Uma relação de parceria é essencial, sendo construída continuamente durante a pesquisa, mas também pode ser permeada por controversas nas interações. E, nesse aspecto destacamos a atitude ética do pesquisador ao se relacionar com os colaboradores, tomando a pesquisa como algo que se faz com o contato e a interação do pesquisador no ambiente pesquisado, mais intensamente com os interlocutores, objetivando conhecer a realidade pesquisada, de forma que, direta ou indiretamente, promove impacto no cotidiano dos interlocutores.

A relação entre pesquisador e interlocutores apresenta características como a de não ser hierárquica, mas de paridade e diálogo tanto na apresentação da pesquisa pelo pesquisador quanto no seu desenrolar. O diálogo esclarecedor deve existir sempre que necessário acerca de alguma etapa, instrumento ou dúvida sobre a pesquisa.

No Brasil, a regulamentação das pesquisas é efetivada e orientada pelo Comitê de Ética em Pesquisa/Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CEP/Conep (Plataforma Brasil). A Resolução n. 510 de 2016 (BRASIL, 2016) orienta quanto às normas que devem ser aplicadas às pesquisas Humanas e Sociais quando em sua metodologia há a utilização de dados colhidos com os interlocutores ou de informações identificáveis que possam originar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana.

Essa Resolução considera que a ética na pesquisa “implica o respeito pela dignidade humana e a proteção devida aos interlocutores das pesquisas científicas envolvendo seres humanos”, ratifica ainda que “a pesquisa em ciências humanas e sociais exige respeito e garantia do pleno exercício dos direitos dos participantes, devendo ser concebida, avaliada e realizada de modo a prever e evitar possíveis danos aos participantes.” (BRASIL, 2016, p. 1).

Pensando na forma que esta relação pode ser estabelecida e prevendo os possíveis danos materiais ou imateriais que o colaborador pode vir a sofrer, essa Resolução define danos materiais como: “lesão que atinge o patrimônio do participante da pesquisa em virtude das características ou dos resultados do processo de pesquisa, impondo uma despesa pecuniária ou diminuindo suas receitas auferidas ou que poderiam ser auferidas [...]”, também determina “lesão em direito ou bem da personalidade, tais como integridades física e psíquica, saúde, honra, imagem, e privacidade, ilicitamente produzida ao participante da pesquisa por características ou resultados do processo de pesquisa [...]” (BRASIL, 2016, p. 3).

Os danos em questão podem se efetivar seja durante ou após a pesquisa, por isso, a preocupação com a idoneidade do interlocutor é cada vez mais presente nas pesquisas. Para tanto, as pesquisas com seres humanos precisam estar coerentes com as convenções de ordem ética em pesquisas que são realizadas em campo.

As pesquisas que envolvem seres humanos, seja de forma presencial através do uso de técnicas e instrumentos que incluam questionários, formulários, observação participante, rodas de conversa, entrevistas, dentre outros ou de formato à distância, fazendo uso de e-mails, telefone, redes sociais, vídeos, questionários *online*, dentre outros, exigem cuidado e sensibilidade por parte do pesquisador quanto a forma que abordar o interlocutor, conduzir a pesquisa e as relações estabelecidas ao longo da pesquisa.

Bogdan e Biklen (1991, p. 75) afirmam haver duas questões que são fundamentais à investigação com seres humanos: “1. Os sujeitos aderem voluntariamente aos projetos de investigação, cientes da natureza do estudo e dos perigos e obrigações nele envolvidos. 2. Os sujeitos não são expostos a riscos superiores aos ganhos que possam advir.”. Questões estas, esclarecidas quando utilizamos documentos explicativos entregues aos interlocutores da pesquisa, que apresentam a descrição da mesma, contemplando o objeto de estudo, a metodologia a ser utilizada e como o colaborador poderá/deverá participar, assim como, outras informações pertinentes e necessárias a serem esclarecidas dependendo da natureza da pesquisa.

Para a validação da colaboração dos interlocutores, esse documento necessita de uma assinatura do interlocutor que ao assiná-lo, confirma que adere livremente ao estudo e se coloca à disposição como interlocutor da pesquisa apresentada e para a qual foi convidado de forma voluntária e esclarecido. Conhecido como Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE que, segundo a Resolução n. 510/2016, é concebido como a forma de anuência em que o interlocutor ou seu responsável legal, confirma sua participação em uma pesquisa de forma livre e consciente do seu teor.

O TCLE deve conter esclarecimentos que contemplem os aspectos da pesquisa e da relação do pesquisador durante e após a realização da pesquisa, como: justificativa, objetivos e procedimentos utilizados, explicação dos possíveis danos

decorrentes da pesquisa (caso haja), garantia da liberdade dos interlocutores da pesquisa ficarem a vontade para desistir ou continuar, manutenção de sigilo e privacidade das informações obtidas ao longo da pesquisa, forma de acompanhamento e assistência que os interlocutores terão durante e após a pesquisa (quando necessário).

Também a garantia de acesso aos resultados da pesquisa e de ressarcimento e descrição de formas de cobertura de despesas decorrentes da pesquisa (quando houver), informações pessoais dos responsáveis pela pesquisa (nome, endereço, contato telefônico, e-mail), explicação do que é o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e também de informações que possibilitem o contato com o CEP (endereço, contato telefônico, e-mail). Também fica informado no TCLE que os interlocutores receberão uma cópia desse termo assinado pelos pesquisadores responsáveis pela pesquisa e pelo próprio colaborador.

O objetivo desse documento é garantir legalmente ao interlocutor que não terá prejuízo algum decorrente da pesquisa, porque os pesquisadores organizam os estudos prevendo e dirimindo qualquer possibilidade de dano, adotando medidas de precaução e proteção, observando situações de restrição de autonomia e vulnerabilidade dos participantes, mas, caso haja algum tipo de dano, o TCLE garante que os interlocutores tenham direito à assistência e que busquem indenização.

O pesquisador deve alinhar e convergir sempre suas aspirações e interesses cognitivos aos princípios éticos e metodológicos no desenvolvimento da pesquisa realizada. Atentando-se aos seus valores pessoais empregados na pesquisa e na forma como irá construir, analisar, compreender e interpretar seu objeto de conhecimento, e principalmente assumir uma posição frente a ele.

Como muitas investigações qualitativas geralmente demandam tempo para sua realização, Bogdan e Biklen (1991, p. 76) afirmam que essa característica longitudinal, intensifica a relação pesquisador e interlocutor e compreendem que

essa relação: “[...] assemelha-se mais ao estabelecimento de uma amizade do que de um contrato.” Assim, os autores elencam alguns princípios éticos e orientações que devem ser seguidas pelos pesquisadores, particularmente nas designadas investigação-ação, resumidamente dizem:

1. As ideias dos sujeitos devem ser preservadas, para que a informação que o interlocutor recolhe não possa causar-lhe qualquer tipo de transtorno ou prejuízo;
2. Os sujeitos devem ser tratados respeitosamente e de modo a obter a sua cooperação na investigação;
3. Ao negociar a autorização para efetuar o estudo, o investigador deve ser claro e explícito com todos os intervenientes relativamente aos termos do acordo e deve respeitá-lo até à conclusão do estudo.
4. Seja autêntico quando escrever os resultados. (BOGDAN; BIKLEN; 1991, p. 77).

A atitude ética do pesquisador deve permear todas as fases do estudo, estabelecendo uma aliança entre a ciência e a ética. Embora o pesquisador seja livre para desenvolver seu estudo, realizando a pesquisa, definindo o objeto de conhecimento e a metodologia a ser empregada, precisa estar consciente da sua importância enquanto pesquisador e do papel da pesquisa, não podendo falsificar resultados, faltar com a verdade, omitir informações relevantes, tendenciar interpretações, dentre outros, que o façam incorrer em distorções de resultados e desonestidade intelectual.

A ética é compreendida por Hermann (2019, p. 18) como “um campo do conhecimento filosófico que estuda os valores concernentes ao bem e ao mal e uma ordem normativa instituída na sociedade e na cultura, que orienta o agir humano.” A autora afirma ainda que a ética nasce da reflexão dos costumes, tendo como ponto de partida questões fundamentais que emergem às pessoas em face às diversas situações da vida, sendo estas: “Como devo agir? O que é uma ação correta? Que exigências devo cumprir?”.

Concordamos com Hermann (2019), com relação ao conceito de ética enquanto elemento orientador do agir humano e com relação às pesquisas entendemos ser essencial o autoquestionamento do pesquisador em cada fase da pesquisa e na relação com o interlocutor, quanto a sua forma de agir, a honestidade de suas ações, as exigências que obrigatoriamente deverá cumprir, dentre outros aspectos importantes para o desenvolvimento de uma pesquisa autêntica e ética. Nessa perspectiva de compromisso e responsabilidade, Both, Colomb e Williams (2000, p. 326-327) acrescentam:

Muitos filósofos tem afirmado que o problema ético essencial não reside apenas em evitar a violação de obrigações em relação aos outros, mas, sim, em nos unirmos a eles em um projeto mútuo de desenvolver o que os gregos chamam de *ethos*, ou caráter. Ao pensarmos nas escolhas éticas, dessa maneira como uma construção mútua do *ethos*, já não enfrentamos mais uma escolha simples entre nossos próprios interesses e os interesses dos outros, mas o desafio de encontrar um outro caminho que seja bom para ambos.

Na pesquisa, a ética é considerada como uma atitude por parte do pesquisador, pois, suas opções metodológicas, teóricas e epistemológicas refletem e são implicadas por suas concepções éticas, mesmo que manifestadas implicitamente e que o mesmo não tenha consciência plena disso. Desta forma, os posicionamentos éticos do pesquisador, devem ser permeados e concretizados em ações de cuidado, respeito, transparência e confiança, considerando-se os direitos, a livre participação, as expectativas e o bem-estar dos que aderirem à pesquisa.

Agindo com ética na pesquisa o pesquisador terá além da tranquilidade, serenidade e honestidade com a sociedade e consigo mesmo, certamente ganhará a confiança e admiração dos colaboradores, ainda citando Both, Colomb e Williams (2000, p. 328):

Quando você respeita as fontes, preserva e reconhece os dados que possa contrariar seus resultados, quando anuncia apenas informações baseadas em fundamentos

firmes e admite os limites de suas certezas, você não faz isso só para evitar a violação de regras morais e ganhar crédito.

O respeito à livre expressão do pesquisado, deve ser preservado, sem a prática de julgamento, discriminação, preconceito ou estigmatização - atribuição com teor negativo/pejorativo às características (estigma) de uma pessoa ou grupo de pessoas - às suas crenças, valores culturais, sociais, religiosos e morais, bem como se valorizando sempre o respeito à diversidade de pensamentos e posicionamentos ideológicos.

O sujeito pesquisado é dotado do direito à privacidade, mantendo frequentemente o controle sobre suas escolhas e do que pode ou não ser utilizado sobre si na pesquisa, resguardando, assim, sua intimidade e, nisso incluem sua imagem e dados pessoais. É indicado que após a coleta dos dados, o pesquisador deverá apresentá-los aos interlocutores para somente após o consentimento pleno quanto ao uso desses dados, o pesquisador possa utilizá-los em suas análises. Nesse processo, poderá haver a indicação por parte dos interlocutores de omissões, acréscimo e/ou reorganização de ideias, o que prontamente deverá ser atendido pelo pesquisador.

O pesquisador também deve atentar-se a situação de vulnerabilidade que o interlocutor possa encontrar-se, ou seja, avaliar se o participante está apto a tomar decisões conscientes e a posicionar-se em decorrências de fatores contextuais de ordem individuais, econômicos, psicológicos, culturais, sociais e políticos que possam estar afetando-o durante a pesquisa.

A dimensão ética do ato de investigar deve ser acompanhada da autocrítica e da reflexão rigorosa do pesquisador sobre os limites e possibilidades de sua pesquisa, sobre os resultados e os impactos que poderão ser encontrados e sentidos pelos participantes que voluntariamente aderiram a este estudo. Neste aspecto, a vigilância constata, a ética e a empatia fazem parte do espírito investigativo e curioso que todo pesquisador possui.

Considerações finais

As pesquisas possibilitam infinitos ganhos sociais e no campo da educação contribuem para mudanças de perspectivas e redirecionamento de ações que vão desde esferas macro como as governamentais com a adoção de programas e projetos, como consequências de estudos sobre determinado recorte da realidade, ou em uma perspectiva micro, de cada escola, que muitas vezes com a realização de uma pesquisa com perspectiva formativa possibilita a autoformação dos profissionais envolvidos e como resultado haverá uma reflexão mais direcionada sobre a realidade vivenciada e a possibilidade de transformação, caso necessário.

Devemos ter em vista que a intervenção de um pesquisador na realidade escolar deve ser muito bem planejada, pois, seu envolvimento impactará diretamente na vida e ações das pessoas envolvidas nas pesquisas. Nesse aspecto, é importante que o pesquisador tenha sensibilidade e ética na relação que irá estabelecer com a realidade pesquisada, para que a participação voluntária e altruísta, não resulte em danos e consequências negativas para sua imagem e personalidade.

Construir uma relação de parceria, centrada no diálogo, na honestidade, ética e no respeito é essencial para que o participante da pesquisa possa contribuir da melhor forma possível com a pesquisa, ao se sentir seguro e preservado de possíveis danos que poderiam aparecer diante da investigação que participa e a que oferece informações sobre sua vida e realidade.

A atitude ética deve permear toda a realização da pesquisa, mais do que uma busca por informações variadas e sinceras, o pesquisador deverá atentar-se sobre a forma como conduzirá sua investigação e a interação estabelecida com o participante, assim como, deverá ter a consciência da constante preservação

e respeito à cultura, crença, perspectiva, modo de ser, agir, falar e viver de cada participante, que voluntariamente se dispôs a colaborar com determinada pesquisa.

Referências:

- BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. A ética. *In*: _____. **Investigação qualitativa em educação**. Tradução de Maria João Alvarez; Sara Bahia dos Santos; Telmo Mourinho Batista. Coimbra, PT: Porto, 1991. p. 75-78.
- BOOTH, W. C.; COLOMB, G. G.; WILLIAMS, J. M. Considerações finais: pesquisa e ética. *In*: _____. **A arte da pesquisa**. Tradução de Henrique A. Rego Monteiro. São Paulo: Martins Fortes, 2000. p. 325-328.
- BRASIL. **Resolução n. 510, de 07 de abril de 2016**. Trata das normas para as pesquisas em Ciências Humanas e Sociais no que se refere à obtenção dos dados junto aos participantes ou informantes em que venha a interferir na segurança da rotina cotidiana. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021.
- GATTI, B.; ANDRÉ, M. A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa em Educação no Brasil. *In*: WELLE, W.; PFAFF, N. (org.). **Metodologias da pesquisa qualitativa em Educação**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 29-38.
- HERMANN, N. Ética. *In*: _____. Ética e pesquisa em Educação: subsídios. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Rio de Janeiro: ANPEd, 2019. p. 18-23.
- MOREIRA, H.; CALEFFE, L. G. Abordagens à pesquisa. *In*: _____. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 39-67.
- SÁNCHEZ GAMBOA, S. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias**. 2. ed. Chapecó: Argos, 2012.

A PESQUISA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: REFLEXÕES SOBRE INTEGRIDADE NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Rosimeyre Vieira da Silva
Carmen Lúcia de Oliveira Cabral
DOI: 10.29327/5148818.1-3

O texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei n. 9.394/96) e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores – DCN'S (Resolução CNE/CP n. 02, de 01 de julho de 2015), expõem a preocupação em melhor formar o professor. Ao fazer referência à pesquisa, o texto do Art. 2º, IV das Diretrizes expressa que as práticas investigativas devem ser aprimoradas no processo formativo dos docentes (BRASIL, 2015).

A referida Resolução (CNE/CP n. 02, 2015) no Art. 3º, inciso III, estabelece como princípio norteador da formação do professor nos cursos de graduação, de modo especial nas licenciaturas, que a pesquisa deve ser foco do processo de ensino e de aprendizagem. Este direcionamento se apresenta de forma enfática ao expressar que o ato de ensinar exige tanto o conhecimento quanto a habilidade para mobilizá-lo para a ação, permitindo compreender como se deu o processo de construção.

As DCN's em seu contexto geral apontam a pesquisa como elemento essencial na formação profissional do professor, constituindo-se instrumento fundamental ao ensino por trazer, na sua essência, conteúdos de aprendizagem que possibilitam no percurso formativo melhor compreensão da tarefa de educar.

Em termos de referência legal, a pesquisa se impõe como recurso para o aprimoramento da prática profissional do professor, aspecto que converge para o que preceitua o Parecer do CNE/CP n. 02 (BRASIL, 2015) ao destacar que o professor, munido de uma formação específica para a pesquisa, poderá produzir e socializar conhecimento pedagógico de modo sistemático.

A pesquisa possibilita que, o futuro docente, dentre as diversas habilidades, “[...] aprenda a conhecer a realidade para além das aparências, de modo que possa intervir considerando as múltiplas relações envolvidas nas diferentes situações com que se depara, referentes aos processos de aprendizagens.” (BRASIL, 2015, p. 36). No âmbito dos momentos de aprendizagens, descobertas, relações, criações e transformações descortina-se a necessidade de adaptar-se a um novo modo de conhecer, fazer, ser e estar, numa perspectiva que salienta a importância da indagação e o desenvolvimento do conhecimento a partir da relação próxima entre teoria, prática, reflexão e pesquisa.

Diante desses pressupostos, discutir sobre a pesquisa na formação de professores implica analisar não apenas aspectos técnicos, metodológicos sobre o processo da pesquisa, mas aspectos relacionados às posturas investigativas como integridade na produção científica.

A presente sistematização de reflexões sobre integridade científica na área da educação parte da necessidade de formação de pesquisadores eticamente responsáveis e ampliação das discussões sobre a importância da existência de práticas educativas que objetivem a educação ética na formação de professores pesquisadores.

O interesse em produzir conhecimentos que possam favorecer a melhoria e o fortalecimento da prática docente no contexto da formação de professores considerando os saberes da pesquisa e instrumentalização dos sujeitos de pesquisa no que se refere a exatidão na forma de apresentação de trabalhos científicos por meio da escrita direcionou a presente discussão

teórica estruturada considerando a categorização de material coletado em duas oficinas de Ética e boas condutas de produção científicas realizadas com acadêmicos do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Piauí - UFPI no contexto da disciplina Epistemologia, Ética e Pedagogia.

A discussão está fundamentada considerando as produções de autores com Gamboa (2012), Krokosz (2012), Ramose (2002), Severino (2014, 2019) e Silva (2018) e organizada com uma discussão sobre aspectos conceituais que envolve a ética no processo de investigação científica a partir das implicações para formação com pesquisa seguida de reflexões sobre as boas condutas na pesquisa em educação. A apresentação dos aspectos metodológicos é apresentada no tópico “Metodologia de pesquisa: oficinas como recurso formativo sobre a ética e boas condutas na produção científica”. Nos dois últimos tópicos do artigo apresenta-se as discussões dos dados colhidos no percurso das oficinas e as considerações acerca da discussão do tema e da pesquisa realizada.

Ética na investigação científica: implicações para formação com pesquisa

A defesa em função de propostas que advogam a pesquisa na formação de professores tem seus fundamentos históricos a partir da experiência das universidades alemãs no século XX, cujo modelo tem sido objeto de análise e reflexões realizadas por diversas universidades internacionais, inclusive as brasileiras pelo Brasil¹.

As iniciativas individuais dos docentes alemães, que recebiam altos salários, gozavam de muitos privilégios e custeavam suas próprias pesquisas, pois as universidades não possuíam recursos para esses fins, foram decisivas para manter e defender a integração entre ensino e pesquisa. Os esforços

1 Para maiores esclarecimentos sobre esta contextualização histórica conferir Schadwartzman e Castro (1986).

empreendidos vinham do desejo de elevação do prestígio das universidades que, na percepção dos docentes, era conquistado por meio da pesquisa.

Assim, a orientação de formar o professor com perfil de pesquisador inspirado no modelo alemão e no sistema americano passou a ser introduzido no Brasil no século XX, mediatizado pelo ideal de indissociabilidade entre ensino e pesquisa. A Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968, Lei de Organização e Funcionamento do Ensino Superior, instituiu que ensino e pesquisa fossem funções indissociáveis.

A pesquisa como componente passou a ser considerada imprescindível para o trabalho e para a formação do professor a partir da década de 90, momento em que se afirma, também, a ideia da pesquisa associada ao trabalho do professor e do próprio professor como pesquisador. Nos Estados Unidos, Zeichner (1993) defende o exercício de uma pesquisa próxima à realidade do professor que atua em sala de aula, ou na escola, o “practitioner”².

Freire (2001, p. 32) expõe alguns saberes necessários à prática educativa, e dentre estes destaca a pesquisa como saber necessário ao ensino e afirma que “ensinar exige pesquisa”, “não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino”. Reafirma seu posicionamento sobre a importância da pesquisa na formação docente ao pontuar que “enquanto ensino continuo procurando, reprocuroando”.

Partindo do pressuposto de que “[...] no âmbito universitário, dada a natureza específica de seu processo, a educação superior precisa ter na pesquisa o ponto básico de apoio e de sustentação de suas outras duas tarefas, o ensino e a extensão” (SEVERINO, 2007, p. 23), entende-se que uma concepção de ensino vinculado à pesquisa expressa a indissociabilidade teoria e prática e

2 O termo foi apresentado na obra de D. Shön, *The reflective practitioner*. Em 1983. Embora não tenha tratado diretamente do professor, suas análises se encaixam muito bem na figura desse profissional.

exige das Instituições de Educação Superior sistematização de processos formativos para o desenvolvimento de habilidades investigativas que promovem a emancipação do aprendiz no processo de construção e reconstrução do conhecimento.

Severino (1999, p. 13) também argumenta que “[...] só se ensina, pesquisando. O professor precisa da prática da pesquisa para ensinar eficazmente; o aluno precisa dela para aprender eficaz e significativamente; e a universidade precisa da pesquisa para ser mediadora da educação.”. A proposição indica a necessidade elementar da pesquisa na formação profissional ao tempo que expressa que a pesquisa tem função essencial para a sociedade, visto que fomenta o conhecimento para as instituições escolares.

A universidade é o lugar propício à reflexão e ao pensamento crítico e no cenário atual o professor é aquele que elabora e recria rotinas, experiências de trabalho, instrumentos e materiais. Ao mesmo tempo, pensa sobre o modo como atua e com o quê está comprometido em sua ação pedagógica, referendando a assertiva: “Quem ensina carece pesquisar; quem pesquisa carece ensinar.” (DEMO, 2011, p. 15).

Corroborando com Demo (2011) compreende-se que na realidade atual há uma exigência significativa dirigida aos professores em todos os níveis de formação, em especial, aos docentes da Educação Superior, os quais são incumbidos de instigar a prática de pesquisa. A esse respeito o referido autor afirma:

Pesquisa deve ser vista como processo social que perpassa toda vida acadêmica e penetra na medula do professor e do aluno. Sem ela, não há como falar de universidade, se a compreendermos como descoberta e criação. Somente para ensinar, não se faz necessária essa instituição e jamais se deveria atribuir esse nome a entidades que apenas oferecem aulas. (DEMO, 2011, p. 36-37)

Essas ideias reforçam a concepção de que o processo formativo do professor, necessariamente, não deve restringir-se à aquisição de conhecimentos, mas considerar os aspectos

sociais que envolvem os sujeitos no processo de formação e construção ativa do conhecimento, permeados por diálogos consoantes com a realidade, apoiados na pesquisa.

Considerando o exposto em defesa de uma formação para e com a pesquisa na formação de professores parte-se para o segundo ponto de reflexão desta seção sobre a ética em relação da integridade científica, pois a formação do pesquisador além de preocupar-se com aspectos metodológicos, teóricos e epistemológicos da investigação exige conhecimento e reflexões sobre posturas e atitudes conforme parâmetros da conduta ética da pesquisa em Educação.

O tema da integridade científica ainda é pouco discutido no meio acadêmico e como consequência têm-se condutas inadequadas na produção científica em função também da falta de conhecimento das implicações e desconhecimento técnico de formas de evitar essas condutas.

Analisa-se o tema da ética na produção científica considerando que a “[...] ética pode ser definida como a ciência da moralidade, isto é, o estudo do significado do que seja bom e mau em relação ao comportamento humano.” (RAMOSE, 2002, p. 324), significa analisar a ética a partir do comportamento moral do pesquisador enquanto ele se manifesta na prática.

A sistematização das discussões sobre a Ética na pesquisa em educação vem sendo aprofundada no âmbito da Associação Nacional de Pós-Graduação (ANPED) e durante a 38ª Reunião Nacional da ANPED em 2017 o texto do documento preliminar expressa que “[...] o engajamento da área de Educação no debate sobre ética na pesquisa significa ocupar um espaço político na luta pela autonomia da área no que se refere à regulação da ética na pesquisa.” (ANPED, 2017).

Assim, compreende-se que as discussões sobre a Ética relacionada à pesquisa em educação devem propiciar discussões problematizações que envolvam aspectos sobre a formação e

em consequência a conscientização ética a partir do ensino com abordagens de exemplos teóricos e práticos sobre a propriedade intelectual, tipos de plágio no âmbito educacional e outros.

Boas condutas científicas na pesquisa em educação: uma possibilidade formativa

Sabendo que as questões sobre as boas condutas científicas é uma demanda em consequência da evolução da ciência, e no caso específico da educação, das reformas no ensino superior considerando a formação do pesquisador defende-se o desenvolvimento de medidas educativas que contribuam para formar pesquisadores eticamente responsáveis.

Durante muito tempo a formação do pesquisador em educação no Brasil considerou o desenvolvimento de habilidades e competências a serem desenvolvidas nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado). Nesse aspecto, Gamboa (2012, p. 80) expressa:

A pesquisa é colocada como objetivo principal da pós-graduação *stricto sensu* por ser considerada o instrumento para desenvolver a capacidade de pensar e criar, reservada aos mais aptos. [...] o estudante só será considerado pesquisador depois de passar por uma série de requisitos e rituais que o elevarão a categoria de doutor. A normalização e a burocratização trazem algumas ambiguidades para a pesquisa, como a distância entre os níveis de graduação e pós-graduação, motivada pelo critério de restringir a pesquisa aos “mais aptos” neste último nível; de igual maneira, a separação entre ensino e pesquisa, entre a transmissão e a produção do conhecimento, as primeiras centralizadas nos cursos de graduação e as segundas nos programas de pós-graduação.

Essa reflexão sobre os perfis formativos na graduação e pós-graduação modificou-se ao longo do tempo e na atualidade as exigências de formar com os saberes da pesquisa desde a graduação passou a ser uma necessidade que vem orientando os currículos dos cursos de graduação, envolvendo as licenciaturas e os bacharelados.

Assim, as ações educacionais preventivas da má prática científica precisam permear o coletivo de pensamento acadêmico durante a graduação como subsídio de garantia de maior qualidade da formação com e para a pesquisa em educação através da apresentação de conteúdos científicos íntegros. Sobre essa questão Krokosz (2012, p. 11), ao propor discussões sobre plágio e ética na produção científica, pontua:

[...] um dos aspectos fundamentais que caracterizam um novo discurso que se apresenta à discussão científica, seja ele um trabalho de conclusão de curso ou um artigo científico, é que ele tenha sido concebido e apresentado de forma honesta, pois esta é uma pressuposição tácita da comunidade acadêmica.

A instrumentalização do pesquisador para o exercício consciente e ético incide sobre a necessidade de promover regularmente atividades educativas concernentes aos valores e competências pertinentes à integridade ética da pesquisa, como cursos, eventos e programas de treinamento de pesquisadores em formação.

Em países como Estados Unidos, Alemanha, Austrália, Inglaterra e Escócia os Códigos de Ética ou as orientações éticas apresentam indicações sobre vários aspectos relacionados a ética na pesquisa que subsidiam a formação de pesquisadores. As revisões éticas nos referidos países são realizadas nas próprias instituições e “[...] enfatiza a reflexão do pesquisador sobre as questões éticas envolvidas em suas pesquisas e o compromisso com os princípios e procedimentos éticos.” (ANPED, 2017, p. 9).

Sabe-se que “[...] é por meio da redação científica que o pesquisador convencionalmente apresenta e compartilha com seus pares os resultados obtidos durante seu processo de investigação [...]” (KROKOSZ, 2012, p. 11) e torna-se necessário a adequação às normas e princípios da redação científica como uso correto de citações e referências assegurando a autenticidade e credibilidade da argumentação.

Conforme o Código de Boas Práticas Científicas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo a más condutas científicas mais frequentes são:

- a) A *fabricação*, ou afirmação de que foram obtidos ou conduzidos dados, procedimentos ou resultados que realmente não foram.
- b) A *falsificação*, ou apresentação de dados, procedimentos ou resultados de pesquisa de maneira relativamente modificada, imprecisa ou incompleta [...].
- c) O *plágio*, ou a utilização de ideias ou formulações verbais, orais ou escritas de outrem sem dar-lhes por elas, expressa e claramente, o devido crédito, de modo a gerar razoavelmente a percepção de que sejam ideias ou formulações de autoria própria. (FAPESP, 2014, p. 32)

Dessa forma as boas condutas científicas na pesquisa em educação devem considerar o princípio da responsabilidade ética, proveniente da consciência moral do pesquisador e fomentado pelas ações formativas desenvolvidas em todos os níveis e etapas da formação acadêmica.

Nos próximos tópicos apresentamos a estrutura metodológica empreendida para obtenção dos dados durante as oficinas seguida das análises e interpretação das falas e percepções dos colaboradores em relação as discussões a atividades realizadas.

Metodologia de pesquisa: oficinas como recurso formativo sobre a ética e boas condutas na produção científica

Os dados do presente trabalho científico foram produzidos através das oficinas de Ética e Boas Condutas na Produção Científica desenvolvidas com acadêmicos do 2º período, do Curso de Licenciatura em Pedagogia, como proposta da disciplina Pedagogia, Epistemologia e Ética e os dados foram coletados através de instrumentos de pesquisa elaborado considerando questionamentos referentes as discussões realizadas nas oficinas.

As sessões reflexivas denominadas aqui de oficinas tiveram como objetivos: refletir sobre a ética, o plágio e a pesquisa acadêmica e científica; analisar as más condutas de produção científica; delinear práticas de boas condutas na produção acadêmica e; operacionalizar os conhecimentos e informações sobre a produção científica em suas dimensões técnicas.

As reflexões iniciaram com uma abordagem conceitual sobre a ética, o plágio e a pesquisa acadêmica para somente depois realizar atividades em grupos (4 membros) sobre “práticas de boas condutas na produção científica”, a partir da leitura de matérias publicadas sobre o plágio em produções científicas. Ao término das sessões aplicamos um questionário para identificação das percepções dos colaboradores sobre o conteúdo discutido e realizamos dinâmicas que possibilitaram os participantes das sessões explicitar opiniões, percepções, questionamentos e sugestões sobre os conceitos e discussões empreendidas.

Ética e boas condutas na produção científica: percepção dos acadêmicos sobre integridade científica

A categorização do material definiu três unidades de análise dos dados: conhecimento dos acadêmicos sobre as más condutas científica, percepção dos acadêmicos sobre o plágio e concepções sobre o efeito educativo e preventivo das más condutas científicas.

O levantamento dos dados considerou a participação de trinta e três acadêmicos e apontou que o tema da integridade científica ainda é pouco explorado no meio acadêmico pois a maioria dos destes acadêmicos (73,6 %) afirmam não conhecer diretrizes institucionais com o objetivo de evitar ou reduzir a prática do plágio, visto que, esta prática de má conduta é bastante verificada no cotidiano acadêmico.

Considerando o conhecimento dos acadêmicos sobre as más condutas científicas o estudo revelou que os tipos mais frequentes de más condutas são: fabricar dados, citar artigos/ autores/ livros que não tenham sido feitas a análise da obra, solicitar ou atribuir a coautoria de um trabalho científico sem haver contribuído efetivamente, remover ou modificar informações, ou adicionar dados fabricados durante as análises dos dados.

Não se trata apenas de coibir as más condutas acima pontuadas, mas a Instituição de Ensino Superior, na condição de formadora de profissionais, pesquisadores, deve se preocupar em transmitir aos acadêmicos a importância de exercer essa prática com honestidade.

Reconhecer a responsabilidade da instituição escolar seja no desenvolvimento da capacidade técnica dos acadêmicos quanto à pesquisa, seja quanto à formação de autores eticamente responsáveis implica em mudança na prática pedagógica. Neste aspecto do processo de construção do sujeito autor, para Silva (2008, p. 74):

O contexto em que vivemos exige a formação de um aluno que, distante do lugar comum, seja sujeito-autor atuante, crítico, autônomo e interventor, capaz de, a partir da sua autoria, interpretar e analisar a realidade, retirando-se da condição de sujeito acomodado e reproduzidor de modelos textuais para um sujeito capaz e consciente do seu dizer/ escrever.

Ambos os processos, desenvolvimento da capacidade técnica ou formação de autores, deve ser iniciado ainda na educação básica e cabe a instituição de ensino superior aprofundar e potencializar esses processos na formação oferecida já que se compreende que o desenvolvimento das habilidades e competências para a produção científica não podem ser restrita a uma disciplina como Metodologia Científica, mas deve permear todo o currículo a partir de uma postura docente de compromisso com a honestidade científica.

Dentre as práticas de más condutas científicas o plágio se configura com uma das mais presentes no contexto da educação superior na área da educação resultante de postura intencional ou não. No caso do plágio intencional “[...] pode ser decorrente de dificuldades e limitações do redator no processo de desenvolvimento de trabalho acadêmico.” (KROKOSCZ, 2012, p. 31), ocasionado pelo interesse ou problemas diversos como dificuldade de escrita acadêmica e hábito de reprodução textual, desconhecimento técnico, facilidade de acesso à informação eletrônica e de uso de recursos de edição de texto, falta de ética, interesse em aumentar o número de publicações e outros.

Para os licenciandos em Pedagogia que participaram das oficinas, o plágio e outras más condutas ocorrem em função de fatores como falta de tempo, necessidade de prestígio e reconhecimento social das produções, prazos de entrega das atividades de produção solicitada pelos docentes, falta de conscientização e até pela falta de informação dos acadêmicos. Esses fatores que explicam por que acontece o plágio podem ser observados em alguns dos relatos a seguir:

O plágio acontece por vários fatores como a má fé, falta de ética, preguiça intelectual, valorização de um conhecimento que não lhe pertence. (A.P 8)

Porque os indivíduos não sabem organizar suas ideias, não tem conhecimento suficiente para produção. (A.P 10)

Podem ocorrer pela falta de informações, como também por posicionamentos anti-éticos. (A.P 14)

Os prazos de entrega de pesquisa e trabalho são curtos e na falta da criatividade se resolve com a falta de sinceridade intelectual. (A.P 15)

Nós cometemos esses deslizes por falta de tempo, mas também para se dar bem e conseguir prestígio social no meio universitário. (A.P 16)

Em alguns casos acho que falta formação, outros, preguiça intelectual e por falta de ética mesmo. (A.P 19)

Devido a grande cobrança de trabalhos pelos professores para o currículo e a dificuldade de elaboração de texto. (A.P 21)

As citações refletem a necessidade de inserção de atividades práticas que objetivem a integridade científica como atitudes formativas que visem ações preventivas e pedagógicas e ações de desestímulo a más condutas, inclusive de natureza punitiva, desde o processo de formação inicial.

No sentido de intervir e viabilizar ações educativas e preventivas o Relatório da Comissão de Integridade de Pesquisa do CNPq instituída pela portaria PO-085/2011 de 5 de maio de 2011 direciona:

Com relação às ações preventivas, é importante atuar pedagogicamente para orientar, principalmente os jovens, nas boas práticas. É também importante definir as práticas que não são consideradas aceitáveis pelo ponto de vista do CNPq. Como parte das ações preventivas, o CNPq deve estimular que disciplinas com conteúdo ético e de integridade de pesquisa sejam oferecidas nos cursos de pós-graduação e de graduação. (RELATÓRIO CNPq, 2011, p. 3)

Acredita-se que são iniciativas necessárias, mas que também precisam da adesão dos docentes para que as ações não fiquem restritas a situações pontuais a serem desenvolvidas em determinadas disciplinas pois trata-se de aspectos formativos que consideram mudanças de atitudes valorativas em relação a pesquisa e produção científica e não apenas de conhecimentos técnicos.

As concepções dos acadêmicos em relação ao efeito educativo e preventivo das más condutas científicas trazem em seu bojo reflexões sobre os modos de evitar que ela aconteça.

Sabe-se que resulta tanto de conhecimento e emprego de técnicas relacionadas a escrita científica, como o por exemplo o uso correto de citações e referências, que em muito está condicionado à aprendizagem universitária como a processos de conscientização ética.

Os acadêmicos de Pedagogia compreendem que as sanções são inibidoras das más práticas, mas que é importante ações formativas com vista a prevenir e potencializar as boas condutas na pesquisa em educação. Os relatos expressam essa compreensão:

A utilização de sanções depende dos casos, se houve uma intencionalidade. Quando há uma intenção e se é uma pessoa informada sobre o assunto tem que ser penalizada por vias jurídicas. Se for sem intenção, por descuido, é necessária uma intervenção no sentido de conscientização. (A.P. 3)

As punições até podem prevenir, mas o ideal mesmo é começar a ensinar e, ainda mais, incentivar as pessoas desde cedo a produzirem seus próprios textos. (A. P. 16)

É interessante a sanção, mas antes disso é importante implantar a prática da escrita não copiada nas escolas. (A. P. 21)

Prevenir é sempre a melhor alternativa, mas a má conduta de um aluno que está começando na pesquisa é quase que sem culpa, mas de um pesquisador experiente, pós-graduado é diferente (A. P. 25)

As reflexões dos acadêmicos mesmo analisando o potencial das punições como efeito educativo e preventivo direcionam olhares diferentes sobre os processos punitivos conforme o nível de conhecimento e experiência dos envolvidos em más condutas científicas reforçando a importância da educação para formação de uma cultura da integridade científica.

Dos relatos expostos no presente artigo compreende-se as boas condutas científicas como resultados de reflexões sobre o compromisso ético e que também faz parte de um processo formativo, e que a competência técnica ainda é a melhor maneira evitar as más condutas científicas.

Em síntese, investir na formação do pesquisador na área da educação corresponde desenvolver atitudes e habilidades tanto no aspecto do processo de planejamento e implementação da pesquisa quanto na etapa de apresentação dos resultados através da produção escrita, em suma “[...] é preciso que os investigadores envolvidos assumam uma postura de comprometimento ético e responsabilidade com o conhecimento [...]” (KROKOSCZ, 2012, p. 63).

Tecendo algumas considerações

As reflexões realizadas durante a disciplina Produção Científica I, no curso de doutorado, nos oportunizaram aprofundar a compreensão da estrutura da produção científica e ampliar conhecimentos sobre a boa conduta na pesquisa científica. A atividade prática que subsidiou os dados para a presente produção desvelou um novo olhar sobre a prática de formação de professores, a necessidade dos professores formadores assumirem uma postura de compromisso com a integridade científica durante a ação docente.

A atividade com as oficinas possibilitou a avaliação através das concepções dos acadêmicos, mesmo que de forma superficial, a forma como a pesquisa e a produção científica estão sendo abordada no curso de Pedagogia e chega-se a conclusão que se tem a necessidade de maiores investimentos na formação dos futuros pesquisadores.

A tarefa de formação de professores pesquisadores exige o conhecimento e distinção entre as boas e as más condutas científicas, competência técnica na produção científica e formação ética.

Temas relacionados a integridade científica como ética, plágio, autoplágio ainda são poucos discutidos no meio acadêmico fortalecendo a prática de condutas inadequadas na produção científica por falta de conhecimento por parte dos acadêmicos. Assim, urge ações formativas para o ensino da integridade científica devendo o tema ser inserido o quanto antes no currículo da formação de professores, pois as diretrizes e o aporte teórico que fundamentam as discussões na área destacam a pesquisa com atributo essencial na formação docente.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9394 de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 23 dez 1996.

_____. **Resolução CNE/CP n. 02/2015**, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica. Gerais. Brasília: Ministério da Educação - Conselho Nacional de Educação, 2015.

_____. **Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 15 maio 2019.

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). **Código de Boas Práticas Científicas**. São Paulo, 2014.

DEMO, P. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

GAMBOA, S. S. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias**. 2. ed. Chapecó: Argos, 2012.

KROKOSZCZ, M. **Autoria e plágio: um guia para estudantes, professores, pesquisadores e editores**. São Paulo: Atlas, 2012.

RAMOSE, M. B. A ética do ubuntu. *In*: COETZEE, Peter H.; ROUX, Abraham P.J. *The African Philosophy Reader*. Tradução para uso didático por Éder Carvalho Wen New York: Routledge, 2002. p. 324 – 330.

SCHDWARTZMAN, S; CASTRO, C. de M. (org.) **Pesquisa universitária em questão**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, Ícone, 1986.

SEVERINO, A. J. **Ensino de metodologia na pesquisa científica: justificativa, fundamentação e estratégias**. [online]. Texto da Palestra na Universidade de Fortaleza, Fortaleza, Brasil.1999.

SILVA, A. S. F. Entre o plágio e a autoria: qual o papel da universidade? **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.13, n. 38, ago. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_rtttext&pid=S141324782008000200012&Ing=em&nrm=isso. Acesso em: 08 jul. 2018.

ZEICHNER, K. M. **A formação reflexiva de professores: ideias e práticas**. Lisboa, PT: Educa,1993.

Ética na pesquisa em Educação: documento preliminar. Disponível em: http://www.anped.org.br/sites/default/files/images/ética_e_pesquisa-em_educacao_texto_para_discussão_1.pdf. Acesso em: 12 abr. 2018.

Ética e integridade na prática científica. Relatório da Comissão de Integridade de Pesquisa do CNPq. Brasília, 2011. Disponível em: [https://ppgipc.cienciassociais.ufg.br/up/378/o/Ética_e_Integridade_na_Pratica_Cientifica_\(1\).pdf](https://ppgipc.cienciassociais.ufg.br/up/378/o/Ética_e_Integridade_na_Pratica_Cientifica_(1).pdf). Acesso em: 8 jul. 2018.

Parte 2

Formas de Escrita Científica



A DIFÍCIL ARTE DE ESCREVER: CAMINHOS E DESCAMINHOS DA ESCRITA ACADÊMICA

Keyla Cristina da Silva Machado
Carmen Lúcia de Oliveira Cabral
DOI: 10.29327/5148818.1-4

Para iniciar esta conversa, procurou-se destacar, em um primeiro momento, a importância da escrita científica e da pesquisa no ambiente acadêmico, bem como a forma adequada de realizá-las, respeitando os princípios científicos e de boa conduta propostos pela comunidade acadêmica.

A pesquisa possibilita a construção do conhecimento mais autônomo, oportunizando ao estudante não apenas a leitura das teorias, mas a construção das suas próprias premissas a respeito das temáticas que tocam e incomodam, no seu meio social, político, cultural ou profissional. E será no ambiente acadêmico, local propício para as discussões de cunho científico, que haverá respaldo teórico e técnico para serem realizadas.

Em consonância, para Demo (1995), a educação deve ir além da reprodução, dando autonomia ao sujeito em uma dimensão teórica e crítica. Assim, o acadêmico de graduação ou pós-graduação poderá ser capaz de produzir o seu próprio conhecimento acerca da profissão a que se destina, bem como de solucionar as problemáticas que tocam em seu exercício, conduzindo-se para realização de pesquisas científicas. Nesse sentido, terá oportunidade de ampliar seu universo do conhecimento, partindo das teorias já existentes.

O pesquisador deverá seguir normas de condutas éticas, as quais reafirmam a confiabilidade da pesquisa, alicerçando cada vez mais o compromisso, a objetividade, a sistematização e a exatidão proporcionadas pelo conhecimento científico.

Com essa linha de pensamento, buscou-se encaminhar o debate a partir de diversos autores que discutem a temática. Para falar de escrita literária, buscou-se Brito (2007); no que se refere à pesquisa e à conduta adequada de pesquisador, com base em Brasileiro (2013), Bianchetti (2002), Eco (1995) e Severino (2009); e para tratar de condutas científicas, recorreu-se ao uso do Código de Boas Práticas Científicas da FAPESP (2014).

No cerne desta questão, abordam-se, inicialmente, os motivos que induzem a escrita, especialmente a literária, para, em seguida, tratar-se da escrita científica. No segundo momento, expõe-se a pesquisa e o conhecimento científicos no meio acadêmico. No tópico seguinte, serão discutidas as condutas adequadas para a produção científica. Nas considerações finais, retomam-se as ponderações sobre a escrita científica, ao se pontuar a pesquisa como produtora do conhecimento, que deve evitar a má conduta científica, de modo a não dificultar a construção do conhecimento crítico.

Os tangenciamentos que percorrem o processo de construção da escrita

Temática escolhida, máquina e homem a postos. E, de repente, toda a euforia dá vazão a um clarão do vazio. Sabe-se a temática que deve ser discutida, mas como começar a escrever? Tudo porque “[...] a criação é um a fazer humano qualquer que extrapola os limites da individualidade no tempo e no espaço, onde apareça e permaneça [...]” (BRITO, 2007, p. 17). Não se tem explicação científica para a inspiração criadora, ela aparece, portanto, não existe um método específico ou um planejamento único para tal ação.

Os compassos da escrita são determinados pelo próprio autor, que, desse modo, constrói o seu ritmo de escrita de acordo com seu imaginário. Vale ressaltar que a familiaridade do escritor com o tema exerce grande influência no processo criativo, sendo um dos determinantes para esse momento.

Neste momento do texto, procura-se desvelar os convites às leituras, propostas por grandes escritores sobre o ato de escrever e suas inspirações, a partir de depoimentos extraídos de diferentes fontes, reunidas no livro “Como escrevo?”, de Brito (2007), dentre as quais, destaca-se o que revelam as falas dos escritores.

Para Moacyr Scliar, conforme (BRITO, 2007, p. 190), existem alguns escritores que planejam suas escritas, outros, porém, deixam fluir naturalmente. Ressalta que nesta atividade “[...] a regra é não ter regras”. Declara que às vezes anota algumas coisas, mas às vezes é melhor não anotar, a boa ideia lhe acompanha. E José Saramago (BRITO, 2007, p. 190), escritor e ganhador do prêmio Nobel de Literatura de 1998, declara que tem uma rotina disciplinar para escrever: “apenas duas páginas diárias, dificilmente escreve mais que isso”. Enquanto Mário Quintana (BRITO, 2007, p. 186) descreve o ato de escrever como processo trabalhoso: “[...] não é esperar que o ‘santo baixe’, é preciso puxar o santo pelos pés e isso dá trabalho.”

É válido enfatizar que o tipo de escrita realizada pelos autores em questão é oriundo da escrita literária. Percebe-se que cada autor adota uma forma singular de escrita, não existindo um caminho ou mesmo regras para a criação de um texto literário. O encontro literário da linguagem e do autor acontece de acordo com os saberes que são construídos ao longo de sua vida e de suas experiências.

Esse tipo de escrita é uma linguagem de cunho mais criativo, com um tom mais carregado leve e sutil, recorrendo a figuras de linguagens, resultando em um tom poético ao discurso traduzido no texto. Nessa perspectiva, texto literário se constitui em

[...] andar por caminhos instáveis, pois há certa transitoriedade quanto à sua definição que, por sua vez, é algo histórico e cultural: histórico, porque muda com o passar do tempo, de maneira que o que é considerado literatura hoje pode não o ser amanhã; e cultural, porque cada região, cada povo, cada país a considera de maneira diversa, de acordo com seus sistemas de valores. Quando trabalhamos com o texto literário, tais aspectos devem ser levados em conta. (FERNANDES, 2009, p. 18)

É interessante perceber a relação artística, histórico-cultural exercida pela literatura. A escrita literária pode ser considerada como a reconstrução do real e do social, através do processo libertário da criação carregado de particularidades de cada escritor.

Pensando dessa forma, fica mais fácil compreender as descrições dos processos de construção de escrita citados pelos autores. Cada um tem sua fórmula para escrever e liberdade para escolher o gênero textual de sua preferência e a forma de abordar a temática. Larrosa (2001, p. 45) questiona a soberania do outro: “Qual é o sentido e o valor da diferença para mostrar a imposição de tudo àquilo que procede à sua liquidação? O que está em jogo na força deste apelo em acertar o outro em sua estranheza e na soberania de sua diferença?” As diferentes formas de olhar e abordar, a mesma problemática, rompem o paradigma da visão homogênea e única dos fatos, oportunizando o diverso, o aparecimento da pluralidade e da diferença, que interrompe o uno e o mesmo.

Para compreender o processo evolutivo da escrita, pode-se, ainda, relacionar os diferentes significados e formas de como o conhecimento é transmitido. A escrita passa a ser um meio de registrar as experiências vividas em um contexto histórico e social, resultando em uma forma de preservação da cultura e identidade de um povo. O leitor, por sua vez, recria as situações e se diverte com a expressão artística esboçada em cada texto lido, fomenta o campo imaginário e saboreia as escritas que enriquecem a alma de quem se apodera da leitura.

Cada um, à sua maneira, constrói saberes que atravessam suas experiências de vida, partindo de pontos levantados dos textos lidos. Nessa gama de uso e significados da escrita, destaca-se o seu poder, à medida que transmite o conhecimento, a partir do universo proposto pelo escritor que o delinea, permitindo ao leitor escolher quais leituras lhes são pertinentes e atrativas.

De forma paradoxal, a escrita literária tece um prisma diferenciado ao transmitir as mensagens que deseja, diferentemente da construção da escrita científica, que é limiar das regras da pesquisa acadêmica; apresenta características normatizadas e estruturas rígidas quanto à forma de concepção e organização; possui um público peculiar, o qual objetiva divulgar ou aprofundar uma temática deliberada de forma específica.

Quanto aos aspectos linguísticos, a escrita científica deve possuir um encadeamento de ideias, facilitando para o leitor a articulação das argumentações propostas no texto, com a estrutura de início, meio e fim intercaladas com um levantamento de dados e referências propostas pelo pesquisador. As temáticas escolhidas para as exposições são variadas, geralmente são achados originados de pesquisas bibliográficas, experiências vivenciadas ou resultados de análises de dados em que o pesquisador possa estar envolvido, mantendo princípios de impessoalidade, reflexão e criticidade.

Para maior aprofundamento sobre a escrita científica, retoma-se o viés desta discussão na próxima seção do texto, em que as reflexões se encaminham para a diferenciação das escritas literária e científica, possibilitando melhor discussão sobre as temáticas que direcionam tais escritas e o que as torna motivadoras do ato de escrever.

A pesquisa como produtora do conhecimento científico

Existem vários tipos de conhecimento, os quais estão disponíveis e que utilizados diariamente no decorrer de nossas vidas para resoluções de problemáticas em situações

cotidianas. Mas quando se trata de conhecimento científico, há especificidades e preceitos pormenorizados, através da sistematização dos dados, especialmente no que tange ao objeto que se quer conhecer e estudar.

Levando em consideração as características do conhecimento científico, pode-se fazer um recorte da fala de Lakatos e Marconi (2003), ao descrevê-lo como sistemático, verificável, falível e aproximadamente exato. Para a autora, apesar de todos os tipos de conhecimento permearem entre si, o conhecimento científico traz consigo uma lógica de ideias comprovadas, a partir de estudos embasados por teorias, podendo, inclusive, ser ressignificadas, levando em consideração o surgimento de novas hipóteses e técnicas que venham a superar as teorias impressas nos estudos e nas discussões anteriores.

Salienta-se que o conhecimento científico proporciona discussões que encaminham os procedimentos para viabilizar a execução de determinada pesquisa, tendo como gênese a problemática delineada e os objetivos a serem alcançados, ampliando as reflexões sobre o tema estudado. Quando se trata especificamente de investigações sobre educação, deve-se levar em consideração a subjetividade proposta pelos participantes envolvidos e os processos que permeiam os objetos de estudo.

Na visão de Ghedin (2011, p. 39), as pesquisas que permeiam a educação devem questionar as “[...] condições, as produções de seus pesquisadores são capazes de inventar um mundo, de tornarem-se parceiras da humanidade e de pensar não somente o que é verdadeiro, mas o que é justo e desejável”. Segundo essa visão, o ser humano, a partir da ciência, tem possibilidade de descobrir a verdade do mundo. Mas essa compreensão deverá permear o entendimento das ações dos sujeitos ao longo do processo de construção da realidade, tendo em vista que a educação é uma prática social humana.

Destaca-se, ainda, que há de se pensar em outros critérios de validade da ciência: não mais a experimentação empírica nem apenas o raciocínio lógico; é preciso caminhar para formas mais coerentes, ampliadas, adequadas à epistemologia da ciência contemporânea (GHEDIN, 2011), visando atender as questões inerentes ao contexto educacional.

A seguir, encaminham-se as discussões para a pesquisa no meio acadêmico, com temáticas mais específicas nas universidades.

A formação acadêmica e as possibilidades de construção de aprendizagens na escrita científica

As universidades são campos férteis para a iniciação e os andamentos das pesquisas científicas. A partir das suas proposições curriculares visam despertar no estudante a visão crítica, por meio da qual o conhecimento investigativo é pautado em técnicas e procedimentos característicos da própria ciência; e propiciam ao estudante buscar respostas às suas indagações, tais como afirma Demo (1993, p. 80):

[...] a pesquisa significa é um diálogo crítico e criativo com a realidade, culminando na elaboração própria e na capacidade de intervenção. Em tese, pesquisa é a atitude do 'apreender a apreender', e, como tal, faz parte de todo processo educativo e emancipatório.

Em outras palavras, a pesquisa científica trata-se de uma verificação baseada em princípios e métodos, em busca de um conhecimento mais sistematizado e consistente, em confronto com a fatualidade das proposições e ideias acerca de problemática ou teoria definidas. Para tanto, vislumbra a ampliação da discussão de uma determinada temática, partindo sempre do levantamento teórico já exposto e divulgado sobre o tema em questão. Isso implica dizer que não se inicia uma pesquisa do zero, trata-se de um processo de ampliação de discussões sobre um tema, partindo do que a área de estudo oferece, promovendo a ressignificação de saberes na área e

a construção de novos saberes para embasamento de novas pesquisas, campo fértil para um diálogo crítico e criativo com o cotidiano, conforme supracitado.

Nesse sentido, o pesquisador deverá adentrar o universo científico, sistematizando técnicas e estudos sobre os preceitos da pesquisa científica e do objeto que norteiam as teses estudadas. É no processo de formação, promovido pelo meio acadêmico, que o discente construirá este arcabouço de saberes a partir dos textos científicos. Através das Graduações ou Pós-graduações, o futuro pesquisador iniciará o seu trajeto rumo a um conhecimento novo, produzindo o alinhamento de teorias conhecidas e das reflexões que resultaram desse contato.

O processo de construção da pesquisa e do conhecimento científico exige uma postura do pesquisador no que tange à abertura de espírito para buscar o desconhecido, aventurar-se nos seus próprios questionamentos acerca do que lhe inquieta, algo que o conduza a sair da inércia e o impulsione a buscar as próprias respostas para suas problematizações, ou especificamente o seu problema de pesquisa. Para Ghedin (2011), devemos ter em mente uma atitude de multirreferencialidade, a qual exige que sejam analisados sobre o objeto a ser pesquisado, à luz dos valores implícitos, dos valores declarados e dos valores não explícitos, mas presentes nas concepções sociais, ideológicas e culturais.

Para tanto, o pesquisador deverá estar situado, fazendo um levantamento do que já foi estudado. Sobre isso, sugere-se que o pesquisador faça um estudo de modo a situar-se sobre as descobertas atuais do conhecimento de seu interesse, analisando as teorias e metodologias utilizadas e avaliando o resultado de pesquisa, um estado da arte.

No geral, as pesquisas são direcionadas em nível de graduações e de pós-graduações, subdivididas em especializações, *lato sensu*; e mestrados e doutorados, *stricto sensu*, através de um trabalho final que pode ser intitulado de monografia, para a graduação; dissertação, no mestrado; e tese, no doutorado.

Eco (1995), tese configura-se em todos esses trabalhos que são apresentados no final de cada estudo acadêmico, na maioria das universidades. O autor escreve detalhadamente todas as etapas da escrita rumo à nota final:

Após ter terminado todos os exames obrigatórios, o estudante apresenta a tese perante um júri que ouve a informação do orientador (o professor e com quem “se faz” a tese) e do ou dos argüentes, os quais levantam objeções ao candidato; daí nasce uma discussão na qual tomam parte os outros membros do júri. Das palavras dos dois argüentes, que abonam sobre a qualidade (ou os defeitos) do trabalho escrito, e capacidade que o candidato demonstra na defesa das opiniões expressas por escrito, nasce o parecer do júri. Calculando ainda a média geral das notas obtidas nos exames, o júri atribui uma nota à tese, que poderá dura o mínimo de sessenta e seis até um máximo de cento e dez, louvor e menção honrosa. (ECO, 1995, p. 29)

Vale ressaltar que a quantidade de argüentes de uma banca sofre alterações dependendo do grau acadêmico do pesquisador que está predisposto a receber o título. Além disso, deve prevalecer a consciência do espírito investigativo e crítico do pesquisador, devendo, como tal, demonstrar os resultados dos estudos através de documentos que imprimam seus estudos, amparados pelas discussões produzidas durante os estudos, pelas teorias subjacentes ao tema.

Dando continuidade à discussão, o pesquisador deve partir de um universo problematizador, para, em seguida, adentrar nas revisões de literatura, como já citado anteriormente, situando a academia sobre as descobertas elencadas pelos estudiosos acerca das categorias teóricas que almeja estudar. Pode-se destacar dois tipos de revisão:

a) Aquela que o pesquisador necessita para seu próprio consumo, isto é, para ter clareza sobre as principais questões teórico-metodológicas pertinentes ao tema escolhido, e b) aquela que vai, efetivamente, integrar o relatório de estudo. Quando mais for eficiente a primeira, mas funcional e focalizada será a segunda. (BIANCHETTI, 2012, p. 43)

Nesse sentido, o pesquisador deve sempre estar encaminhado no rigor necessário da pesquisa científica, para que consiga delinear o seu objeto de estudo e fazer as leituras imprescindíveis, realizadas através de revisões bibliográficas, alicerçadas pelas anotações e pelos fichamentos sobre o tema – passos importantes para que o pesquisador tenha condição de encaminhar os métodos e as técnicas mais adequados à realização de sua pesquisa.

Além disso, pode fazer uso dos conhecimentos acadêmicos das próprias disciplinas que está cursando ou que foram cursadas. Além de outras formas de aquisição de conhecimento, como a participação em eventos que contribuem com a pesquisa, como retrata Severino (2009). Em suma, realizar um trabalho com um rigor científico que resulte em pesquisas investigativas, exige encaminhamentos mais precisos e sistemáticos do pesquisador. Eco (1995) sugere algumas etapas que irão melhor conduzir a construção da tese:

- (1) escolher um tema preciso; (2) recolher documentos sobre esse lema; (3) pôr em ordem esses documentos; (4) reexaminar o tema com primeira mão à luz dos documentos recolhidos; (5) dar uma forma orgânica a todas as reflexões precedentes; (6) proceder de modo que quem lê perceba o que se quer dizer e fique em condições, se for necessário, de voltar aos mesmos documentos para retomar o tema por sua conta. (ECO, 1995, p. 31-32)

De forma sucinta, o autor relata passos para melhor orientar o pesquisador que não tenha experiência na realização de pesquisas. Reafirma-se, entretanto, que o tema em estudo provenha do contexto do pesquisador, partindo de suas experiências e leituras de mundo, do seu desenvolvimento como pessoa e cidadão, para que, assim, ele tenha sempre interesse e motivação para impulsionar as suas ações. Em outras palavras, a problematização inicial da pesquisa é pessoal, deve estar relacionada às inquietações do pesquisador, enquanto ser histórico e social, ampliando a sua visão de mundo em uma perspectiva de visão do coletivo, pontuando a importância da discussão trazida na pesquisa em execução.

Outro ponto que merece destaque nas pesquisas é a relevância social que o tema apresenta para o meio acadêmico, trazendo discussões que venham a engrandecer os construtos de conhecimentos para os debates, proporcionando a elucidação de visões e pontos, contribuindo para o enriquecimento de entendimentos anteriores dos pesquisadores do tema.

Em síntese, os caminhos da pesquisa científica percorrem toda a vida dos estudantes, tornando-se mais frequentes e sistematizados nas universidades, a partir da graduação, e, na pós-graduação, quando o pesquisador amplia sua autonomia crítica e discursiva, demonstrando saberes formativos que o embasam para melhor articulação e desenvolvimento do conhecimento de forma reflexiva, através da produção de dados científicos propriamente ditos.

Assim, através de seus estudos teóricos e dos levantamentos de dados, terá condições de produzir sobre as problemáticas específicas que lhe mobilizam e de produzir o seu próprio conhecimento, não apenas reproduzindo os já existentes. É preciso, assim,

[...] esquadriñar a relação dialética entre objeto e método, a fim de tornar evidente o fato de que o principal critério da cientificidade do método de pesquisa é a capacidade dele de alimentar e fecundar seu objeto de estudo, apontando caminhos de desvelamento e autoconhecimento oxigenadores do processo de transformação desse objeto, que deve cada vez mais adequar-se aos desafios constantes da mutabilidade da realidade social. (GHEDIN, 2011, p. 67)

Existe, portanto, a necessidade, por parte do pesquisador, de considerar sempre o objeto pesquisado alinhado ao seu ambiente dotado de sentidos, num processo contínuo de organização, ciente da importante atitude epistemológica, colocando em relevo o caráter eminentemente político e emancipatório da pesquisa.

Mas produzir um conhecimento novo requer dos pesquisadores alguns cuidados, especialmente no que se refere à conduta como investigador científico. Pontua-se a necessidade de respeitar algumas regras de conduta, pautadas nas normas científicas, as quais verãõ no item a seguir.

Um pesquisador precisa ser ético: autoria e más condutas na pesquisa

A pesquisa, antes de tudo, busca a verdade. Para tanto, não se pode faltar com ética em sua realização. É em busca da veridicidade dos fatos que o pesquisador deve caminhar, nas premissas que embasam seus estudos, na precisão da coleta dos dados, na imparcialidade ao analisar os frutos da pesquisa, para que, enfim, as inferências tragam a ciência de forma consciente e crítica sobre os fatos.

Entende-se, assim, que a ética na pesquisa está relacionada com a postura e as atitudes científicas do pesquisador. De acordo com o Código de Boas Práticas Científicas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, 2014), a ética profissional do cientista está associada aos deveres científicos e ao compromisso com sua profissão, à integridade da pesquisa, bem como, à “[...] construção coletiva da ciência como um patrimônio coletivo [...]” (FAPESP, 2014, p. 15).

Vale ressaltar que a pesquisa deve primar pelo desenvolvimento científico coletivo, daí a integridade da pesquisa. Em outras palavras, o campo da pesquisa científica evolui a partir do trabalho que, na maioria das vezes, é individual, mas que imprime, na evolução da pesquisa, a coletividade, para tanto, requer adequar-se os procedimentos e as análises dos dados, tendo ciência das regras e condutas éticas impostas pela comunidade científica.

Um dos principais temas de debate quando se trata de conduta na pesquisa está relacionada com a autoria. Para ser considerado autor de artigos, resenhas e demais produções, o

pesquisador necessariamente deve estar envolvido no estudo relatado. Não é qualquer participação na pesquisa que indica a autoria, mas, sim, através de contribuição substancial e da participação durante toda a construção dos relatos científicos, desde o planejamento, a análise e a escrita do trabalho.

No Brasil, a Lei n. 9.610, datada de 19 de fevereiro de 1998 (BRASIL, 1998), rege a legislação dos direitos autorais, e identifica o que é autoria e coautoria, bem como as formas de publicações e desvios de uso, descrevendo as punições para o seu uso indevido.

Existem inúmeras formas de condutas inadequadas quanto à produção científica. Chamadas de má conduta científica, apresentam-se quando o pesquisador age com má consciência ou má fé, com a intenção de burlar as condutas éticas da comunidade científica. Podemos citar, como alguns exemplos, as mais frequentes:

(a) A fabricação, ou afirmação de que foram obtidos ou conduzidos dados, procedimentos ou resultados que realmente não o foram. (b) A falsificação, ou apresentação de dados, procedimentos ou resultados de pesquisa de maneira relevantemente modificada, imprecisa ou incompleta, a ponto de poder interferir na avaliação do peso científico que realmente conferem às conclusões que deles se extraem. (c) O plágio, ou a utilização de ideias ou formulações verbais, orais ou escritas de outrem sem dar-lhe por elas, expressa e claramente, o devido crédito, de modo a gerar razoavelmente a percepção de que sejam ideias ou formulações de autoria própria. (FAPESP, 2014, p. 31)

As más condutas, citadas pelo código, são relativas, de modo mais particular, ao plágio. Pode-se considerar plagiador o indivíduo que se apropria das ideias de outros autores e as utiliza como sendo de sua autoria, podendo ocorrer de várias formas.

De forma mais comum, o plagiador tem consciência do uso indevido da citação, e faz usufruto da ideia alheia, reproduzindo tal como encontra nos livros ou em outros locais de acesso. Outra forma de plágio é o que se configura inconscientemente,

quando o escritor, no geral, não tem a intenção de usurpar o texto de outro autor, mas não fazendo a referência de forma adequada, por desconhecer a fonte, ou ainda, não referenciar de forma correta o autor original do texto, provocado por desconhecimento das normas técnicas de citação, propostas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

E, por fim, o autoplágio, em que o autor faz uso de suas próprias ideias, em textos já publicados ou veiculados no meio acadêmico. No Quadro 1, apresenta-se algumas sugestões de ferramentas, conforme Guia Antiplágio, do Departamento de Referência (DeRef):

Quadro 1 – Antiplágios

RECURSO	ENDEREÇO ELETRÔNICO
<i>Plagius</i>	https://www.plagium.com/pt/detectordeplagio
<i>Farejador de Plágio</i>	http://www.plagiarismcombat.com/
<i>CopyLeakes</i>	https://copyleaks.com/pt/
<i>CopySpider</i>	https://copyspider.com.br/main/pt-br
<i>AntiPlagiarist</i>	http://www.anticutandpaste.com/download
<i>Grammarly</i>	https://www.grammarly.com/plagiarism-checker

Fonte: <https://www.ufrgs.br/bibqui/wp-content/uploads/Guia-deferramentas-antipl%C3%Algio.pdf>.

De acordo com Brasileiro (2013), para minimizar o plágio, um dos aspectos a serem observados é a seleção de fontes. Para tanto, a autora cita vários aspectos que merecem ser observados, a saber:

- a) Escolher textos cujos autores tenham vínculo com alguma instituição de curso superior;
- b) Ler os resumos relativos aos textos escolhido, para selecionar os que de fato lhe interessam;
- c) Evitar consulta em enciclopédia livres, já que qualquer usuário pode inserir informações, sem critérios avaliativos;
- d) Evitar fontes não comprometidas com o conhecimento científica;
- e) Privilegiar os períodos impressos ou eletrônicos e procurar saber sobre sua credibilidade. (BRASILEIRO, 2013, p. 3)

Nota-se, nas afirmativas do autor, que, para realizar levantamento bibliográfico, o pesquisador deverá seguir alguns cuidados com relação à fonte, especialmente se a busca for na internet. Além disso, destaca-se a necessidade de construção e exercício da escrita, bem como uma visão aprofundada sobre a temática em debate, visto que precisa de argumentos plausíveis para suas inferências sobre o texto.

Pensando assim, deve-se considerar as universidades com um papel importante na pesquisa e na construção dos textos científicos, devendo voltar-se a orientar os seus alunos a produzirem e investigarem suas problematizações, alinhados às teorias e ao contexto do mundo prático, tão logo iniciem na academia, abrindo novos olhares e oportunizando a construção do conhecimento sobre temáticas específicas de interesse social, dos cursos e dos próprios estudantes.

Para sintetizar essa temática, recorre-se às palavras de Demo (1993), ao destacar que o papel da universidade é propiciar a aquisição de conhecimento próprio, desenvolvendo a capacidade intelectual do aluno, e não apenas copiar ou reproduzir o que já foi dito e feito. Acrescenta-se a isso as possibilidades de construção de saberes específicos que conduzem ao planejamento, à criticidade, ao diálogo, à argumentação e à escrita.

Considerações finais

Chega-se ao final da discussão neste texto, porque a temática está longe de ser esgotada, tendo em vista a delicadeza e a subjetividade que entrelaça o processo de construção da escrita.

A proposta inicial deste escrito pautava-se em promover a discussão sobre a importância da pesquisa e da escrita acadêmicas, bem como a forma adequada de realizá-la, respeitando os princípios científicos. Assim, discorreu-se sobre diferentes

aspectos que induzem à reflexão da postura adequada de um pesquisador e os caminhos éticos que devem ser seguidos para o construto do conhecimento científico.

E, diante do exposto, chegou-se a algumas constatações de como evitar condutas indevidas, assinalando a importância de o pesquisador sistematizar os encaminhamentos da pesquisa, visando evitar desvios éticos para a comunidade científica:

- a. Somente devem ser considerados autores e coautores de pesquisa aqueles que realmente estão envolvidos diretamente na realização de toda a pesquisa;
- b. As publicações devem acontecer com o consentimento de todos os autores e coautores da pesquisa;
- c. Apresentar textos originais dos autores da pesquisa; as declarações orais, escritas ou os argumentos, as citações e as expressões de outros autores, de outras pesquisas já realizadas, que não estejam disponíveis para domínio público, devem ser expressamente referenciadas de acordo com a ABNT NBR 10520/2002 (BRASILEIRO, 2013) ou outra norma que tenha a mesma finalidade de apresentação de dados;
- d. Se o trabalho do pesquisador já foi publicado ou mesmo exposto à comunidade acadêmica, de alguma forma, seja um trabalho de final de disciplina ou artigo submetido a alguma instituição, devem ser declaradas e referenciadas, evitando o autoplágio;
- e. O texto deve ser autêntico e original, não podendo ser publicado duas vezes em veículos diferentes. Antigamente era uma prática comum, considerada normal, mas, atualmente, esse acontecimento é considerado plágio.

Esses foram alguns dos aspectos que se salienta no processo de produção de textos e de pesquisas científicas. Reafirma-se, ainda, o importante papel das universidades como alicerce

produtor e divulgador de pesquisas e, conseqüentemente, como formador de pesquisadores, devendo dedicar-se cada vez mais a esse papel.

Referências

BRASIL. **Lei 9610/98**. Regula os direitos autorais e dá outras providências. 1998. Disponível em: http://www2.cultura.gov.br/consultadireitoautoral/wp-content/uploads/2010/06/Lei9610_Consolidada_Consulta_Publica.pdf. Acesso em: 5 maio 2020.

BRASILEIRO, A. M. **Manual de produção de textos acadêmicos e científicos**. São Paulo: Atlas, 2013.

BIANCHETTI, L. **A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações**. Florianópolis: Ed. da UFSC; São Paulo: Cortez, 2002.

BRITO, D. **Como escrever?** 2. ed. São Paulo: Nova Editora, 2007.

BRASIL, **Código de boas práticas científicas**, FAPESP 2014. Disponível em: http://www.fapesp.br/boaspraticas/codigo_050911.pdf. Acesso em: 10 maio 2016.

DEPARTAMENTO DE REFERÊNCIA (DeRef). **Guia de ferramentas antiplágio**. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/bibqui/wp-content/uploads/Guia-de-ferramentas-anti-pl%C3%Algio.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.

GHEDIN, E.; FRANCO, M. A. S. **Questões de método na construção da pesquisa em educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

DEMO, P. **Desafios modernos de educação**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

ECO, U. **Como se faz uma tese**. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Brasiliense, 1995.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2003.

LARROSA, J. **Habitantes de Babel**: políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 45.

FERNANDES, C. de S. **Literatura e identidade**: a recepção do texto literário na Penitenciária Estadual de Maringá. 2009. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá, 2009.

SEVERINO, A. J. Pós-Graduação e pesquisa: o processo de produção e de sistematização do conhecimento. **Revista Diálogo Educação**, Curitiba, v. 9, n. 26, p. 13-27, jan./abr. 2009.

ENTRE A ARTE DE PENSAR E A PRÁTICA DO CRIME DE PLÁGIO: PROPOSTAS PEDAGÓGICAS PARA UMA ESCRITA CIENTÍFICA ÉTICA NA GRADUAÇÃO

Eliana Freire do Nascimento

Maria Lemos da Costa

DOI: 10.29327/5148818.1-5

Nos dois últimos anos o mundo tem discutido o papel da ciência na vida das pessoas e no desenvolvimento tecnológico das nações, especialmente quanto à saúde coletiva. Na mesma intensidade, também se discute aspectos éticos relacionados à produção científica para o avanço da ciência. A pesquisa científica se constitui em uma das molas propulsora de desenvolvimento de uma nação.

Um dos locais principais de desenvolvimento é dentro das instituições de Ensino Superior. No entanto, o enfrentamento do plágio é uma missão que todo pesquisador precisa entender e coibir. Mas antes disso é urgente fomentar a discussão nos seus espaços de formação para que os pesquisadores iniciantes e experientes reforcem as consequências nocivas da prática de um crime previsto em vários campos do ordenamento jurídico brasileiro.

Nesse sentido, inserida em um projeto da Universidade Federal do Piauí, no Programa de Pós-Graduação em Educação, esta pesquisa, de natureza qualitativa, bibliográfica traz como objetivo geral propor algumas estratégias pedagógicas que viabilizem o pensar por escrito, de forma ética, na academia em especial na graduação. Especificamente busca refletir acerca da importância social e legal do direito autoral, apresentando dispositivos jurídicos de âmbito constitucional, civil e penal

inibidores da prática de plágio e sugerir propostas pedagógicas e institucionais que fomentem a pesquisa e a escrita com ética, de maneira especial nos cursos de graduação.

Esse estudo justifica-se em face da incidência de plágio por alunos de graduação, sendo necessário discutir sobre esse tema no ambiente acadêmico, buscando alternativas para orientar vislumbrando a conscientização e o enfrentamento dos seus efeitos nocivos conforme discutem os autores: Da Silveira, Arruda, Arruda (2021); Ramos e Morais (2021); McCabe e Bowers (1994); Zuin e Bianchetti (2015) dentre outros, que possibilitam fazer uma análise crítica acerca da temática.

Quanto à metodologia buscou-se inicialmente situar a realidade das instituições, dos professores e dos alunos no cenário atual de pós-pandemia trazendo discussões de autores nacionais e internacionais que pesquisam sobre o tema, mas sem o escopo de esgotar o assunto, porém sugerindo estratégias pedagógicas favorecedoras de uma cultura ética na produção científica.

Para esse estudo realizou-se a busca de artigos em português na base de dados científica SciELO, de 2017 a 2022. A partir das combinações dos descritores “plágio acadêmico”, “plágio”, foram identificados 48 artigos. A partir da leitura do título e dos resumos estabeleceu-se como critério de inclusão ter como objeto de estudo a prática de plágio no Ensino Superior, selecionando apenas 22 artigos.

Os resultados apontaram o plágio como um problema a ser enfrentado pelas instituições e pelos professores com trabalho contínuo para formação ética dos estudantes e adoção de medidas institucionais efetivas para o combate a essa prática nociva no ambiente acadêmico.

Desta forma, considerando o referencial teórico analisado, concluiu-se que há a necessidade da melhoria nas estratégias pedagógicas que fomentem a autoralidade e a criatividade a partir de atividades de extensão por meio das quais os alunos de graduação possam entender as possibilidades para

a discussão de conteúdos com temas originais na produção do conhecimento científico, sendo condição *sine qua non* o apoio institucional com a criação de medidas coibitivas e coercitivas da prática do crime de plágio.

Eu penso, tu pensas, nós escrevemos

O mundo está conectado e desterritorializado sendo o ciberespaço³ o lugar onde o conhecimento se propaga. As tecnologias digitais, notadamente nos últimos dois anos, em face da Pandemia por Covid-19, alteraram significativamente a noção de tempo e espaço proporcionando múltiplos ambientes pedagógicos que convergiram para plataformas acessíveis por aparelhos eletrônicos conectados à internet e que permitem o acesso à informação em tempo real na palma da mão (RODRIGUES; LOPES, 2019).

Embora não exista consenso sobre uma definição sobre o que é plágio (SUTHERLAND-SMITH, 2016) ele acontece assumindo várias facetas que implicam numa complexidade conceitual quanto à autoria e originalidade frente à intencionalidade do plagiador (RAMOS; MORAIS, 2021).

Rodrigues e Lopes (2019, p. 3) afirmam que o plágio nasce da “[...] insuficiência quanto à orientação acerca da normatização e ao referenciamento das informações” e no tocante à intencionalidade dizem que as razões são múltiplas: capacidade autoral insuficiente, desconhecimento de procedimentos adequados para referenciamento, a má-fé, a falta de planejamento para produção das tarefas, preguiça, desleixo, ausência de articulação e até mesmo em decorrência dos avanços tecnológicos.

3 Ciberespaço é o “espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial de computadores e das memórias dos computadores” (LEVY, 1999, p. 92).

De acordo com Centro Regional de Estudos para Desenvolvimento da Sociedade da Informação - CETIC⁴ (2017), 74% (setenta e quatro por cento) dos alunos do Ensino Médio realizam suas atividades escolares por meio do celular, o que demonstra a importância da educação midiática no tocante à realização de pesquisas no ambiente virtual, gerando a construção de uma cultura no ambiente digital (UNESCO, 2021).

Com o acesso ao Ensino Superior, à tecnologia na palma da mão, e sem a educação midiática necessária, os estudantes, de forma intencional ou não, reproduzem essa prática cujos dados estatísticos são difíceis, nesse momento, de mensurar. Com base nas pesquisas já realizadas e no interesse crescente sobre o tema, evidencia-se que a prática do plágio traz consigo implicações acadêmicas, dentre elas a necessidade do entendimento sobre a ética na produção dos seus trabalhos investigativos, o que nem sempre é claro aos estudantes (RAMOS; MORAIS, 2021).

A discussão sobre o comportamento antiético na produção científica demandou o desenvolvimento de ferramentas tecnológicas para detecção de plágio o que não fez crescer o padrão ético, mas escancarar esse problema no desenvolvimento da pesquisa (ALENCAR; MONTEIRO; CARVALHO, 2021; PEZUK *et al*, 2020). A mobilização das instituições de ensino superior contra o plágio é uma necessidade para melhoria da qualidade da produção científica. A concessão de títulos de graduação, especialização “*latu*” e “*stricto sensu*” requer o cuidado constante de combate à prática de violação de direitos autorais (ZUIN; BIANCHETTI, 2021; PEZUK *et al*, 2020).

4 O Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação, do NIC.br, é responsável pela produção de indicadores e estatísticas sobre a disponibilidade e uso da Internet no Brasil, divulgando análises e informações periódicas sobre o desenvolvimento da rede no País. O Cetic.br é um Centro Regional de Estudos, sob os auspícios da UNESCO, conforme <http://www.cetic.br/>.

Na graduação exige-se que haja a construção de processos de ensino e aprendizagem em que o acadêmico desenvolva habilidades e competências e dentre as quais a produção do conhecimento por meio do ensino, da pesquisa e da extensão. Para o aluno exige-se o desenvolvimento intelectual com a participação em programas de iniciação científica e em projetos institucionais que exigem elaboração de relatórios e, ao fim do curso, a produção de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Para o docente, impõe-se a produtividade acadêmica, que o impacta pessoal e profissionalmente, especialmente se ele estiver vinculado a algum programa de pós-graduação. Na graduação, essa exigência tem como pressuposto as avaliações cíclicas realizadas pelo Ministério da Educação, que exige no seu instrumento avaliativo que os docentes tenham trabalhos científicos publicados.

Analogamente considerando o modelo fordista para o universo acadêmico, ao docente são impostas metas de produção científica exigindo-se índices de produtividade que se materializam em remuneração extra, precarização da qualidade de vida e produção científica ou, no caso das instituições privadas, a perda do emprego por baixa produtividade (ZUIN; BIANCHETTI, 2015).

A prática do plágio tem várias motivações dentre elas as “[...] buscas por ser publicado e o crescimento desenfreado das participações em estudos para melhorar o currículo intensificam as más condutas e reduzem a qualidade dos trabalhos” (ALENCAR; MONTEIRO; CARVALHO, 2021, p. 2). Contudo, considerando o universo da graduação, essa exigência ao docente não pode legitimar a ação fraudulenta.

Esse problema tem origem na formação acadêmica desleal que está associada ao comportamento de aceitação da comunidade acadêmica desde o início da vida estudantil e das próprias instituições de ensino quanto a essa atitude, ou seja, sem adoção de medidas rígidas coibitivas dessa prática (MCCABE; BOWERS, 1994).

A facilidade de acesso às informações por meio da internet permite aos pesquisadores maior agilidade para atender às suas necessidades de produtividade, porém não se deve esquecer de que o plágio é crime para o Código Penal Brasileiro, “[...] pois roubar uma ideia equivale a roubar um bem” (IRIGARAY, 2020, p. 1).

No Brasil, o ordenamento jurídico impõe limites à produção autoral, basta consultar o art. 5º, XXVII da Constituição Federal, a lei n. 9.610/1998, conhecido de Lei de Direitos Autorais, o Código Civil ao tratar da responsabilidade civil por violação de direitos autorais (BRASIL, 1988, 1998). Além das Convenções Internacionais de Berna e de Genebra e ainda o Tratado sobre aspectos dos Direitos de Propriedade Industrial relacionados ao comércio que foram incorporadas ao ordenamento interno brasileiro por meio dos Decretos 75.699/75 (BRASIL, 1975), 76.905/1975 (BRASIL, 1975) e 1.355/94 (BRASIL, 1975). Como se observa, uma legislação robusta que traz efeitos legais importantes em caso de plágio isso no âmbito civil.

Na seara criminal tem-se o Código Penal (BRASIL, 1984), que impõe, no seu art. 184, a pena de três meses a um ano de detenção e multa, do mesmo modo, está o professor passível de sanções legais em decorrência do art.13 por crime de omissão, haja vista que o orientador tem o dever de vigilância em relação ao seu aluno. Contudo, mesmo com a regulação, fiscalização ou adoção de softwares essa prática criminosa parece estar longe de ser abandonada.

Como se observa existe uma legislação robusta que busca proteger os direitos autorais no Brasil visando impedir a prática de plágio que possui várias naturezas, inclusive acadêmica. A título de ilustração traz-se alguns tipos: integral, parcial, mosaico, conceitual, autoplágio. Cada um desses tipos traz prejuízos acadêmicos ferindo inclusive a credibilidade dos autores, da instituição, o que requer políticas institucionais para coibir práticas que, embora comuns, são abomináveis no universo científico.

Como docentes, orientadoras, avaliadoras em bancas de defesa de Trabalhos de Conclusão de Curso e de periódicos é comum encontrarmos trabalhos que possuem similaridades com outros trabalhos verificáveis por meio de softwares próprios para isso. Um agravante para isso é que nem sempre as instituições de ensino disponibilizam esses programas para realização dessa verificação, passando a ser um ônus ao professor.

Com efeito, quando se analisa a quantidade de programas de verificação de plágio no mercado impõe-se uma reflexão inquietante: qual o papel do professor e das instituições de ensino quanto a preparar os estudantes para a produção do conhecimento de forma autêntica? Esse é um desafio tendo em vista que a caracterização do plágio passa pelo seu reconhecimento e entendimento de suas implicações legais, morais, acadêmicas que nem sempre docentes e discentes estão preocupados em fiscalizar.

Esse desafio torna-se mais complexo de ser enfrentado quando existem professores preparados academicamente e por outro lado inaptos no ensino quanto à metodologia da pesquisa científica. E quando são hábeis no ensino possuem fragilidades quanto às habilidades de um bom pesquisador (SATUR; DIAS; DA SILVA, 2020).

Em paralelo a essa realidade existem os estudantes que não se dispõem a cumprir eticamente as suas obrigações acadêmicas e se utilizam de fugas e meios fáceis para conquistar o diploma ou mesmo progredir em rankings de produtividade para dar vazão às demandas acadêmicas de programas de iniciação científica, trabalho de conclusão de curso, relatórios de pesquisa e outras atividades inerente ao universo da pesquisa (SATUR; DIAS; DA SILVA, 2020).

Nesse cenário surgem empresas de compra e venda de trabalhos acadêmicos sob encomenda com a promessa de não existir a prática do plágio, mas com outros problemas éticos que não são escopo deste trabalho. Diante dessa realidade,

considerando o liberalismo econômico, liberdade da iniciativa privada, circulação de bens e serviços, direitos de propriedade e acesso irrestrito à informação em ambiente digital, cabe a seguinte indagação: qual a responsabilidade civil daquele que se apropria da obra de outrem como se fosse sua e o direito de liberdade e acesso à informação?

Essa é uma questão complexa posto que envolve desde a descoberta do plágio e aplicação da lei e a comprovação da culpa ou dolo e ainda a identificação da responsabilidade subjetiva quando comprovada a realização do plágio por negligência, imprudência ou imperícia, cabendo ao autor original o ônus da comprovação donexo causal entre a ação do agente e o dano causado (COSTA, 2020).

A existência do plágio nesse cenário de amplo acesso à informação e do desenvolvimento de complexas tecnologias da informação e comunicação com softwares sensíveis aos dados produzidos e, circulantes na internet como forma de assegurar ao autor o pleno gozo dos frutos econômicos do reconhecimento pelo trabalho desenvolvido, impõem a todos e cada um dos pesquisadores o dever de vigilância no combate à prática da trapaça acadêmica (COSTA, 2020; PEZUK *et al.*, 2020).

De acordo com Ramos e Moraes (2021) existem vários motivos para que ocorra o plágio. Para verificar isso os autores realizaram uma pesquisa em uma instituição de ensino nos anos de 2015-2016, utilizando formulário eletrônico, que recebeu 649 respostas dos diversos períodos e cursos de graduação, representando uma amostra de 24% do total de alunos dessa instituição. Para ilustrar, apresentam-se as categorias construída pelos autores e suas respectivas referências (Quadro 1).

Quadro 1 – Categorias e Referências sobre o Plágio

MOTIVOS PARA PRÁTICA DE PLÁGIO EM CATEGORIAS	REFERÊNCIAS
Falta de ética, o que remete para situações de plágio intencional relacionadas com atitudes e valores pessoais não compatíveis com a honestidade acadêmica;	PARK, Chris. In other (people's) words: plagiarism by university students: literature and lessons. <i>Assessment & Evaluation in Higher Education</i> , Abingdon, v. 5, n. 28, p. 471-488, 2003.
Como considerar o plágio como um crime sem vítimas e, portanto, sem gravidade;	BRIMBLE, Mark. Why students cheat: an exploration of the motivators of student academic dishonesty in higher education. In: BRETAG, Tracey (ed.). <i>Handbook of academic integrity</i> . Singapura: Springer, 2016. p. 365-382.
Currículos dos cursos, já que os alunos consideram que a motivação para plagiar também pode advir da falta de interesse pelo conteúdo curricular a ser tratado, da repetição de temas de trabalho em diferentes unidades curriculares ou do pouco acompanhamento docente;	BRIMBLE, Mark. Why students cheat: an exploration of the motivators of student academic dishonesty in higher education. In: BRETAG, Tracey (ed.). <i>Handbook of academic integrity</i> . Singapura: Springer, 2016. p. 365-382.
O atual estilo de vida, seja porque os estudantes alegam dispor de pouco tempo para completar os trabalhos acadêmicos de forma honesta, atendendo aos seus múltiplos compromissos exteriores ao ensino;	BRIMBLE, Mark. Why students cheat: an exploration of the motivators of student academic dishonesty in higher education. In: BRETAG, Tracey (ed.). <i>Handbook of academic integrity</i> . Singapura: Springer, 2016. p. 365-382.
Julgar que este compensa em relação a um cálculo utilitarista entre o esforço a realizar e a classificação a obter;	WOESSNER, Matthew. Beating the house: how inadequate penalties for cheating make plagiarism an excellent gamble. <i>Political Science & Politics</i> , Cambridge, v. 37, n. 2, p. 313-320, 2004.
Lacunhas em aprendizagens, nomeadamente sobre o plágio ou as normas e regras relativas à prática;	PARK, Chris. In other (people's) words: plagiarism by university students: literature and lessons. <i>Assessment & Evaluation in Higher Education</i> , Abingdon, v. 5, n. 28, p. 471-488, 2003.
Vigilância e sanções minimalistas surgem também apontadas como incentivo para plagiar;	PARK, Chris. In other (people's) words: plagiarism by university students: literature and lessons. <i>Assessment & Evaluation in Higher Education</i> , Abingdon, v. 5, n. 28, p. 471-488, 2003. WOESSNER, Matthew. Beating the house: how inadequate penalties for cheating make plagiarism an excellent gamble. <i>Political Science & Politics</i> , Cambridge, v. 37, n. 2, p. 313-320, 2004.
Tratando-se de uma "neutralização" dessa prática fraudulenta, justificada pelo comportamento dos outros, permitindo assim mitigar eventuais sentimento de culpa ou de embaraço;	RETTINGER, David; KRAMER, Yair. Situational and personal causes of student cheating. <i>Research in Higher Education</i> , New York, v. 50, n. 3, p. 293-313, 2009.
Elevada pressão para obter notas altas incentiva uma mentalidade de "sucesso a todo o custo".	BEASLEY, Eric. Students reported for cheating explain what they think would have stopped them. <i>Ethics & Behavior</i> , Abingdon, v. 24, n. 3, p. 229-252, 2014.

Fonte: Adaptação de Ramos e Morais (2021, p. 5-6).

Essas respostas foram obtidas a partir da percepção dos estudantes que estavam em períodos e em cursos diferentes e categorizadas pelos autores chegando a essa síntese (RAMOS; MORAIS, 2021).

Portanto, comportamentos não éticos ou interesse de obter vantagem desleal para si em detrimento do outro, tendo a certeza da impunidade pela prática do crime cometido faz com que a responsabilidade das instituições de ensino e os professores devam adotar medidas coercitivas e coativas da prática do plágio, ainda que não se consiga extirpar do ambiente acadêmico essa nociva realidade. Talvez uma alternativa mais radical seja promover um ambiente em que o estudante se sinta estimulado a pensar e a escrever entendendo os aspectos éticos e legais acerca da prática desse crime.

Contudo, a construção dessa cultura ética perpassa por políticas institucionais informativas e formativas auxiliadas por ações administrativas mais rígidas de penalização quanto ao plágio e pelo processo formativo do professor no ambiente escolar que, acreditando nessas possibilidades possa promover estratégias criativas de escrita acadêmica. E é sobre isso que trataremos agora.

Ensinar a pensar, pensar para escrever, escrever para pensar: propostas pedagógicas para escrita ética na Graduação

A complexidade que envolve a prática do plágio tem proporcionado reflexões sobre os valores de responsabilidade individual e coletiva, de falta de integridade acadêmica e políticas institucionais em busca da conscientização sobre o pensar, o escrever, e refletir sobre os próprios escritos e do outro.

Essa tensão sobre os valores individuais e coletivos impõe a análise de situações acadêmicas e afetas à intencionalidade, à originalidade, à inovação, à criatividade, à recompensa

econômica, ao domínio público ou privado de informações e conhecimento, cujo acesso permite a construção de espaços educacionais propícios à produção científica.

Por outro lado, a propriedade intelectual e o compartilhamento dos bens culturais comuns na sociedade reverberam na recompensa econômica, na criatividade e, inclusive, na crítica quanto à clareza dos limites da criatividade, do papel da escola, do corpo discente e docente na promoção e julgamento, bem como na realização pessoal e profissional com as publicações científicas (BAZERMAN, 2010).

Embora sejam escassos os estudos sobre plágio no Brasil, na graduação e pós-graduação, detectou-se a necessidade de cada vez mais informar os estudantes acerca da prática de plágio e suas nuances, notadamente considerando que a construção da credibilidade dos trabalhos realizados e inclusive para busca de auxílio oficial de fomento à pesquisa (RODRIGUES; LOPES, 2019).

Nesse sentido, o processo de ensino e aprendizagem, com o enfrentamento dessas disfunções fortalecidas pelo mal-uso da internet, conduz as instituições de ensino superior a exigirem novas formas de ensinar a aprender pautados na conduta ética, mas isso, necessariamente, deve estar previsto em seus projetos pedagógicos de curso, em suas políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão.

Como proposta, traz-se algumas sugestões que podem ajudar no fomento da pesquisa pautado numa postura ética, a partir de atividades de extensão, atendendo ao que propõe a Resolução n. 07/2018 do Ministério da Educação (BRASIL, 2018).

Propostas pedagógicas para escrita ética na graduação

Diante das mudanças advindas pela intensa utilização dos meios digitais para propagação do conhecimento, consideramos que as propostas pedagógicas devem partir das seguintes

premissas: a) o estudante deve ser o protagonista no processo de aprendizagem; b) as regras devem ser claras quanto aos procedimentos de pesquisa; c) ser orientado quanto às boas práticas necessárias a uma produção científica autêntica e original; d) ser provocado a refletir e a escrever sobre realidades concretas experienciadas no decorrer do seu curso, permitindo confrontar teoria e prática.

Essas premissas foram construídas a partir das leituras dos artigos, mas sobretudo, pelas experiências como pesquisadoras, orientadoras, docentes no Ensino Superior e gestora de Projetos de Extensão que, ao final, requerem a produção de artigos científicos. Essa metodologia de ensino mobiliza o tripé do Ensino Superior no manejo de um componente curricular atendendo à determinação da Resolução n. 07/2018.

O que isso tem a ver com plágio? As atividades de extensão têm por si só a sua singularidade, haja vista a sua natureza de extrapolar os muros institucionais aproximando da sociedade de forma efetiva, sendo uma oportunidade de observação e produção científica. Mas isso resolve o problema da prática do plágio na graduação? Depende. São múltiplos os fatores favorecedores da prática de plágio, mas com algumas medidas fomentadas institucionalmente e incentivadas pelo professor há a possibilidade de produção autoral de textos científicos.

Com efeito, as propostas pedagógicas apresentadas neste trabalho podem contribuir para que o pensar por escrito seja exercido a partir das realidades e pela sua singularidade, os acadêmicos devidamente orientados quanto às regras e punições, possam contribuir com pesquisas autênticas.

Deste modo, considerando os artigos lidos e o trabalho de Ramos e Morais (2021) que categoriza as motivações para a prática de plágio, utilizaremos os itens elencado nesse trabalho para propor reflexões e alternativas singulares para o enfrentamento desse crime e seus efeitos no mundo acadêmico, conforme segue.

a. Da falta de ética, ao crime sem vítimas: motivações acadêmicas para a prática do plágio

O plágio intencional, a certeza da impunidade por ser um crime sem vítima e a desmotivação decorrente de matrizes curriculares pouco atraentes são considerados motivos suficientes para que o acadêmico pouco se interesse nos efeitos nocivos do copiar e colar a produção acadêmica de terceiros.

Brimble (2016) ao elencar esses três fatores como suficientes para a prática do plágio nos faz refletir o quanto a escrita sem uma conduta ética sofre influência das expectativas dos estudantes quanto à vida acadêmica. Ou seja, se não houve a formação desde os anos iniciais quanto à prática criminosa do plágio, o estudante constrói crenças equivocadas e realiza o copiar e colar sem culpa. Ao chegar no Ensino Superior, não encontrando motivações pedagógicas atraentes exerce o seu papel cumprindo suas tarefas em troca dos pontos necessários à sua aprovação sem a preocupação com a qualidade da sua entrega.

Por outro lado, o docente pode enfrentar essa realidade com práticas simples, inclusive, se utilizar a curricularização da extensão para propor projetos interdisciplinares por meio dos quais a avaliação se daria por produção científica. Essa perspectiva talvez seja a possibilidade de gerar a curiosidade, a motivação e o interesse necessário por atividades que, significativamente, provoquem no acadêmico o interesse pela produção científica autoral e sem plágios.

b. Do atual estilo de vida à falta de tempo para cumprir suas tarefas acadêmicas

Em muitos cursos de graduação no Brasil, o acadêmico também é trabalhador. De acordo com Agência Brasil, 61,8% dos alunos de instituições privadas trabalham e estudam

concomitantemente, destes 69% têm carteira assinada. Nas instituições públicas, 40,3% dos estudantes trabalham e estudam ao mesmo tempo, sendo que destes 49,5% tem carteira assinada.

Esses dados nos mostram que o professor ao planejar suas atividades acadêmicas, devem considerar tanto a qualidade acadêmica como o contexto de vida pessoal-profissional do seu alunado, notadamente se as tarefas a serem realizadas necessitarem de produção científica. Ou seja, quanto mais autêntica as atividades, mais objetivas devem ser as orientações para realização destas atividades, dando ao alunado as condições práticas de execução, especialmente dentro do seu turno de estudo.

c. Pequenos esforços e grandes recompensas

A prática do crime de plágio possui múltiplos fatores. Entendemos que um dos fatores mais relevantes é a certeza da impunidade. Os esforços para realização de trabalho científico são consideráveis, porém para aquele que comete do crime de plágio e obtém vantagens significativas torna essa prática recompensatória.

Nesse sentido, é necessário pensar sobre mecanismos objetivos e necessários no âmbito institucional para enfrentar esta prática ilegal numa tentativa de coibir o corpo discente e alertar o corpo docente para não permitir que essas atitudes acadêmicas sejam normalizadas (PARK, 2003; WOESSNER, 2004).

Ao tomar medidas mais rígidas impeditivas da prática de plágio, amplamente divulgadas no ambiente escolar, pode contribuir para que se construa uma cultura de que o sucesso é importante na vida acadêmico-profissional, mas não pode ser na perspectiva do vale tudo, ao qualquer custo (BEASLEY, 2014).

Quando a comunidade acadêmica entende que a instituição e o corpo docente não são condescendentes com a prática do crime de plágio e em havendo a punibilidade necessária, por meio de procedimentos institucionais, poderá incitar um temor pedagógico coibitivo da prática de plágio.

- d. “Me diz com que andas e te direi quem és: indo com a manada”

Com o entendimento do corpo docente e discente acerca das regras institucionais impeditivas e punitivas sobre as práticas do crime de plágio, devidamente publicizadas pela instituição de ensino, a comunidade acadêmica fica ciente e em alerta, gerando uma cadeia em que todos e cada um dos estudantes devem conhecer as consequências desse crime (MCCABE, 1994; TREVIÑO, 1997).

A neutralização da prática de crime de plágio contribui para a mitigação dos comportamentos, sentimentos e mal-entendidos em momentos cruciais da vida acadêmica, decorrentes da realização de atividades ilícitas (RETTINGER; KRAMER, 2008).

- e. As práticas docentes e pedagógicas nas disciplinas de TCC nas instituições de ensino

As instituições de ensino são grandes responsáveis pelas medidas coibitivas da prática de plágio, isso é inegável. Muito embora essas ações estejam inseridas na cultura acadêmica, no desconhecimento de muitos professores sobre as peculiaridades do plágio, é no momento da execução do trabalho de conclusão de curso que os professores têm maiores desafios.

Via de regra, as instituições de ensino possuem seus Regulamentos e Manuais de TCC com regras mais rígidas sobre a prática de plágio para dar suporte ao professor, mas ainda assim torna-se desafiador enfrentar o comportamento dos alunos quanto à escrita acadêmica autêntica.

Nesse sentido, considerando as experiências como professoras-orientadoras, o que se propõe é ofertar aos professores-orientadores uma formação adequada e, em caso de verificação de plágio, ter o suporte necessário para enfrentar as desavenças que ocorrem ao se negar os encaminhamentos de finalização para defesa.

Considerações finais

Portanto, os estudos realizados permitem apreendermos que muito embora existam normas que visam enfrentar a prática do crime de plágio, ainda são insuficientes para que efetivamente haja a consciência dos seus efeitos nocivos para o mundo acadêmico e para a sociedade.

Com as análises deste estudo, compreendemos que a prática do plágio possui fatores complexos e sua identificação requer também a formação adequada do docente e amparo institucional para aplicação das devidas punições visando o efeito pedagógico e coibitivo, sendo esse o primeiro passo antes de acionar civil e penalmente o plagiador, ainda que não haja grandes prejuízos financeiros, mas pela prática do ilícito em si.

Apresentamos algumas das propostas que são potencialmente exequíveis, mas isso depende essencialmente da formação do professor para que, cada vez mais, implementem atividades pedagógicas com perspectivas reais de autoralidade de resultados.

Assim, observamos que a normalização do plágio especialmente pela impunidade e falta ética daqueles que o praticam e das instituições de ensino que não adotam medidas

radicais para coibir a prática de um crime tipificado no código penal brasileiro é o principal motivo para que esse problema ainda seja crônico em muitos espaços acadêmicos.

Concluimos que ensinar a pensar devem ser proporcionadas por atividades autênticas extensionistas que podem contribuir essencialmente para que a escrita científica seja ética e isso passa pela formação e ampla divulgação de medidas institucionais formativas sobre ética na pesquisa, além das punições aplicáveis em caso de prática do crime de plágio.

Referências

ALENCAR, G. P.; MONTEIRO, G. M.; CARVALHO, A. M. A. Reflexiones sobre plagio y fraude en estudios brasileños. *Revista Bioética*, v. 29, p. 641-647, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bioet/a/VCjsVMhYKsXhYqwLMHYQjMr/?lang=pt>. Acesso em: 19 dez. 2021.

BAZERMAN, C. Pagamento ou aluguel: particularidade e originalidade no uso da linguagem. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 10, p. 459-469, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbla/a/SSgsT67Mc6yMmY4xrzW7RCQ/abstract/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 19 jan. 2022.

BEASLEY, E. Students reported for cheating explain what they think would have stopped them. *Ethics & Behavior*, Abingdon, v. 24, n. 3, p. 229-252, 2014.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. **Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998**. Lei de Direitos autorais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis?L9610.htm>. Acesso em: 20 jun. 2016.

_____. **Lei n. 7.209, de 11.7.1984**. Altera dispositivos do Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1980-1988/L7209.htm#artl. Acesso em: 20 jun. 2016.

BRIMBLE, M. Why students cheat: an exploration of the motivators of student academic dishonesty in higher education. *In*: BRETAG, Tracey (ed.). **Handbook of academic integrity**. Singapura: Springer, 2016. p. 365-382.

DA SILVEIRA, Z. P.; ARRUDA, E. P.; ARRUDA, D. E. P. Plágio na Academia: Casos da Universidade Federal de Minas Gerais. **Atos de Pesquisa em Educação**, [S.l.], v. 16, p. e8785, jul. 2021. Disponível em: <https://bu.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/8785>. Acesso em: 07 fev. 2022.

IRIGARAY, H. A. R. Plágio e pirataria na academia: entre Mizner e o Código Penal Brasileiro. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 18, p. 1-1, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/YGNnVXtfZJF7ChpRSQNXL3q/?lang=pt>. Acesso em: 19 jan. 2022.

MCCABE, D. L.; BOWERS, W. J. Desonestidade acadêmica entre homens na faculdade: uma perspectiva de trinta anos. **Journal of College Student Development**, 1994. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/1994-31472-001>. Acesso em: 10 jan. 2022.

PARK, C. In other (people's) words: plagiarism by university students: literature and lessons. **Assessment & Evaluation in Higher Education**, Abingdon, v. 5, n. 28, p. 471-488, 2003.

RAMOS, M.; MORAIS, C. As várias faces do plágio entre estudantes do ensino superior: um estudo de caso. **Educação e Pesquisa**, v. 47, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/BxhbwbWCrhMZCtjMhzmt5hz/>. Acesso em: 22 jan. 2022.

RETTINGER, D.; KRAMER, Y. Situational and personal causes of student cheating. **Research in Higher Education**, New York, v. 50, n. 3, p. 293-313, 2009.

SATUR, R. V.; DIAS, G. A.; DA SILVA, A. M. Direito autoral, plágio e coautoria: questões acadêmicas e éticas. **Brazilian Journal of Information Science**, v. 14, n. 1, p. 57-87, 2020. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7340412>. Acesso em: 10 dez. 2021.

SUTHERLAND-SMITH, W. **Plagiarism, the Internet, and student learning: improving academic integrity**. New York: Routledge, 2016. Disponível em <https://www.routledge.com/Plagiarism-the-Internet-and-Student-Learning-Improving-Academic-Integrity/Sutherland-Smith/p/book/9780415432931> .Acesso em: 22 jan. 2022.

WOESSNER, M. Beating the house: how inadequate penalties for cheating make plagiarism an excellent gamble. **Political Science & Politics**, Cambridge, v. 37, n. 2, p. 313-320, 2004.

ZUIN, A. A. S.; BIANCHETTI, L. O produtivismo na era do “publique, apareça ou pereça”: um equilíbrio difícil e necessário. **Cadernos de Pesquisa**, v. 45, p. 726-750, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/Y7QSC9yjWMB5XWJMz6K99hd/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 19 dez. 2021.

LER E ESCREVER NA PERSPECTIVA ÉTICA: EXPERIÊNCIAS NO CONTEXTO ACADÊMICO DOS CURSOS DE PÓS- GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

Lauanda Soares Grangeiro
Carmen Lúcia de Oliveira Cabral
DOI: 10.29327/5148818.1-6

A escrita acadêmica nos cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* é um componente constitutivo desse nível de formação, tanto no aspecto da produção final, objetivando a aquisição do título procurado, mestrado/doutorado, quanto no aspecto avaliativo do curso, junto às instâncias da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Desse modo ocorre de os docentes que compõem o curso serem instigados a produzir e publicar em periódicos, livros e eventos.

Entretanto, a escrita acadêmica requer o acompanhamento de um conjunto de princípios éticos e normas técnicas contribuindo para o rigor científico, o qual a escrita deve apresentar. O docente e o discente precisam compreender que esse rigor também está relacionado ao processo de autoria nas produções, perspectiva que iremos discutir neste estudo.

Ao realizar uma produção, o autor precisa compreender que nos processos de ler e escrever estão entrelaçados valores, paradigmas, crenças, historicidade, presentes por meio da cultura social de quem escreve e do que escreve. É no momento da escrita que o pesquisador tem a capacidade de relacionar diferentes discursos, esses discursos fazem parte de diversas situações de leitura e experiências vivenciadas diariamente. De acordo com Foucault (2001, p. 15), “o ato de escrever adquiriu cada vez mais o aspecto de um imperativo próprio da literatura.”

A fala de Foucault vem mostrar que o processo de autoria, nas produções científicas, vem se consolidando pela exigência do autor assumir a glória da produção, bem como as penalidades possíveis de serem aferidas ao que e como está escrito, sem levar em consideração todos os discursos presentes. Isso considerando que, em momentos anteriores ao século XVIII, a propriedade era atribuída não a uma pessoa, ao indivíduo escrevente, que redige o texto, simplesmente por escrevê-lo. O status de autor descreve uma ruptura na compreensão da realidade escrita, descrita em relação aos outros autores que também escrevem sobre a mesma realidade.

Nesse contexto, buscamos aprofundar melhor, aspectos relacionados à autoria das produções científicas, dentro de concepções conceituais, dos autores que foram base para a investigação neste artigo. A partir desse contexto, definimos a seguinte questão de pesquisa: como acontece a leitura e a escrita acadêmica dentro de uma perspectiva ética de autoria? Assim, o estudo tem como objetivo geral descrever como acontece a leitura e a escrita acadêmica dentro de uma perspectiva ética de autoria.

Considerando a questão de pesquisa e o objetivo geral, a investigação pretende de modo específico: discutir características de uma postura ética dentro do processo de escrita e leitura; analisar os indícios de autoria que constituem uma escrita acadêmica, nesses tempos de textos, hipertextos, textos coletivos e outros recursos proporcionados pelas tecnologias digitais e da informação.

Dessa maneira, trata-se de uma pesquisa qualitativa de natureza bibliográfica e descritiva. Essa pesquisa busca inserir o pesquisador ao contato direto com a revisão de literatura produzida sobre o objeto de estudo.

Para a realização deste estudo, tomamos como referência de análise e interpretação das fontes selecionadas as orientações de Foucault (2001), Possenti (2002), Severino (2015), que a partir do desenvolvimento de uma crítica do modo como os autores

elaboram as concepções de escrita e leitura e as problematizam no interior das posições teóricas e paradigmáticas que orientam estes estudos, sistematizamos argumentações e proposições com a perspectiva de atender aos objetivos dessa pesquisa.

Com o desenvolvimento do estudo, esperamos contribuir com reflexões sobre a ética nas pesquisas científicas nos programas de pós-graduação *stricto sensu*, mestrado e doutorado, bem como no processo de autoria dentro da escrita das produções científicas, sabendo que é um estudo relevante para área da Educação, com um tema pouco abordado e que é necessário dentro do contexto que nos dispusemos alcançar. A seguir, discorreremos sobre a metodologia que subsidiou a produção desse artigo científico.

Metodologia da investigação

Quando investigamos entramos em contato direto com o objeto de estudo, por meio dos instrumentos da pesquisa, desse modo, adquirimos conhecimentos e elaboramos resultados. Nesse sentido, precisamos de um método para chegar nesses aspectos, a técnica deve partir dos objetivos propostos para a pesquisa e o objeto ao qual está investigando.

Segundo Gamboa (2012, p. 50) “quando investigamos, não somente produzimos um diagnóstico sobre um campo problemático, ou elaboramos respostas organizadas e pertinentes para questões científicas, mas construímos uma maneira de fazer ciência”. De acordo com o autor, a investigação científica vai muito além da elaboração de perguntas e respostas, parte de uma responsabilidade com a ciência, com a produção do conhecimento e com tudo que está envolvido com a pesquisa. É também adquirir uma filosofia, quando relacionamos o sujeito com o objeto do conhecimento definindo sentido.

Ainda em relação ao conhecimento, Ghedin e Franco (2011, p. 142) afirmam que “o conhecimento significa não só uma construção social, como também uma possibilidade de

construção da dignidade humana no interior da cultura em que está inserido”. Os autores corroboram com a discussão, apresentando o conhecimento como parte da vida do pesquisador, que vai dando a possibilidade de formação da dignidade humana, de forma subjetiva, buscando um sentido e significado das experiências e construindo um cidadão comprometido com as situações sociais que vivencia cotidianamente.

Cumprindo com as demandas da pesquisa científica, consideramos as singularidades do objeto deste estudo, o que nos motivou a ir a busca de nossas indagações. Nesse sentido, optamos pela pesquisa qualitativa, tendo em vista que:

Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos. (RICHARDSON, 1999, p. 80)

A pesquisa qualitativa tem o caráter de descrever fenômenos sociais ligados ao problema de pesquisa que está sendo investigado. Desse modo, buscamos descrever como a leitura e a escrita acadêmicas devem acontecer dentro de uma perspectiva ética de autoria. Os processos imbricados ao problema de pesquisa são essenciais para o estudo e por meio deles, a pesquisa qualitativa adentra para um maior nível de profundidade e entendimento do fenômeno estudado.

No que se refere à abordagem qualitativa, a pesquisa bibliográfica e a descritiva foram escolhidas para atender as demandas do problema de pesquisa. A pesquisa bibliográfica nos deu suporte para realizar a pesquisa em diversas fontes como: revistas, livros e artigos. Já a pesquisa descritiva foi fundamental para discorrer sobre os fatores relacionados à ética nas pesquisas em educação e os indícios de autoria das produções científicas.

Dessa maneira, a pesquisa iniciou-se com a disciplina de Produção Científica, ministrada pela professora doutora Carmen Lúcia, na UFPI. Nessa disciplina, estudamos textos que tinham como tema a relevância dos critérios éticos nas pesquisas, indícios de autoria, plágio e autoplágio, entre outras. No decorrer desse período, selecionamos os textos que seriam fundamentais para discussões do estudo, nos aprofundamos nas leituras e por fim, nos atentamos à escrita, descrevendo o fenômeno estudado. A seguir, discutiremos sobre os aspectos relacionados às questões conceituais sobre ética, produção científica e autoria.

Escrita Acadêmica: indícios de autoria nas produções científicas dos cursos de Pós-graduação

Ao realizar uma pesquisa científica, é fundamental que o pesquisador conheça os rigores éticos que assegurem o desenvolvimento de uma escrita acadêmica, o que é importante para delinear os direcionamentos necessários, que valorizam a boa conduta, respeitosa na produção acadêmica, bem como para não prevalecer apenas a autonomia do pesquisador. Nesse sentido, foi criada a Resolução Geral, estabelecida pelo Conselho Nacional de Saúde, versão 466. Essa argumentação apoia-se na afirmação de Severino (2015, p. 779):

A norma jurídica, configurada em códigos positivados, tem, pois, sua relevância maior em sistematizar e circunscrever os critérios do agir. Elas não tornam as ações legítimas, mas apenas legais. Mas, ao se tornarem normas legais, assinalam um critério mais objetivo, que se dirige a todos, superando uma opção puramente subjetiva e individualizada.

Severino (2015) argumenta que as leis são apenas para tornar as ações legais, o que as tornam legítimas depende da conduta de cada pesquisador. Mesmo assim, as normas legais favorecem critérios objetivos que superam a subjetividade e individualidade de cada escritor. Em outras palavras, as normas jurídicas têm o caráter de estabelecer critérios que valorizam

o respeito e a dignidade perante os envolvidos na pesquisa, por isso é tão relevante que haja um diálogo que favoreça a prática com esses critérios.

Mediante os aspectos éticos que valorizam o respeito e a dignidade humana, há também os indícios de autoria que caracterizam a escrita de cada pesquisador. Esses indícios são essenciais para uma boa produção científica, em que o sujeito que escreve compreende os verdadeiros traços vigorados em uma obra, traços esses marcados por aspectos históricos, demarcando os discursos em diferentes épocas em cada sociedade.

Assim, ao escrever um texto acadêmico, o sujeito desaparece, como diz Foucault (2001, p. 1), “[...] que importa quem fala [...]”. Quem escreve torna-se apagado dentro da obra, objetivando um princípio ético bastante comentado na contemporaneidade, visto que ao escrever uma obra, o discurso não é mais seu, ele se manifesta por meio de outros discursos presentes na sociedade, por isso, é necessário que o escritor deixe um lugar vazio de sua subjetividade, para que venham a emergir outras linguagens.

Nesse sentido, Foucault (2001, p. 7) descreve que “o sujeito que escreve despista todos os signos de sua individualidade particular; a marca do escritor não é mais do que a singularidade de sua ausência; é preciso que ele faça o papel do morto no jogo da escrita.”. De acordo com o autor, o modo de desenvolver a escrita, as marcas e os signos linguísticos, pertencentes a cada sujeito, desaparecem para que venham a aparecer as singularidades de outros textos, ou seja, de outros discursos presentes no ato da escrita. Esses discursos são marcas históricas presentes em determinadas épocas da sociedade e perpetuam-se com o tempo.

Ainda, levando em consideração os discursos presentes nos textos, há uma diferença entre escritor e autor, pois o escritor, segundo Foucault (2001), é aquele que escreve e o autor é aquele que está revestido de traços históricos variáveis, que se manifesta em diversos discursos de diferentes épocas

da sociedade. Nessa perspectiva, podemos compreender que o sujeito, sendo um ser social rico em experiências, convive com diferentes paradigmas, diferentes culturas e diferentes sociedades e nesse sentido nasce o autor.

Dessa maneira, de acordo com Foucault (2001 apud Possenti, 2002, p. 3): “A noção de autor é discursiva, isto é, o autor é de alguma forma construído a partir de um conjunto de textos ligados ao seu nome, considerando um conjunto de critérios, dentre eles sua responsabilidade sobre o que põe a circular”. Possenti (2002) parafraseia Foucault (2001), que descreve de maneira clara aspectos que levam a um autor, em primeiro lugar, o conjunto de textos ligados ao seu nome e também o compromisso ético com o que escreve. A função-autor é, portanto, característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de certos discursos no interior de uma sociedade.

É nesse sentido que a discente e o discente dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* precisam se portar, de forma ética diante das suas produções, primeiramente comprometendo-se com o que está sendo discutido, garantindo a veracidade das informações, dos dados usados, e conseqüentemente a confiabilidade nas análises desenvolvidas e apresentadas. Além disso, também necessita compreender que aquele texto, a partir do momento que circula na sociedade, não é mais seu, ele se integra a outros discursos e passa a fazer parte do contexto social em que está inserido, pois a escrita não é solitária, ela passa por uma teia de reações, embora de maneira invisível.

Uma das preocupações que devemos ter ao produzir um texto é com o rigor e a autenticidade do pesquisador, pois é comum pesquisadores, por exigência dos órgãos de fomento às pesquisas científicas, plagiar autores ou se autoplagiar, dinâmica essa que perde os critérios éticos na escrita. Textos produzidos dessa maneira deixam a desejar, uma vez que chegam ao leitor vagos de sentido e significado, evidenciando a falta de preocupação com o coletivo, ou seja, com quem irá

ler. Além disso, ferem a integridade na pesquisa em todas as áreas do conhecimento e têm consequências na propriedade intelectual, na avaliação das pesquisas e no controle da qualidade dos resultados dos estudos.

Por isso, não basta apenas se valer das normas jurídicas que envolvem a ética, sem de fato pensar na pessoa humana. Nesse aspecto, Severino (2015, p. 781) afirma que, “[...] toda e qualquer discussão envolvendo a dimensão ética pressupõe que se tenha claro que o valor fundante dos valores que sustentam a eticidade é aquele representado pela própria dignidade da pessoa humana, ou seja, os valores éticos fundam-se no valor da existência humana”.

O autor traz uma discussão importante em relação aos pressupostos éticos em uma pesquisa científica, pois estamos sempre diante do risco de nos atermos à formalização normatizante de princípios, sem levar em consideração a dignidade da pessoa humana, efetivando, assim, apenas um amaranhado do aparato técnico-jurídico em suas produções.

Em suma, fica clara a responsabilidade do aluno de pós-graduação em relação à escrita de textos acadêmicos, é necessário conhecer os critérios éticos que permeiam um estudo na área a qual desenvolve pesquisas. É fundamental ter um compromisso com a sociedade, ou seja, com a pessoa humana e com a Educação. A seguir, faremos breves considerações finais.

Considerações finais

Com o intuito de investigar e obter respostas sobre como acontece a leitura e a escrita acadêmica dentro de uma perspectiva ética de autoria, buscamos nos aprofundar na literatura que estuda esse fenômeno. Nesse contexto, entendemos a natureza multifacetada das produções científicas nos cursos de pós-graduação, essas produções, por vezes encontram-se descontextualizadas de critérios éticos e sociais.

De maneira objetiva, procuramos apresentar características de uma postura ética dentro do processo de escrita e relatar os indícios de autoria que constituem uma escrita acadêmica. No que se refere ao primeiro objetivo, entendemos que é fundamental que o pesquisador seja orientado por critérios éticos, concernidos por regimentos que objetivem a escrita acadêmica, mas que a norma legal não é uma garantia de que o que seja produzido respeite a moral e os valores da sociedade envolvida.

Em relação ao segundo objetivo, buscamos relatar os indícios de autoria na escrita dos sujeitos e compreendemos que a produção de um texto vai muito além dos símbolos linguísticos que o constitui. A ele é direcionada uma série de fatores que o tornam um ato social, ou seja, nele estão inseridos muitos discursos e o escritor precisa entender que, para usar um lugar comum, seu discurso é atravessado pelo do outro. É isso que dá sentido ao que é escrito, tornando-o histórico. Assim, os indícios de autoria são construídos a partir de um conjunto de textos ligados ao nome de quem escreveu, essa noção é discursiva, então é fundamental ter a responsabilidade do que põe a circular.

Para concluir, destacamos que a realização deste trabalho nos permitiu, enquanto pesquisadoras, uma mudança de pensamento sobre o objeto de estudo desta pesquisa e sobre como pesquisar. Destacamos, ainda, que demos um salto qualitativo em nossa compreensão acerca dos critérios de ética e autonomia da escrita de um texto científico. O estudo cria possibilidade de novas pesquisas, mostra que é relevante o aprofundamento da temática, principalmente para os estudantes dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado.

Referências

FOUCAULT, M. **O que é um autor?** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

GAMBOA, S. S. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias.** Chapecó: Argos, 2012.

GHEDIN, E.; FRANCO, M. A. S. **Questões de Método na construção da pesquisa em educação.** São Paulo: Cortez, 2011.

POSSENTI, S. **Indícios de Autoria.** Florianópolis: Perspectiva, 2002.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social Métodos e Técnicas.** São Paulo: Atlas, 1999.

SEVERINO, A. J. Ética na pesquisa: autonomia e heteronomia na prática científica. **Cadernos de pesquisa**, [S. l.], v. 45, n. 158, p. 776-792, out./dez. 2015.

PRODUÇÃO ACADÊMICA X CONHECIMENTO CIENTÍFICO: LIMITES E POSSIBILIDADES

Maria Lemos da Costa
Eliana Freire do Nascimento
DOI: 10.29327/5148818.1-7

A discussão sobre a produção acadêmica para a construção do conhecimento científico traz a importância das pesquisas e de escrita com autoria, da escrita assinada, escrever textos que apresente algo inédito, novo, não só se apropriar da ciência acumulada, mas levantar questionamentos, problematizar, fazer análises crítica das premissas estabelecidas, relacionar teoria e prática, conhecimento empírico e científico e assim vislumbrar o avanço da ciência, do pensamento, de outras maneiras de pensar e ver a sociedade.

Nisso se encontra os limites, em que estudantes, em especial de pós-graduação, em nível de mestrado e doutorado, devido a inúmeras exigências dos cursos, bem como a facilidade de acesso a outras produções, não justificando, mas acabam por praticar o plágio e até o autoplágio. Prática que precisa de medidas educativas, para prevenção e implicações legais, que venham a evitar essa fraude intelectual, que se faça ser efetivada a lei dos direitos autorais. Aspectos que perpassam por questões morais, ética, jurídica e pedagógica.

O estudo revelou que o avanço da ciência depende das pesquisas realizadas, nas quais, a nossa escrita com autoria contribuirá para avançarmos em nossos pensamentos, nas postulações teóricas, aspectos que requerem por parte das instituições superiores criarem mecanismo para prevenir e combater a prática do plágio e do autoplágio, pois estes se

configuram como um dos limites para o avanço do conhecimento científico, sendo necessário fazer das possibilidades que o avanço das tecnologias trouxe, instrumentos para criar, sair da reprodução para a produção de um novo conhecimento.

Considerando o exposto, este estudo partiu do seguinte questionamento: Quais os limites e as possibilidades na produção acadêmica para a construção conhecimento científico? Tendo como objetivo geral analisar os limites e as possibilidades para o avanço da ciência e de modo específico: identificar os limites e as possibilidades da produção acadêmica e caracterizar o conhecimento científico na relação com a produção acadêmica. Para embasar as discussões buscamos apoio em: Fischer (2005), Girardello (2008), Krokoscz (2012), Pithan e Vidal (2003), Pinto (1969), Romancini (2007), Severino (2007), dentre outros que possibilitam fazer uma análise acerca da temática.

O mesmo está organizado além da introdução e das considerações finais em duas partes: a primeira discute os limites e as possibilidades da produção acadêmica e traz evidências, com alicerce em teóricos, que a escrita com autoria, apresentando um conhecimento novo, ainda é um desafio para estudantes pesquisadores de pós-graduação, anunciando o plágio e até o autoplágio como uma das práticas que inibe o avanço do conhecimento científico; a segunda discute a relação do conhecimento científico com a produção acadêmica e apresenta a importância da pesquisa científica nessa relação para avançarmos em nossas postulações teóricas.

Limites e possibilidades da produção acadêmica

Escrever sobre a produção acadêmica para a construção do conhecimento é um desafio diante dos limites e das possibilidades presentes no contexto da atualidade. Para se produzir conhecimento se faz necessário tempo, pesquisas,

análise de dados, levantar categorias, articular teoria e prática, conhecimento empírico e científico, bem como rigor para a produção desse novo conhecimento.

Este exige de seus autores algo inédito, avanço nas ideias e na construção do pensamento, exige compromisso, ética, ao mesmo tempo, requer uma escrita com autoria em busca da superação do senso comum, para de fato avançarmos na construção do conhecimento. Em se tratando dos limites e das possibilidades é importante pontuarmos sobre o plágio e o autoplágio, aspectos que vem preocupando os pesquisados diante das intensas transformações, em que, com o avanço da tecnologia todos tem acesso a tudo, as informações acontecem em rede, são divulgadas em tempo real.

Os limites na produção acadêmica são muitos, como: falta de tempo, rigor científico, imaturidade intelectual, o acompanhamento de pesquisadores experientes, dentre outros, o que não justificam, mas que acabam implicando em trabalhos plagiados, como também até o autoplágio. Krokosz (2012) apresenta os vários motivos que levam os estudantes a fazerem uso de trabalhos escritos alheios sem dar os créditos aos autores. Uma destas é a razão accidental – desconhecimento técnico que:

[...] pode ocorrer no processo de escrita acadêmica por descaso ou desconhecimento técnico do redator, ou seja, incompetência em relação á indicação de autores (citações) e negligência quanto à importância da identificação das fontes de informação (referências) que foram utilizadas como ponto de partida ou fundamentação da reflexão que se apresenta no texto decorrente. (KROKOSZ, 2012, p. 22-23)

O autor também disserta sobre a facilidade de acesso a informação eletrônica, bem como a falta de tempo, dificuldade de escrita acadêmica, interesse em aumento o número de publicações e a falta de ética. Todos esses aspectos têm se constituído, embora não justificando, em motivos que tem impedido o avanço de conhecimento científico, da ciência.

Isso tem impulsionado as instituições a criar dispositivos que venham orientar sobre as práticas de produção acadêmica. A exemplo podemos citar, “O código de boas práticas científicas” da FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - que trata de apresentar um conjunto mínimo de preceitos gerais, a serem especificados e complementados pelas diferentes pessoas e instituições envolvidas com a pesquisa, estabelecendo diretrizes éticas para as atividades científicas.

Mas, não é só criar dispositivos, mas criar mecanismo para inibir a prática do plágio, uma vez que quando um texto é publicado nos meios de comunicação, o autor perde o controle do uso desse material por outras pessoas, chegando até a alguns casos de pessoas se apossarem, tomando como seu, sem nenhum critério ético e sem também nenhuma punição, ainda que se caracterize como crime e enquadrado nos códigos jurídicos e tenha punições previstas, mas não sendo o suficiente diante das quantidades de trabalhos plagiados.

Então, o plágio no contexto da atualidade tem sido um dos limites para o avanço da ciência. Muito se fala em plágio, mas o que o plágio, segundo o Romancini (2007) caracteriza-se como uma falsa atribuição de autoria, uma apropriação indevida de trabalho de um autor por indivíduo (plagiário), de acordo com Krokosz, (2012, p. 9) este é “[...] entendido como o uso ou a reprodução desautorizada de obras alheias (livros, músicas, imagens, etc.)”, em suma, são cópias das ideias dos outros sem dar os devidos créditos autorais.

Diante desse entendimento sobre o plágio, podemos nos questionar, porque essa prática é tão comum no meio acadêmico? O que leva os estudantes a essa prática? O que contribui para que os alunos não produzam seus próprios trabalhos? O que é necessário para superação do senso comum? Quais os impedimentos para uma escrita com autoria? Essas e, tantas outras questões que tem nos inquietado no que se referem à construção do conhecimento.

Escrever é um desafio para qualquer pessoa, romper as fronteiras da escrita para produzirmos conhecimento e não somente a reprodução do mesmo, é algo desafiante na ciência. Fischer (2005, p. 177) fala das “[...] dificuldades de escrita vinculadas aos modos pelos quais nos apropriamos de conceitos e teorias, ressaltando, sobretudo, algo que me parece muitas vezes ausente em muitos textos acadêmicos: a paixão daquele que cria.”

Porque será que falta essa paixão daquele que cria, porque escrever apenas para cumprir tarefas, como um dever, uma obrigação, uma escrita que precisa se enquadrar nos pré-requisitos estabelecidos pelas instituições, uma escrita que não é livre, em que os escritores, na maioria das vezes, não têm a liberdade de fazer escolhas, mas precisa seguir todas as regras, a escrita não com um ato criativo, prazeroso, livre, mas como uma atividade que é imposta pelas regras de um curso, diante da necessidade de ser aprovado para se obter um título.

Porque a escrita é algo que assusta tanta gente, se quando escrevemos acreditamos que somos livres para expressar nossas ideias, nossas percepções de mundo, o porquê do pânico da folha em branco, da tela em branco (MACHADO, 2008). Por meio da escrita interagimos com o mundo, pois a escrita é como um ato cultural ou como de criação de cultura, de integração à cultura (SCHARFER, 2002), se constitui em um elo entre gerações e culturas.

Segundo Fischer (2005, p. 177) “é nos gregos clássicos, portanto, que o filósofo encontra delicadeza e a força do ato de escrever, como ato de alguém se mostrar, de meditar de fazer-se ver, de fazer aparecer para o outro e para si mesmo o próprio olhar [...]”. Será esse medo de mostrar-se que os estudantes têm visto que a prática do plágio é tão constante, pois escrever é aparecer por meio de um segundo corpo, o corpo das ideias assumidas pelo autor por meio de sua assinatura que ganha vida própria (MACHADO, 2008).

E um novo corpo que se apresenta em que o seu autor ao divulgá-lo perde o controle, não tem as dimensões do uso deste. E por meio da apresentação deste corpo que nossos escritos ganham notoriedade, contribui para o avanço da ciência e trazem novas perspectivas, novas possibilidades de pensar a sociedade em suas diversas relações.

Sendo a escrita relevante para o avanço da ciência, porque escrever é tão difícil? Porque uma escrita assinada é um desafio, mesmo diante do acesso a toda informação, a estudiosos, a livros, revistas e tantos outros materiais. O que é necessário fazermos para avançar em nossas ideias? Portanto, “Que possamos, diante dos livros, das palavras de alguns autores, dizer, escrever, pensar sobre aquilo que nos seduz, que nos faz vibrar, que nos encoraja a uma certa audácia de pensamento sobre o presente que vivemos [...]” (FISCHER, 2005, p. 122).

Acreditamos que esta é uma das possibilidades de avançarmos no campo das ideias, realizar investigações sobre um determinado problema, que podem trazer esclarecimentos sobre uma determinada temática.

É importante ressaltar que no processo de escrita acadêmica existem muitos fatores que contribuem para a prática do plágio, mas não justifica, como ressaltado, a falta de tempo para conciliar estudos e trabalho, como coloca Krokoscz (2012, p. 25):

[...] é uma carga de responsabilidade bastante exigente, pois além do comprometimento profissional, a pessoa deve cumprir as obrigações acadêmicas, tais como: frequência nas aulas, realização de trabalhos, submissão às avaliações disciplinares, manutenção de leituras obrigatórias, etc.

Os alunos estudantes de pós-graduação, diante de tantas responsabilidades, acúmulo de atividades obrigatórias, pressionados pelo tempo em cumprir prazos, acabam reproduzindo o conhecimento sem avançar no campo das ideias, das teorias, sem avançar na construção do pensamento. Muitos dos textos que lemos é perceptível esse aspecto, o pensamento não avança, as ideias são as mesmas ditas de formas diferentes.

A pesquisa é importante, pois “[...] a ciência se faz através de trabalhos de pesquisa especializada, própria das várias ciências [...]” (SEVERINO, 2007, p. 212). O que se faz necessário avançarmos nas pesquisas, na construção de novas teorias, apropriando-se dos conhecimentos já construídos, mas criando novas possibilidades de construir outros conhecimentos que atenda aos desafios de cada época, em cada contexto. Buscando fazer uma releitura dos conceitos e provocando novas discussões, visto que,

[...] ao utilizar um autor na escrita acadêmica, nós nos apropriamos dele e continuamos sua obra, tensionamos aos conceitos que ele criou, submetemos à discussão uma teoria, porque a mergulhamos no empírico, no estudo de um objeto por nós selecionado, que ultrapassado, vai além dos objetos que o autor escolhido elegeu - justamente porque nossa história é outra, nossos lugares e tempo são outros. (FISCHER, 2005, p. 120)

O que emerge na necessidade de avançarmos, pois os tempos e lugares são outros, e exigem novos conhecimentos, exigem que avancemos com autonomia em nossas escritas, em nossas produções acadêmicas. A produção acadêmica exige uma posição teórica, mas não só no sentido de nos apropriarmos de certos teóricos e perpetuarmos suas ideias como verdades absolutas, mas no sentido de questionarmos, de fazermos uma leitura crítica, um inter-relacionamento do nosso objeto de estudo com outros pesquisadores, numa relação dialética.

Um pesquisador com seu objeto de estudo deve interagir a diversos contextos e fatos, pois ele não é um fato isolado, mas pelo contrário, tem relações múltiplas a outros fatores que interferem e influenciam nos resultados. Portanto “[...] este inter-relacionamento é dialético na medida em que ele nega, ao mesmo tempo afirma, a relevância da contribuição alheia. Esta só é válida quando incrementa a instauração da autonomia de pensamento do pesquisador (SEVERINO, 2007, p. 215).

E nesse processo de escrita acadêmica, a partir dessa apropriação das ideias de outros autores e reconhecendo seus créditos autorais, que alavancamos na construção de

novos conhecimentos. Para tanto, se faz necessário a partir de nossas escritas e discussões, diante de realidades e tempos, submetemos à análise as teorias estabelecidas como verdades, questioná-las e buscarmos interagirmos com os contextos empíricos, afim de construirmos novas teorias, novas ideias sobre determinado objeto. Pois “[..] não se trata mais de apenas aprender, de apropriar-se da ciência acumulada, mas de colaborar no desenvolvimento da ciência, de fazer avançar este conhecimento aplicando-se o instrumental da ciência aos objetos e situações [...]” (SEVERINO, 2007, p. 217) buscando a sua compreensão.

É nesse sentido que os limites emergem, as dificuldades de escrita são postas aos alunos estudantes de pós-graduação, bem como aos professores e profissionais que se dedicam a fazer pesquisas, na busca de construir novos conhecimentos. Os limites se constituem em diversos fatores, que acabam levando os autores a praticar o plágio e até mesmo, o autoplágio. Vale ressaltar que o “[...] plágio existe desde a antiguidade, mas copiar foi se tornando muito mais fácil no decorrer dos tempos e está muito facilitado pela automatização dos processos de pesquisa e escrita na atualidade” (KROKOSZ, 2012, p. 24).

Como essa prática não é recente e no contexto atual, ainda é mais fácil, se faz necessário um controle eficaz por parte das instituições de pesquisa, para prevê, bem como construir leis para combater as más condutas científicas entendida conforme o código de boas práticas científicas da FAPESP como “[...] toda conduta de um pesquisador que, por intenção ou negligência, transgredida os valores e princípios que definem a integridade ética da pesquisa científica e das relações entre pesquisadores, [...]” (FAPESP, 2014, p. 31).

Nesse código também é mencionado às más condutas graves mais típicas e frequentes que ocorrem, como: a fabricação que acontece por meio da construção de dados procedimentos ou resultados falsos; a falsificação que se refere a modificação

de dados e por último o plágio que é a utilização de ideias ou formulações de outrem sem dar-lhes o devido crédito, afirmando ser ideias de autoria própria.

Todos esses aspectos interferem e ou impedem o avanço da ciência, das ideias, do pensamento. A pesquisa possui uma complexidade e tem uma exigência ética para se desenvolver, deve haver uma múltipla interação com as teorias com os autores, com o conhecimento já consolidado, estes servem de base, mas é preciso avançar, os tempos e os lugares são outros, o conhecimento é dinâmico e evolui de acordo com esses tempos e espaços, que requerem outras formulações científicas, aspectos demandados pelos avanços sociais.

Nisso é necessário, uma autoria para a construção de novos conhecimentos e não apenas a reprodução dos mesmos, daí a importância de um ensino pautado na pesquisa, em que busque preparar pesquisadores como seres humanos éticos, profissionais autônomos, críticos. O processo de escrita perpassa por todas estas dimensões e “[...] tornar-se autor é um modo de afirmação de identidade e isso requer uma escolha e tomada de decisão pessoal [...]” (KROKOSZ, 2012, p. 29), que implica em uma escrita com autoria.

Diante das discussões, que ressalta a necessidade de sermos autores, de assinarmos o que escrevemos, de a partir da interação com os teóricos, formular e reformular nossas ideias, nosso pensamento e assim avançarmos na construção do conhecimento, vem uma pergunta: mas o que é ser autor? Assinar seus escritos? Afirmar sua identidade de escritor? Para respondermos a esses questionamentos, podemos citar Foucault (2001, p. 4) que traz formulações sobre o que é o autor e afirma que “essa noção de autor constitui o momento da individualização na história das ideias, dos conhecimentos, das literaturas, e também na história da filosofia e das ciências”.

O teórico faz uma análise do personagem autor, como este se individualizou, a sua autenticidade e atribuição em suas obras no momento em que não mais se conta a história dos

heróis, mas a dos autores, como se instaurou essa categoria fundamental da crítica “o homem-e-a-obra”. Foucault (2001) aponta as características da função do autor e apresenta como categoria, um nome próprio, discutindo a impossibilidade de tratá-lo como um nome próprio comum; fala da relação de apropriação e de atribuição, bem como da posição do autor nos diversos dispositivos que trazem autorias como em livros, discursos e outros.

Então nossos escritos, nossas ideias, nossos pensamentos, precisam trazer autorias, nós enquanto profissionais da educação temos a escrita como uma das armas do professor (BIANCHETTI, 2002), temos que ultrapassar a condição de consumidor dos escritos dos outros para a condição de escritor, de autor de seus próprios textos e ideias, saindo dessa condição de consumidor passivo das teorias de outros e avançando para a condição de produtor de seus próprios conceitos.

Nesse sentido, os limites e as possibilidades da produção acadêmica são vários. Os limites se vinculam à prática do plágio e autoplágio (reprodução de sua própria escrita), nessa reprodução do conhecimento sem os devidos créditos autorais, apropriação dos pensamentos dos outros. E o que dizer de se apropriar do seu próprio pensamento, escrito para uma finalidade, com um objetivo. E o respeito com o leitor? Uma vez, uma a ideia exposta, corporificada por meio de um texto, perdemos o controle. Vale ressaltar que todas as vezes que vamos fazer referência a um texto nosso já divulgado, devemos dizer aos leitores, quando este pensamento foi exposto, para qual finalidade, em qual cada contexto aquelas ideias foram propagadas.

Quando não fazemos estas devidas observações estamos praticando o autoplágio, aspecto que também impedem o avanço da ciência, e se constitui em um limite. O mesmo é um dos tipos de plágio e acontece também “quando um mesmo trabalho intelectual é entregue a pessoas diferentes em situações diferentes, mas não é indicado que o conteúdo que está sendo

apresentado já foi utilizado em outras circunstâncias [...]” (KROKOSZ, 2012, p. 53). O autor disserta sobre a importância da originalidade dos trabalhos, a necessidade de contextualização do conteúdo que venha a indicar aprofundamento ou continuidade da temática que está sendo investigado, e que nesses casos é necessário que o autor faça a citação de si mesmo em seus trabalhos.

É importante dissertarmos sobre os tipos de plágio, conforme Krokosz (2012) estes se constituem: plágio direto - cópia na íntegra de um conteúdo de outro autor sem a indicação do mesmo; plágio indireto - parafraseando sem a indicação de dizer uma ideia de forma diferente sem atribuição do crédito ao autor; plágio de fontes - reprodução no seu texto de citações utilizadas por um outro autor; plágio consentido (conluio) – são os acordos que podem acontecer entre colaboradores (amigos) ou entre partes que é conluio comercial, a compra de trabalhos, em que empresas ou pessoas são pagas para produzir trabalhos acadêmicos. E tudo isso consiste em uma fraude intelectual perpassando por questões morais e éticas.

Para Romancini (2007) o plágio possui diferentes facetas no cotidiano acadêmico e acontece por meio da compra ou fruto de um trabalho na íntegra, apropriações de trechos sem citação e a “falsa paráfrase” que se constitui em cópia sem dar os devidos critérios. Diante dessas postulações, o que fazer para evitar essa prática? Como podemos fazer para potencializar as possibilidades de escrever com autoria? Como produzir escritos sem plagiar as ideias de outrem? O que requer de nós estudantes de pós-graduação para produzir um trabalho inédito, com originalidade? O que é preciso fazermos para assinarmos nossos trabalhos?

Mediante esses questionamentos, é importante afirmarmos que a escrita de trabalhos acadêmicos perpassa por questões éticas, jurídicas e pedagógicas. Aspectos que envolvem toda e qualquer pesquisa, sendo esta juntamente com o ensino

e a extensão, o tripé das universidades, se constituindo em princípio indissociável conforme artigo 207 da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Para Pithan e Vidal (2013, p. 78) o plágio “[...] deve ser tratado como um fenômeno cultural complexo [...]” os autores apresentam discussões deste no âmbito da ética, jurídico, institucional e pedagógico. Estes coadunam da ideia de que toda pesquisa deve oferecer um convite a ética para o pesquisador, pois a fraude intelectual não revela apenas o roubo e ou apropriação indevida das ideias dos outros, de palavras, mas envolve toda uma coletividade entre produtores e leitores que perpassa pela confiança na produção científica, na produção do conhecimento.

O plágio no âmbito jurídico se constitui em prática de violação dos direitos autorais e pode trazer punições severas como chegar até a detenção daqueles que praticarem. Para isso, temos leis como: a Constituição Federal de 1988, a lei dos Direitos Autorais e o Código Penal, que trazem os dispositivos legais sobre essa prática. Pithan e Vidal (2013) discute também sobre o papel das instituições e do professor orientador, destacando sua importância na orientação de estudantes com medidas educativas preventivas e corretivas. Estas devem ocorrer no decorrer de todo um curso, com a participação de todos os professores em todas as disciplinas e assumir a responsabilidade pela continuidade da formação científica e ética na pesquisa.

Mediante as discussões apresentadas é importante afirmar que legalmente nós podemos nos apropriar utilizando trechos dos trabalhos das ideias de outros autores, desde que se faça uso corretamente das normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas - para citações e referências. A lei dos Direitos Autorais em seu artigo 46 traz alguns dos aspectos que não se constitui em ofensa aos direitos dos autores, fazendo uso de suas postulações teóricas como: a citação em livros, jornais, revistas ou qualquer outro meio de comunicação, de passagens

de qualquer obra, para fins de estudo, crítica ou polêmica, na medida justificando para o fim a atingir, indicando-se nome do autor e a origem da obra (BRASIL, 1998).

A produção do conhecimento, o avanço das ideias, do pensamento e da ciência se desenvolve a partir de estudos anteriores, nos embasando para a realização de outras pesquisas, na interação com os diversos teóricos, o que não podemos fazer, porque é uma fraude intelectual, é citar trechos de autores sem dar os devidos créditos autorais. O que é necessário o conhecimento sobre “[...] emprego de técnicas voltadas para a escrita científica, [...] do uso correto de citações e referências” (KROKOSCZ, 2012, p. 63), sendo esta, uma das formas de evitar o plágio. O autor traz em sua discussão como o plágio pode ser evitado e aponta como estratégia para esse fim, conscientização ética, atualização das formas de solicitação de trabalhos acadêmicos, capacitação metodológica que se refere às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, institucionalização política - normativa.

Então para avançarmos na produção do conhecimento, o plágio precisa ser combatido urgentemente, o que se faz necessário atividades educativas que venham orientar, bem como conscientizar sobre essa fraude intelectual e suas implicações o avanço da ciência. Os escritos acadêmicos a partir da realização de pesquisas devem trazer um conteúdo inovador do ponto de vista da cientificidade. Os limites que encontramos para a produção de trabalhos acadêmicos devem ser superados pelas inúmeras possibilidades para construirmos com rigor nos padrões éticos e morais textos que venham contribuir para avançarmos na ciência.

O conhecimento científico na relação com a produção acadêmica

Discutir sobre o conhecimento científico e sua relação com a produção acadêmica implica na realização de pesquisas, no questionamento dos fatos, das premissas tidas como verdades

para a construção de novas postulações teóricas e práticas. Discutir essa relação significa buscar novos subsídios que venham atender as demandas na sociedade em suas diversas áreas, que venha aprofundar o saber para fazer a ciência avançar.

Ao longo dos tempos, o ser humano, buscou responder às suas dúvidas, às suas inquietações a partir de observações e análises que lhe deram condições de formular respostas, criar, negar e afirmar teorias. E, estas por sua vez se constituem em ciência ou episteme como forma de saber e de alcançar a verdade (GADOUA; MORIN; POTVIN, 2007) que estão em um dinâmico movimento. Daí a necessidade de uma articulação entre conhecimento científico, conhecimento empírico e produção acadêmica, relação entre teoria e prática, pois o conhecimento não é estático, pronto e acabado, mas pelo contrário é instável, evolui com de acordo com os avanços sociais, culturais, econômicos.

Nessa relação conhecimento científico e produção acadêmica encontra-se a relevância das pesquisas para a produção de um novo conhecimento, para a percepção de si mesmo e do mundo, para a compreensão dos fenômenos naturais e sociais. É nessa relação que o pesquisador interage com o meio e busca métodos, teorias, formulações para vislumbrar a realidade em suas várias dimensões. Então: “as experiências, os valores, as dinâmicas, as metodologias particulares ou de grupos de atores e de pesquisa podem se traduzir, em uma linguagem mais universal para voltar á pessoa ou a grupos, no intuito de melhorar os princípios universais de ação ou de prática. (GADOUA; MORIN; POTVIN, 2007, p. 110).

Dessa forma a pesquisa científica se constitui relevante na produção acadêmica, na qual os estudantes pesquisadores são orientados a produzir trabalhos em diversas modalidades, que conforme Severino (2007) são: trabalho científico e monografia, trabalhos didáticos, trabalho de conclusão de curso, relatório da pesquisa de iniciação científica, ensaio teórico, os relatórios técnicos de pesquisa, atividades exigidas durante os cursos de

graduação que possibilitam aos estudantes conforme o autor ampliar seus conhecimentos, bem como se iniciar no método de pesquisa e da reflexão, diferentes dos trabalhos em nível de mestrado e doutorado que exigem pesquisas bem elaboradas e com um rigor científico.

Nas dissertações, teses e ensaios embora sendo também trabalhos acadêmicos, são resultados de uma pesquisa ampla com todo um rigor científico, exigindo do pesquisador autonomia e um acompanhamento maior dos orientadores, pois: “a ciência se faz através de trabalhos de pesquisa especializada, própria das várias ciências; pesquisa que, além do instrumental epistemológico de alto nível, exige capacidade de manipulação de um conjunto de métodos e técnicas específicas às várias ciências (SEVERINO, 2007, p. 212). Então, “a pesquisa científica caracteriza-se pelo esforço sistemático de – usando critérios claros, explícitos e estruturados, com teoria, métodos e linguagem adequada - explicar ou compreender os dados encontrados e, eventualmente, orientar a natureza ou as atividades humana” (CHIZZOTTI, 2010, p. 20).

A pesquisa na academia tem relevância e exige dos pesquisadores/estudantes de pós-graduação uma postura ética para a produção do conhecimento, domínio de técnicas e métodos, de teorias, do rigor científico, maturidade intelectual e autonomia para quem realiza a pesquisa. Segundo Pinto (1969, p. 13) é um momento de culminância, de um processo amplo e complexo, no qual o “[...] homem realiza sua suprema possibilidade existencial, aquela que dá contexto à sua essência de animal que conquistou a racionalidade: a capacidade de dominar a natureza, transformá-la, adaptá-la às suas necessidades”. Para o autor esse processo chama-se conhecimento. E nisso, a produção acadêmica, por meio das pesquisas, tem se revelado como impulsionadora, fomentando o desenvolvimento da ciência. Pois,

A realização de uma pesquisa científica está no âmago do investimento acadêmico exigido pela pós-graduação e é o objetivo prioritário dos pós-graduandos e seus professores. Até mesmo o processo de ensino/aprendizagem nesse nível é marcado por essa finalidade: desenvolver uma pesquisa que realize, efetivamente, um ato de criação do conhecimento novo, um processo que faça avançar a ciência na área. (SEVERINO, 2007, p. 213)

A produção do conhecimento tem relação direta com a pesquisa acadêmica, com os trabalhos exigidos em nível de mestrado e doutorado. O que exige do pesquisador interação com as teorias, fazendo um aprofundamento teórico conceitual, exige um rigor científico por meio de métodos e técnicas, exige postura moral e ética para a construção e análise dos dados. Nessa perspectiva, a escrita resultante de um processo de investigação séria, tem papel relevante na produção do conhecimento para o avanço da ciência. No entanto são necessárias características qualitativas, que segundo Severino (2007), todos os trabalhos científicos têm em comum que é o aspecto pessoal, autônomo, criativo e rigoroso.

Para o autor, pessoal no sentido de que em qualquer pesquisa, e em qualquer nível, exige do pesquisador um envolvimento pessoal que faça parte da sua vida, que seja uma problemática vivenciada por este; autônomo, se refere ao esforço próprio, a capacidade interagir com os teóricos, com outras pesquisas, numa relação dialética; criativo, no sentido de avançar e de colaborar na produção do conhecimento, de colaborar com o desenvolvimento da ciência e não mas só se apropriar da ciência acumulada; rigoroso, pois a realização de um trabalho de pós-graduação exigirá dedicação ao estudo, à reflexão, à investigação, exige empenho, compromisso para se obter um trabalho de qualidade e que se encaixe nos princípios da cientificidade.

Todos esses aspectos são imprescindíveis na produção acadêmica e devem ser articulados aos métodos e técnicas de pesquisa. Para realizar a pesquisa é necessário que “[...] o pesquisador tenha presente as concepções que orientam sua

ação, as práticas que elege para a investigação, os procedimentos e técnicas que adota em seu trabalho e os instrumentos de que dispõe para auxiliar o seu esforço” (CHIZZOTTI, 2010, p. 19).

Então o conhecimento científico na relação com a produção acadêmica possui papel relevante no avanço das ciências. Ciência aqui entendida conforme Lakatos e Marconi (1991) como uma sistematização de conhecimentos, um conjunto de proposições correlacionadas sobre um determinado fenômeno que se deseja estudar. Também “[...] como uma concepção teórica e uma prática sistemática de investigação [...]” (CHIZZOTTI, 2010, p. 20), bem como “todo corpo racionalmente sistematizado e justificado de conhecimentos, obtidos por meio do emprego metódico da experimentação e raciocínio” (FAPESP, 2014, p. 15).

Também podemos afirmar que ciência é: “[...] a investigação metódica, organizada, da realidade, para descobrir a essência dos seres e dos fenômenos e as leis que os regem com o fim de aproveitar as propriedades das coisas e dos processos naturais em benefício do homem” (PINTO, 1969, p. 30). Podemos afirmar que as ciências estão para atender aos anseios da sociedade, às suas necessidades, nas quais as descobertas científicas por meio da realização das pesquisas buscam atender às demandas sociais. O que implica na necessidade de seguir os padrões éticos e morais, possuir rigor científico, empenho, compromisso do pesquisador.

De acordo com o código de Boas Práticas Científicas da FAPESP entende-se como pesquisa científica: toda investigação original que vise a contribuir para a constituição de uma ciência. Nesse processo de produção do conhecimento por meio de pesquisas científicas, a relação do pesquisador com as teorias é necessária, bem como com os dados empíricos, é nessa articulação, que podemos avançar nas escritas acadêmicas, se apropriando dos estudos de outros autores, de resultados de pesquisas e relacionando com a empiria para avançar, ampliar nossos pensamentos, nossas ideias e assim construirmos conhecimentos.

Então, o conhecimento científico não pode desconsiderar o conhecimento empírico, um depende do outro. De acordo com Severino (2007, p. 219) “só a teoria pode dar valor científico a dados empíricos, mas, em compensação, ela só gera ciência se estiver em interação, articulada com esses dados empíricos”. O que eleva a importância das pesquisas com dados construídos a partir das vivências dos sujeitos, a partir das experiências destes.

Pois, a ciência não é estática, não apresenta verdades absolutas, mas pelo contrário é dinâmica, suas premissas são passíveis de mudanças a qualquer momento, basta que novas pesquisas sejam realizadas e sejam descobertas novos conhecimentos, assim “[...] a ciência não pretende mais atingir uma verdade única e absoluta: suas conclusões não são consideradas como verdades dogmáticas, mas, como forma de conhecimento, conteúdos inteligíveis que dão sentido a determinado aspecto da realidade” (SEVERINO, 2007, p. 220).

Nessa dinamicidade do conhecimento, a produção da escrita requer textos autênticos, assinados, mudanças de atitudes, tomada de decisão, perder o medo de escrever, de expor suas ideias, seus pensamentos, é também necessário esforço pessoal, maturidade intelectual, apoio nas teorias e muita leitura, só assim poderemos avançar na produção do conhecimento científico. A produção do texto acadêmico tem a função de socializar o conhecimento, para tanto é preciso ser claro e inequívoco, ter um rigor conceitual, encadeamento lógico, ter atenção aos padrões da norma culta, mas acima de tudo ter compromisso com a qualidade final - e mesmo formal - do resultado (GIRARDELLO, 2008).

O texto conforme Girardello (2008), antes de se tornar público, de ser socializado, antes de perdemos o controle, precisa passar por um momento de reflexão sobre o que escrevemos, corrigir, apagar se necessário, completar, criticar, aplicar todo o rigor que a escrita necessita. A final, a preocupação do autor deve ser com o produto final, disso dependerá a ciência para avançar. O conhecimento científico sendo real, porque lida com

fatos, contingente, pois suas proposições têm sua veracidade ou falsidade conhecida através da experiência, sistemático, pois se trata de um saber ordenado logicamente, formando um sistema de ideias, verificável, falível em virtude de não ser definitivo, absoluto e assim aproximadamente exato (LAKATOS; MARCONI, 1991), possui uma complexidade em sua produção, aspectos que requer um rigor.

Diante de todas essas características é que as pesquisas são relevantes, por esse dinamismo do conhecimento é que a escrita acadêmica autoral revela um novo conhecimento, novas teorias. A pesquisa tem relação direta com esta escrita, com esta produção, na qual “a formação do pesquisador significa também sua formação como autor, como alguém capaz de dizer alguma coisa nova ou de uma forma nova, que contribua para a compreensão dos fenômenos do mundo” (GIRARDELLO, 2008, p. 29).

Nisso, os programas de Pós-graduação têm papel ímpar nessa formação do pesquisador como autor, buscando orientar sobre as normas e as condutas que regem a escrita acadêmica na produção dos textos. Os pós-graduandos devem ser orientados sobre as diretrizes éticas para as atividades científicas como: concepção, proposição e realização da pesquisa, a comunicação dos resultados da mesma e autoria, registro, conservação e acessibilidade de dados e informação, dentre outros, que vise a qualidade dos trabalhos e assim possamos construir conhecimento e avançar na ciência. E ainda é necessário compreender que “a autoria não reside apenas na equação original de conceitos ou no cruzamento de dados inéditos, mas também na possibilidade de comunicar esse material” (GIRARDELLO, 2008, p. 29), de possibilitar reflexões por meio de análises.

Considerações (in)conclusivas

Ao discutir sobre a produção acadêmica e sua relação com o conhecimento científico, destacando os limites e as possibilidades para o avanço da ciência, vimos que o plágio e o autoplágio aliados a outros fatores se constituem em elementos que dificultam e ou impedem os avanços na ciência e que precisa ser combatido por meio de medidas educativas. Os teóricos dissertam sobre as dificuldades dos pós-graduandos para desenvolver suas escritas acadêmicas, dos desafios enfrentados por estes estudantes, em especial, nos níveis de mestrado e doutorado, que requer uma escrita com autoria, a construção de novos conhecimentos, com conteúdos inovadores.

E isso implica em um rigor com apropriação conceitual, com pesquisas nos padrões éticos e morais, uma interação com as teorias, com os resultados de pesquisas, para assim podermos produzir textos com conteúdo inéditos, com conhecimento novo, romper com a reprodução e avançar como autor e assim contribuir para o avanço do conhecimento científico.

O estudo nos revelou que a escrita acadêmica tem papel relevante para a produção do conhecimento e para desenvolvermos com qualidade, necessitamos não só nos apropriarmos das teorias acumuladas, mas também de fazer críticas, de questionar, de rever os conceitos, de confrontar as premissas tidas como verdades. Agindo assim, saindo da condição de reproduzir para a condição de autor, contribuiremos para o avanço da ciência.

A relação teoria e prática, conhecimento científico e conhecimento empírico na produção da escrita acadêmica se constitui em elementos constitutivo para a realização de pesquisas, que devem ter alicerce em teorias, ter critérios claros com métodos e linguagem adequada. A pesquisa científica possui amplitude e complexidade diante dos anseios sociais que se

propõe a atender, aspectos que fazem desta, um mecanismo para construir conhecimento, para a qual é exigida postura moral e ética do pesquisador.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei n. 9610, de 19 de fevereiro de 1998. **Lei de Direitos Autorais**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis?L9610.htm>. Acesso em: 20 jun. 2016.

BIANCHETTI, L.; O processo da escrita: elementos inibidores e facilitadores. *In*: BIANCHETTI, L. MEKSENAS, P. (org.). **A trama do conhecimento: Teoria, método e escrita em ciência e pesquisa**. Campinas, SP: Papyrus, 2008. p. 239-265.

BIANCHETTI, L. Escrever uma das armas do professor. *In*: BIANCHETTI, L. (org.). **Trama e texto: leitura crítica: Leitura criativa**. 2. ed. São Paulo: Summus, 2002. p. 97-116.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

FISCHER, R. M. B. escrita acadêmica: arte de assinar o que se lê. *In*: COSTA, M. V; BUJES, M. I. E. (org.). **Caminhos investigadores III: riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras**, Rio de Janeiro: DP AS, 2015. p. 117-140.

FOUCAULT, M. O que é um autor? *In*: FOUCAULT, M. **Ditos e escritos: Estética-Literatura e Pintura, Música e cinema**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. v. III. p. 264-298.

GIRARDELLO, G. A escrita antes do texto: de cozinha, teares e ateliês. *In*: BIANCHETTI, L. MEKSENAS, P. (org.). **A trama do conhecimento: teoria, método e escrita em ciência e pesquisa**. Campinas, SP: Papyrus, 2008. p. 287-300.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de**

metodologia científica. São Paulo: Atlas, 1991.

KROKOSCZ, M. **Autoria e Plágio: um guia para estudantes, professores, pesquisadores e editores,** São Paulo: Atlas, 2012.

MACHADO, A. M. N. Pânico da folha em branco: para entender e superar o medo de escrever. *In:* BIANCHETTI, L. MEKSENAS, P. (org.). **A trama do conhecimento: Teoria, método e escrita em ciência e pesquisa.** Campinas, SP: Papirus, 2008. p. 267-286.

MORIN, A. GADOUA, G. POTVIN, G. **Saber, Ciência, Ação.** Tradução de Michel Thiollent. São Paulo: Cortez, 2007.

PITHAN, L. H; VIDAL; T. R. A. O plágio acadêmico como um problema ético, jurídico e pedagógico. **Direito e justiça,** Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 77-82, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index/fadir/article/view/13676>. Acesso em: 15 fev. 2016.

PINTO, A. V. **Ciência e Existência.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

ROMANCINI, R. A praga do plágio acadêmico. **Revista Científica - FAMEC/FAAC/FMI/FABRASP,** Ano 6, n. 6, p. 44-48. 2007.

SÃO PAULO. **Código de boas práticas científicas,** FAPESP 2014.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

SCHARFER, S. A escrita e a superação do senso comum. *In:* BIANCHETTI, L. (org.). **Trama e texto: leitura crítica: Leitura criativa.** 2. ed. São Paulo: Summus, 2002. p. 63-95.

Parte 3

Autoria na Escrita Acadêmica



A ÉTICA E A PRÁTICA DO PLÁGIO NO CAMPO DA PESQUISA ACADÊMICA

Maria Raquel Barros Lima

Carmen Lúcia de Oliveira Cabral

Tiago Pereira Gomes

DOI: 10.29327/5148818.1-8

Dialogarmos sobre as possíveis influências da internet e suas tecnologias na prática do plágio no campo da pesquisa acadêmica tem se configurado como eixo norteador de discussões e aprofundamentos teóricos-reflexivos promovendo a construção de saberes no processo da escrita acadêmica, haja vista que a temática relacionada a ética ocupa e atravessa a construção científica de modo significativo na atualidade.

O presente trabalho é uma tentativa de problematização acerca da prática do plágio mediante a crescente conduta desonesta no ambiente acadêmico. Esse é o fator preocupante para a produção científica de modo geral, seja nas áreas das ciências humanas, biológicas e sociais. Acreditamos que o plágio está posto como resultante dos processos de globalização que de certa forma ampliaram os acessos à internet e suas inúmeras possibilidades tecnológicas.

O tratamento que damos a investigação e produção do conhecimento científico, neste trabalho, está fundamentado pela observância do pilar ético enquanto diretriz que norteia a investigação científica em educação no contexto da modernidade na era digital. A utilização da internet e suas tecnologias torna latente as preocupações com princípios éticos caros ao fazer ciência, principalmente no que diz respeito a produção intelectual cuja observância sobre direitos autorais estão intrinsecamente relacionados. Obviamente que para

enveredarmos de forma segura pela produção desse trabalho buscamos apoio teórico em Miranda (2006), Schnaider (2008), Severino (2014), Laraia (2011), Kroskock (2011), dentre outros.

As leituras prévias sobre a intencionalidade nessa produção nos apresentaram elementos para desenharmos como problematização a seguinte indagação: Em que medida o acesso à internet e suas tecnologias resultantes do processo de globalização, contribuíram para a prática do plágio acadêmico maculando a ética como diretriz essencial no fazer ciência? Como caminho metodológico utilizamos a pesquisa bibliográfica tendo como suporte artigos e livros disponibilizados em periódicos, portais acadêmicos e revistas digitais.

A pesquisa desvelou algumas ponderações que precisam ser cautelosamente analisadas, pois a prática do plágio pode não estar resguardada aos pesquisadores em formação, podendo se encontrar presente em contextos mais amplos terminando por envolver outros sujeitos que em tese seriam responsáveis pela garantia no cumprimento da ética na pesquisa.

Outro ponto que consideramos relevante como resultado é o fato do alcance que o processo de globalização pode ter ocasionado na produção acadêmica, na medida em que o acesso a internet está incisivamente vinculado a esse processo. Nosso trabalho está organizado em seções que promovem discussões interconectadas, sendo a primeira sessão voltada para contextualização histórica breve, assim como, a relevância da dimensão ética na pesquisa científica. A seção seguinte trata da possibilidade do plágio está posto como um elemento cultural na modernidade. A última seção está voltada para potencializar o olhar crítico reflexivo sobre as tecnologias e a prática do plágio, o formato de pergunta do tópico dessa seção abre possibilidades para o leitor/leitora participar da construção de opinião sobre a temática. As reflexões finais estão postas como uma perspectiva de reflexão acerca da proposição da pesquisa.

Contextualização histórica e relevância da dimensão ética nas pesquisas científicas: desafios e conquistas

A questão ética nem sempre é vista como objeto de investigação, porém, está imbricada aos processos de pesquisa na medida em que representa a garantia da cientificidade nos aspectos da confiabilidade e responsabilidade. A existência do conselho de ética em toda instituição que lida com a produção científica nas variadas áreas do conhecimento demonstra a preocupação com um dos aspectos caros ao fazer ciência, a garantia da integridade física, intelectual, emocional, psicológica e social dos sujeitos envolvidos diretamente nesses processos.

Importante ressaltar que “[...] o conhecimento mínimo em relação aos preceitos das Resoluções em vigor, não só dinamiza o processo de aprovação junto aos comitês de ética, bem como fortalece o conteúdo humano do protocolo que se pretende desenvolver.” (MIRANDA, 2006, p. 411). Essas normativas estabelecidas pelo conselho de ética favorecem ao pesquisador a compreensão sobre o processo de pesquisa bem como dos riscos, benefícios, responsabilidades e outras questões que envolvem o percurso de produção de dados.

As contribuições de Miranda (2006) nos apontam também uma breve contextualização de gênese das preocupações éticas na pesquisa com seres humanos. Nesse sentido, fica claro que a decisão em participar de produção de pesquisa científica precisa ser do sujeito. Assim sendo, em 1833 temos o primeiro documento de consentimento de pessoas nos processos de investigação, cuja autoria foi de William Beaumont. O contexto histórico ressaltado por Miranda (2006) ainda nos apresenta uma síntese do percurso desenvolvido pela dimensão ética na pesquisa com pessoas. Temos então distintos momentos na trajetória das preocupações éticas na construção do conhecimento científico. Desse modo,

A primeira condenação judicial por realizar pesquisa “sem autorização antecipada”, data de 1880, quando a corte da cidade de Bergen, na Noruega, condenou o

doutor Gerhardt A. Hansen. Naquela ocasião o Dr. Hansen inoculou um líquido de uma ferida nos olhos de uma anciã, querendo comprovar a fácil transmissão daquela moléstia (lepra), mas não colheu o seu consentimento prévio, e foi condenado à prisão. (MIRANDA, 2006, p. 411)

A matéria tratada acima nos apresenta as possibilidades de desvios da conduta ética no trato com investigação científica, de modo que, a urgência pela sistematização de espaços coletivos institucionais que mantenham a preservação da respeitabilidade física, emocional entre outros aspectos torna-se essencial e imperativo. Seguindo com contextualização histórica que desencadeou no que se apresenta hoje como ética na pesquisa científica enquanto conquista principalmente no campo da legalidade, temos algumas resoluções que dão garantia da observância da dimensão ética na investigação científica.

Demarcamos que as preocupações com ética na pesquisa encontram-se pautada pela área da saúde primeiramente. De acordo com Miranda (2006), no Brasil o ato legal de regulamentação relativo a ética na pesquisa está datado a partir de 1996 focando na área da saúde. Quando tratamos da importância da dimensão ética na pesquisa lidamos com leque de atuação considerando que essa temática se desdobra nas áreas do conhecimento de acordo com as especificidades dessas áreas. Por exemplo, quando tratamos de pesquisa pelas lentes da área da saúde, a atuação do comitê de ética é advertir que

A pesquisa em seres humanos só é aceitável quando ela responde preliminarmente às conveniências do diagnóstico e da terapêutica do próprio experimentado, a fim de restabelecer sua saúde ou minorar seu sofrimento. Qualquer pesquisa que não vise a esses interesses é condenável. (SCHNAIDER, 2008, p. 108)

A garantia da integridade humana é um dos elementos primordiais na construção da pesquisa em saúde. Reconhecemos que a área da saúde foi a pioneira em somar esforços para assegurar a observância da ética nos processos de investigação científica. No que se refere ao fazer pesquisa em educação os

parâmetros utilizados são diferenciados, porém seguindo o mesmo princípio comum, ou seja, a preservação integral do sujeito participante na investigação.

Severino (2014, p. 199), alicerçada em análise da ética pelas lentes da filosofia, realça que a existência de “[...] íntima vinculação da dimensão ética com a dimensão política, dada a exigência de afirmação da alteridade, da presença do outro, para que se possa falar da qualidade ética de qualquer ação humana”. Por essa lógica temos então como plano de fundo das pesquisas em educação a presença objetiva do outro. Esse elemento é significativo quando pensamos que o ato de realização político é o bem comum, sendo, portanto, a prerrogativa da ação da pesquisa científica, atravessar essa dimensão integral do pessoal, salvaguardando a integridade do outro, enquanto participe na produção científica.

Entendemos que a ética na pesquisa em educação, promove e afirma essa idoneidade ao sujeito na medida em que dispõe de elementos que orientam os passos tanto metodológicos quanto didáticos, perspectivando, ademais do vigor científico, o respeito aos sujeitos em sua dimensão integral. Severino (2014, p. 200) enfatiza que a ética não é reclusa no campo filosófico, pois a mesma consegue incidir de modo significativo:

[...] nos mais variados lugares culturais e institucionais, produzindo repercussões e induzindo medidas que causam impacto na vida cotidiana das comunidades, pois o que está em jogo afeta todas as pessoas, sem exceção. Invade até as esferas do senso comum.

Esse mergulhar ético plural se apresenta como um cenário de atuação ampliado consoante ao que o autor assinala como – problemática da ética.

A estética Severino (2014) evidencia o alcance da dimensão ética, rompendo dessa maneira o status de tema recluso ao campo exclusivamente acadêmico científico. Enquanto abordagem filosófica, a ética é intrínseca à condição humana,

que está atravessada pela produção de valoração sobre os aspectos constituídos na tessitura das relações sociais cotidianas dos sujeitos que estão envolvidos com o fazer científico.

É comumente aceitável na academia, espaço voltado para produção científica, a observância rigorosa da ética na pesquisa, no entanto, entramos em contradição na medida em que, conforme Severino (2014) precisamos contar com dispositivos normativos que assegurem e até pressionem, para manter o pilar da ética como uma vertente de constituição do fazer ciência. Isso é intrigante e abre algumas possibilidades de reflexão quando nos questionamos sobre a causa/causas que levam os sujeitos que se ocupam da produção científica necessitarem de normatização fundamentada nos princípios éticos de respeito aos ser humano em sua integralidade para garantir o rigor científico? Para o autor

[...] não deveriam ser necessários para o pesquisador, de modo aguçado para o intelectual pesquisador da educação, códigos positivos de ética profissional, por se tratar de referência heteronômica, já que é de se supor que ele se apoia numa ética fundada na autonomia, âmbito da legitimidade, tanto para assegurar seus próprios direitos como os direitos alheios. (SEVERINO, 2014, p. 203)

Com relação a essa pontuação acerca das posturas que ainda maculam a moralidade no fazer científico temos a presença do plágio como uma prática infelizmente ainda recorrente no meio científico acadêmico. Essa prática está precisamente situada dentro da abordagem que Severino (2014, p. 204) apresenta como “[...] apropriação indébita de resultados e esforços de outros”. Todavia, é pelo destaque que o autor realiza sobre a ética e ação pessoal do pesquisador, cuja a prática desvinculada do respeito a integralidade humana perpassa necessariamente por uma opção pessoal do mesmo, envolvendo desse modo, a subjetividade.

O plágio na pesquisa acadêmica: uma construção cultural?

Acreditamos que os processos de produção científica estão atravessando momentos desafiadores no que tange a seriedade na ação da pesquisa acadêmica. Podemos vislumbrar essa situação preocupante quando nos deparamos com as justificativas para prática do plágio no ambiente acadêmico. Para Sorea e Repanovic (2020) as principais razões que promovem a ação estão relacionadas a dimensão cultural aliada às características pessoais que as autoras assinalam do desejo de receber boas notas; preguiça; medo de pedir ajuda aos instrutores”. As considerações sobre a relação cultural com a prática do plágio, através das lentes de Helgesson e Eriksson (2015), autores citados por Sorea e Reponovic (2020), insinuam existir no meio acadêmico um verdadeiro desejo pela prática do plágio.

A análise dos autores supracitados demanda muita preocupação com a seriedade da produção científica acadêmica na contemporaneidade, visto que, o crédito historicamente constituído nos pressupostos científicos é colocado em xeque mediante os desvios éticos na realização das pesquisas científicas. Kroskocz (2011, p. 745) afirma que “[...] essa prática remonta à antiguidade romana e, notadamente, mantém-se com vitalidade até os dias atuais e de forma generalizada.”. As colocações do autor nos levam acreditar que o plágio possui vinculação histórica com possibilidade de se configurar como uma construção cultural dos sujeitos. Utilizamos a antropologia para auxiliar no entendimento sobre cultura, pela necessidade de realmente notarmos se procede a vinculação dela com a prática do plágio e se esta poderia se sustentar.

A cultura na perspectiva antropológica, especificamente pela contribuição de Laraia (2011), está referenciada pelos costumes, pelos valores organizados pelos indivíduos que vivem em sociedade, e para o autor não existe cultura que se sobreponha a outra, ou seja, o que se tem são diferentes culturas.

Ela é um aspecto do ser humano, não nasce com o sujeito, mas é uma das singularidades do mesmo pois somente o sujeito cria cultura, sendo, portanto, uma das atividades que o distingue dos outros animais. Quando questionamos nessa seção sobre o plágio se configurar como cultura ou não, estamos realizando um estudo antropológico, tão pouco sinalizando tendência em responder a essa questão de forma leviana. Inclusive o mérito desse trabalho de forma alguma está sobescrito nessa lógica de apresentar respostas, e sim em problematizar sobre o fenômeno, cultural ou não, do plágio.

Como fenômeno que conta com expressivo crescimento entre os sujeitos que enveredam pelo fazer ciência, o plágio, como afirmam Pithan e Vidal (2013), está alicerçado em postura ética e moral. Por esse lado, entendemos que o plágio não está vinculado à questão cultural, mas a prática da imoralidade, o que o coloca no campo da má conduta do sujeito, tendo em vista que sua prática o coloca na contramão da “[...] integridade do trabalho científico, condenando a prática do plágio, visto que, quem comete um plágio intencional, não furta apenas palavras, e sim algo muito mais valioso no consciente coletivo da sociedade que é a confiança na produção científica” (PITHAN; VIDAL, 2013, p. 78). As autoras ainda realçam que o plágio está posto como produção cultural fundamentada na desonestidade. Sousa *et al.* (2016) enxerga com preocupação a possibilidade de “naturalização” da desonestidade acadêmico brasileiro, expressando-a

[...] como consequência, um dos grandes desafios atuais do sistema educacional brasileiro é a criação de cultura em que predominem o comportamento e a postura ética entre os acadêmicos. Esse desafio, longe de apontar fenômeno novo por essência, remete aos primórdios da educação em seus diferentes níveis, em diferentes eras e localizações geográficas. Elemento novo nesse contexto é o alto desenvolvimento tecnológico atual, que tem proporcionado meios de comunicação cada vez mais eficazes e que tornaram ainda mais complexo o desafio de lidar com o comportamento ético. (SOUSA *et al.*, 2016, p. 460)

Existe, portanto, necessidade de construção de valores culturais que possam provocar atitudes acadêmicas comprometidas com posicionamentos éticos significativos. Outra importante atenção apresentada nas colocações de Sousa *et al.* (2016) é o contexto tecnológico em que estão inseridos os pesquisadores acadêmicos, o que se evidencia como realidade desafiadora tendo em vista o universo de possibilidades que se observa para realização de plágios.

Essa preocupação abordada por Sousa *et al.* (2016) pelo autor sobre o poder influenciador das tecnologias corroboram com o pensamento de Silva e Carletti (2019, p. 108) na medida em que esses afirmam o plágio como crime ao mesmo tempo em que denunciam o velado incentivo das instituições de ensino superior quando “[...] num ambiente onde a cópia é proliferada, destaca-se o importante papel do docente que preconiza as práticas legais, e incentiva os discentes de forma desafiadora em prol do aprendizado”.

Presenciamos então uma problemática bem mais ampla, sendo o plágio uma atividade que envolve simultaneamente instituições, docentes e discentes. A complexidade dessa realidade de envolvimento de outros agentes e agência com a prática do plágio é gigantesca, perpassando inclusive por discussões que decididamente precisam ser provocadas no âmbito da instituição superior de ensino no que se refere ao alcance dos meios tecnológicos e da própria internet.

As possibilidades de as tecnologias facilitarem a prática do plágio acadêmico

Bonette e Vosgerau (2010) alertam sobre a exigência para aceitação tanto da internet como de suas tecnologias como elementos característicos da modernidade. E que esse processo de aceitação pode auxiliar possivelmente na utilização a favor

de processos metodológicos que possam minimizar a questão relacionada a prática do plágio, principalmente quando as orientações para pesquisa iniciam ainda na educação básica.

Acerca da orientação sobre o manuseio da internet, recorreremos às ponderações de Bonette e Vosgerau (2010, p. 11) ao esclarecerem que a

[...] a internet, além de se constituir como uma fonte muito rica de conhecimentos, oferece agilidade e fácil acesso, requerendo uma orientação adequada em sua utilização, para que essa riqueza de conhecimento seja uma fonte de pesquisa e não de prática de delito, pelo plágio.

Esse trilhar de conscientização singular e plural do uso das tecnologias como elemento norteador das pesquisas científicas devem ser refletidas em contextos formativos, bem como nas discussões em eventos com temáticas que abordem a ética na pesquisa, com seus conceitos, princípios filosóficos, antropológicos e sociológicos que a caracterizam com o intuito de promover mudanças significativas em relação a diminuição do plágio.

Elucidamos ainda como prerrogativa de discussão o processo de globalização que mediou o acesso amplo da internet e suas tecnologias de modo significativo em todo planeta. Barreiras foram rompidas e esse rompimento do modo como ocorreu pode ter deturpado e metamorfoseado a compreensão sobre as relações éticas nas relações sociais. A internet facilita inúmeros processos de informação e possibilita acessos ilimitados sem, contudo, impor restrições acerca dos possíveis delitos que possam ocorrer através da rede.

Esse é um dos elementos que pensamos favorecer a prática do plágio, ou seja, os avanços da modernidade digital possibilitaram aos sujeitos os acessos à internet e suas tecnologias desconsiderando as possíveis armadilhas que essa abertura global ocasionou no campo social, especificamente no que tange a educação. Os escritos de Santos e Pessoa (2000, p. 1) trazem argumentações relevantes ao enfatizar:

O movimento de globalização, que torna o planeta quase uma aldeia, tem sido viabilizado pelas tecnologias de comunicação e de computação. Quebradas as barreiras culturais que fechavam o livre comércio entre os países, a Internet está viabilizando o intercâmbio entre países como se todos estivessem fisicamente próximos.

Notamos o potencial que a internet e suas tecnologias possuem enquanto fenômeno da contemporaneidade, enquanto espaço cuja acessibilidade é veiculada de forma aberta e sem restrições legais. Compreendemos haver aparente aproximação comunicativa entre os sujeitos, o que denota de certo modo, argumentação contraditória, considerando que o cenário atual não expõe realidade satisfatória de aproximação comunicativa entre as pessoas como intenciona a globalização da internet e suas tecnologias. Essa é uma intrigante perspectiva, haja vista que o ambiente virtual assumiu caráter ambíguo, na medida em que, como território desprovido de aparato legal que assegure e salvguarde integridade integral, presenciamos variadas formas de agressões e desrespeito as pessoas de modo geral.

No bojo dessas ultrajantes posturas e práticas no ambiente virtual presenciamos a realização do plágio. Como já mencionamos anteriormente, o plágio enquanto fenômeno social atinge em cheio a seguridade da produção científica acadêmica. Acreditamos que o campo da educação represente na conjuntura atual, a matéria propícia para realização do plágio, pois a vastidão de publicações acadêmicas expostas na internet torna-se um cenário favorável a esse tipo de crime.

É plausível salientar que a internet e suas tecnologias favorecem paralelamente condições para aprofundamentos e até oportunidade de pesquisa segura para produzir e alicerçar conhecimento científico acadêmico. No entanto, acreditamos que a prática do plágio se manifesta como ato que está imbrincado na construção de valores e hábitos dos sujeitos, de modo que, as subjetividades estão em constante interação sócio, político e cultural na sociedade.

Acerca da prática do plágio como postura antiética e imoral, Silva e Carletti (2019, p. 110) observam que “[...] o único responsável por essa crise ética é o próprio ser humano. A compra e a venda de trabalhos acadêmicos são uma conduta antiética, que está presente nas instituições de ensino”. Todavia, podemos incorrer nos riscos de delegar exclusivamente a culpabilidade pela prática do plágio ao acesso à internet e suas tecnologias mediada pelo intenso processo de globalização otimizado a partir da década de 1990.

Duarte Vaz (2006) afirma que o plágio é uma prática preambular a internet. O autor ainda acentua que a superação do plágio por meio da internet e suas tecnologias pode se apresentar fundamentalmente alicerçado nos processos de educação, envolvendo a reeducação dos sujeitos. Para o autor “[...] educar o ser humano diante de uma crescente interação com tecnologia implica pensá-la como um meio e não como um fim. Para isso, é necessário repensar a educação no sentido de humanizar a técnica e dela tirar proveito.” (DUARTE VAZ, 2006, p. 161). Essa humanização em sua totalidade quanto ao uso da tecnologia de maneira ética coloca em evidência o rompimento de paradigmas tradicionais e a necessidade de novas configurações educativas sobre o desenvolvimento de uma prática acadêmica em relação a produção de saberes numa visão holística, ética e responsável.

Reflexões finais

O plágio tem sido objeto de estudo e de discussões permanentes no contexto da graduação e da pós-graduação em virtude do crescente aumento de casos em pesquisas acadêmicas promovendo ações diretivas pelos conselhos éticos das instituições formadoras superiores com base em protocolos específicos definidos em normativas legais de modo a garantir a integridade científica da pesquisa obedecendo os princípios orientadores de trabalhos acadêmicos.

É importante mencionarmos da necessidade de uma ação ética que integre “o processo de formação de pesquisadores” (MAINARDES, 2017, p. 160), no sentido de minimizar as intempéries do plágio aliadas ao poder legitimado das tecnologias digitais de informação (TDI’s) no atual cenário globalizado em que a comunicação digital impactou fortemente o campo do saber científico com base no banco de dados de fácil acesso ao conhecimento e estes devem ser utilizados de forma ética e com os princípios de boa conduta que devem ser postas nos percursos formativos de profissionais que atuam em pesquisas científicas.

Desse modo, ao buscarmos respostas sobre em que medida o acesso à internet e suas tecnologias resultantes do processo de globalização, contribuíram para a prática do plágio acadêmico maculando a ética como diretriz essencial no fazer ciência? Tivemos a pretensão de trazer argumentações teóricas-reflexivas que pudessem ancorar esta discussão de modo a promovermos diálogos construtivos que conduzissem a promoção de saberes e conscientização formadora em relação ao acesso a internet para a realização de pesquisas acadêmicas de maneira ética.

Evidenciamos, nessa perspectiva que a prática do plágio é uma questão cultural que foi construída ao longo do processo de escolarização em que era é considerada natural essa ação. Assim, a ética como ação de conduta se torna imprescindível nesse processo de desconstrução do plágio no universo acadêmico e principalmente em relação ao uso da internet e dos conhecimentos que ali são postos para a pesquisa.

Outro aspecto que merece destaque é sobre a função dos conselhos/comitês de ética institucionais que devem assegurar as orientações aos pesquisadores em relação aos protocolos de pesquisa e seus respectivos documentos legais que o normatizam. É interessante acrescentar a necessidade de um eixo orientador para as pesquisas qualitativas que trazem

em sua âncora de investigação as subjetividades humanas diferenciando-as em suas características de outros tipos/ modelos de estudos quantitativos.

Referências

BONETTE, L. M. C. VOSGERAU, D. S. A. R. O plágio por meio da internet: uma questão ética presente desde o ensino médio. **Educação em Revista**, Marília, v. 11, n. 2, p. 7-22, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/2318>. Acesso em: 12 maio 2022.

DUARTE VAZ, T. R. O avesso da ética: questão do plágio e da cópia do ciberespaço. **Cadernos de pós-graduação – educação**, São Paulo, v.5, n. 1, p. 159-172, 2006. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/cadernosdepos/article/view/1853>. Acesso em: 10 maio 2022.

KROKOSZ, M. Abordagem do plágio nas três melhores universidades de cada um dos cinco continentes e do Brasil. **Revista Brasileira de Educação** v. 16 n. 48, set./dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/tKsDQfr6xgRGbNTghvQRFnK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 maio 2022.

LARAIA, R. B. **Cultura: um conceito antropológico**. 14.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. Disponível em: <https://projetoaletheia.files.wordpress.com/2014/05/cultura-um-conceito-antropologico.pdf>. Acesso em: 08 maio 2022.

MAINARDES, J. A ética na pesquisa em educação: panorama e desafios pós-Resolução CNS n. 510/2016. **Educação**, v. 40, n. 2, p. 160-173, ago. 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/faced/article/view/26878> Acesso em: 15 maio 2022.

MIRANDA, L. C. D. A ciência produção e ética em pesquisa. **Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões**, v. 33, n. 6, p. 411-412, 2006.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcbc/a/sQ7YF5yzYvrxpY6dgjQZcpv/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 10 maio 2022.

SANTOS, F. S., PESSOA, M. S. P. **A Internet e as Consequências da Globalização da Informação**. Encontro Nacional de Engenharia de Produção – ENEGEP, 2000, São Paulo. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2000_E0141.PDF. Acesso em: 10 maio 2022.

SCHNAIDER, T. B. Ética e pesquisa. **Acta Cirúrgica Brasileira**, v. 23, n. 1, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/acb/a/KBh3NLrZgvCSTjdNbc9dNqd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 maio 2022.

SEVERINO, A. J. Dimensão ética da investigação científica. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 9, n. 1, p. 199-208, jan./jun. 2014. Disponível em: [Práxis Educativa \(uepg.br\)](http://www.uepg.br/praxis). Acesso em: 10 maio 2022.

SOUSA, R. N.; CONTI, V. K.; SALLES, A. A.; MUSSEL, I. C. R. Desonestidade acadêmica: reflexos na formação ética dos profissionais de saúde. **Rev. bioét.** (Impr.), v. 24, n. 3, p. 459-468, 2016. Belo Horizonte/MG. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bioet/a/dcKk5vB5njg3ZdntcgWPN3P/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 maio 2022.

SOREA, D.; REPANOVICI, A. Project-based learning and its contribution to avoid plagiarism of university students. *Investig. Bibl* [online]. v. 34, n. 85, p.155-178, 2020. Epub28-Dic-2020.

SILVA, K. C.; CARLETTI, E. Z. B. Os avanços das tecnologias e sua contribuição para o plágio acadêmico no ensino superior como um problema ético, jurídico e pedagógico. **Revista Dimensão Acadêmica**, v.4, n.1, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2019/10/revista-dimensao-academica-v04-n01-artigo07.pdf>. Acesso em: 11 maio 2022.

PITHAN, L. H.; VIDAL, T. R. A. O plágio acadêmico como um problema ético, jurídico e pedagógico. **Direito & Justiça** v. 39, n. 1, p. 77-82, jan./jun. 2013. Disponível em: https://www.unifac.edu.br/images/materiais_de_apoio/2015/ed_fisica/leone/trabalho_ferias_julho_01_04.pdf. Acesso em: 12 maio 2022.

PLÁGIO E AUTOPLÁGIO: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS

Alci Marcus Ribeiro Borges

DOI: 10.29327/5148818.1-9

O processo de expansão das universidades, durante o século XX, promoveu o crescimento do ensino superior para além dos cursos de graduação, pois, de maneira semelhante, impulsionou a ampliação dos cursos de pós-graduação *strito sensu* – mestrados e doutorados -, fomentando-se, em consequência, a ampliação dos investimentos em pesquisa. O desenvolvimento acadêmico daí decorrente, apesar de suas limitações e críticas, produziu significativa quantidade de pesquisas científicas. Segundo a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por exemplo, somente em 2016 foram defendidas 81.053 dissertações e teses¹.

Entretanto, o atual modelo produtivista, configurado num contexto cientométrico, de forte apelo à performatividade e competitividade dos pesquisadores, sob a permanente sentença de *publish or perish*,² como condição para a sobrevivência no campo acadêmico, tem demandado crescente atenção para os efeitos nocivos que atingem especialmente a integridade científica, além da proliferação de más condutas acadêmicas nos processos de produção e divulgação das pesquisas acadêmicas, conforme indica Vilaça (2015).

1 Disponível em <http://analisevisual.capes.gov.br/SASVisualAnalyticsViewer>. Acesso em 04 de dezembro de 2018.

2 Em tradução livre significa “publicar ou perecer”, expressão utilizada para designar o ambiente de pressão no campo acadêmico para publicar rapidamente e continuamente trabalhos acadêmicos para sustentar a carreira científica.

Dentre as más condutas acadêmicas de maior preocupação neste contexto, destaca-se a prática do plágio, considerado uma das mais graves violações dos direitos autorais e um dos atos mais reprováveis no âmbito das pesquisas científicas e acadêmicas. A gravidade deste tipo de má conduta já estava evidenciada na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948³, que, em seu artigo XXVII, consolidou a proteção dos direitos autorais, configurando-os como direitos humanos, ao estabelecer que todo ser humano tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica literária ou artística da qual seja autor (ONU, 2018).

Também na atual Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988), a proteção da propriedade intelectual e dos direitos autorais está igualmente assegurada, conforme disposições previstas nos incisos XXVII a XXIX, do artigo 5^o⁴, configurando-se, como direitos fundamentais. Importa ressaltar que o registro da obra tutelada é facultativo. Para que um trabalho acadêmico, dissertações e teses, por exemplo, receba a devida proteção do direito autoral, basta apenas a sua submissão à

3 Disponível em: <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>. Acesso em: 03 dez. 2018.

4 Constituição Federal. Art. 5^o [...]
[...]

XXVII - aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar;

XXVIII - são assegurados, nos termos da lei:

a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas;

b) o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas;

XXIX - a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País;

banca, mediante defesa pública, a partir da qual o trabalho estará devidamente protegido. Entretanto, a prática do plágio contamina negativamente o campo científico⁵ e se submete a grave reprovação da comunidade acadêmica. É consenso que o plágio deve ser evitado, detectado e rigorosamente punido.

Mas, e quanto ao autoplágio? É uma modalidade de plágio? Deve receber o mesmo tratamento reprovativo aplicado ao plágio? Deve ser considerado igualmente danoso à propriedade intelectual e aos direitos autorais? Quais as consequências gravosas decorrentes da prática do autoplágio? Autoplágio é crime?

O presente artigo busca, através de revisão bibliográfica multidisciplinar, promover reflexões que colaborem para responder aos questionamentos acima expostos, problematizando-se a prática do autoplágio a partir das abordagens conferidas ao plágio. Inicialmente, busca-se apresentar as concepções acerca da caracterização do plágio e suas modalidades, as quais devem receber tratamento reprovativo, tanto no discurso normativo, quanto no âmbito acadêmico. Em seguida, apresenta-se a caracterização do autoplágio como modalidade de plágio, devendo-se aplicar àquele o mesmo tratamento deste. Após, discute-se entendimento diverso, ou seja, a descategorização do autoplágio como tipologia do plágio, distanciando-se um do outro. Ao final, considera-se a possibilidade de tolerância do autoplágio em determinadas circunstâncias que evidencia.

Plágio: do que se trata?

A prática do plágio não é novidade. Para Zanini (2017, p. 3) “[...] que a utilização do plágio como usurpação da autoria é atribuída historicamente ao poeta Marcus Valerius Marcialis

5 “O campo científico, enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial”, conforme Bourdieu, 1983, p. 122-123.

(40 a. C – 104 d. C), que reclamou a apropriação da autoria de seus poemas por outro poeta”. Marcialis apud Rocha (2001, p. 15) escreveu:

Segundo consta, Fidentino, tu lês os meus trabalhos ao povo como se fossem teus. Se queres que os digam meus, mandar-te-ei de graça os meus poemas; se quiseres que os digam teus, compra-os, para que deixem de ser meus [...]. Quem busca a fama por meio de poesias alheias, que lê como suas, deve comprar não o livro, mas o silêncio do autor.

Em tempos modernos, uma das famosas frases do cronista e dramaturgo norte-americano Wilson Mizner, num contexto de crítica e ironia, expôs sua indignação em face das práticas de plágio: “Copiar de um autor é plágio; copiar de vários é pesquisa”⁶. A banalização do plágio, seja no campo literário ou no campo científico continua, cada vez mais, a desafiar, especialmente, a comunidade acadêmica. O enfrentamento deste desafio exige a mobilização de um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes capazes de prevenir, detectar, corrigir e penalizar esta prática tão danosa. Neste tópico do artigo, busca-se evidenciar as concepções, características, modalidades e efeitos do plágio, na intenção de indicar os saberes que parametrizarão, *a priori*, o autoplágio.

Plagiar é uma prática cujo conceito já se encontra inclusive dicionarizado. No Dicionário Aurélio (FERREIRA; DOS ANJOS, 1993, p. 426), por exemplo, plagiar significa “apresentar como seu, trabalho intelectual de outrem”. É imitar obra alheia. No Dicionário *Online* de Português⁷, plagiar significa “expor ou mostrar alguma coisa (trabalho, livro, teoria etc.) como se esta fosse de sua própria autoria, embora tenha sido criada e/ou desenvolvida por outrem. [...]. Realizar a cópia do trabalho que pertence e/ou foi criado por outrem [...]” Houaiss (2009, p. 234)

6 <https://www.frasesfamosas.com.br/frases-de/wilson-mizner>.

7 Disponível em: <https://www.dicio.com.br/>. Acesso em: 12 nov. 2018.

também considera o plágio como: “Ato ou efeito de plagiar; apresentação feita por alguém, como de sua própria autoria, de trabalho, obra intelectual etc. produzido por outrem.”

Portanto, *a priori*, o plágio está relacionado a imitar, reproduzir, copiar fraudulentamente. Chaves (1983, p. 406), em conformidade com os conceitos dicionarizados, considera plágio a apresentação de “[...] trabalho alheio como próprio, mediante o aproveitamento disfarçado, mascarado, diluído, oblíquo, de frases, ideias, personagens, situações, roteiros e demais elementos das criações alheias”.

No discurso normativo nacional, o plágio encontra-se sob a regência da legislação sobre os direitos autorais, especialmente na Lei n. 9.610/1998 – Lei de Direito Autoral (BRASIL, 1998). Nesta, o plágio é entendido como a utilização em qualquer modalidade de obra intelectual deixando de indicar ou anunciar, como tal, o nome, pseudônimo ou sinal convencional do autor e do intérprete⁸. O plágio atinge, portanto, o direito de autoria, o que implica que a obra deve ser protegida pelo direito autoral para ser plagiada. As ideias, os métodos, os sistemas, os nomes e títulos isolados, por exemplo, não são protegidos como direitos autorais, logo, não são plagiáveis⁹.

8 Lei n. 9.610/98, art. 108.

9 Lei n. 9.610/98, art. 8º: Não são objeto de proteção como direitos autorais de que trata esta Lei:

I - as ideias, procedimentos normativos, sistemas, métodos, projetos ou conceitos matemáticos como tais;

II - os esquemas, planos ou regras para realizar atos mentais, jogos ou negócios;

III - os formulários em branco para serem preenchidos por qualquer tipo de informação, científica ou não, e suas instruções;

IV - os textos de tratados ou convenções, leis, decretos, regulamentos, decisões judiciais e demais atos oficiais;

V - as informações de uso comum tais como calendários, agendas, cadastros ou legendas;

VI - os nomes e títulos isolados;

VII - o aproveitamento industrial ou comercial das ideias contidas nas obras.

O plagiador usurpa a autoria alheia, não a ideia, não o tema, mas usurpa o modo de expressão de tal ideia ou tema, conforme adverte Fragoso (2009). Na perspectiva legal, a configuração do plágio demanda intencionalidade, não apenas a simples identidade objetiva entre os textos, prática que no âmbito da legislação configura a apropriação de obra alheia.¹⁰ Por outro lado, a proteção da obra para fins de direitos autorais não exige um registro prévio, o qual é facultativo.¹¹ Em perspectiva acadêmica, o plágio, segundo o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq, 2011, p. 3), consiste

[...] na apresentação, como se fosse de sua autoria, de resultados ou conclusões anteriormente obtidos por outro autor, bem como de textos integrais ou de parte substancial de textos alheios sem os cuidados detalhados nas Diretrizes. Comete igualmente plágio quem se utiliza de ideias ou dados obtidos em análises de projetos ou manuscritos não publicados aos quais teve acesso como consultor, revisor, editor ou assemelhado.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, 2014, p. 10) entende que plágio é a “[...] utilização de ideias ou formulações verbais, orais ou escritas, de outrem sem dar-lhe por elas, expressa e claramente, o devido crédito, de modo a gerar razoavelmente a percepção de que sejam ideias ou formulações de autoria própria.” O plágio, portanto, não se caracteriza apenas como uma mera reprodução, imitação ou cópia de uma obra protegida pelo direito autoral, mas a apropriação da autoria da obra, na qual o usurpador apresenta-se como de sua autoria uma obra de terceiro. Neste sentido, no entendimento de Ascensão (1998, p. 65-66):

Plágio não é cópia servil; é mais insidioso, porque se apodera da essência criadora da obra sob veste ou forma diferente. Por isso se distinguem a usurpação e a contrafação. Na usurpação apresenta-se sob próprio

10 Lei n. 9.610/98, art. 5º, VII.

11 Lei n. 9.610/98, art. 18: A proteção aos direitos de que trata esta Lei independe de registro.

nome a obra alheia. A contrafação permitiria já abranger os casos em que a obra não é simplesmente reproduzida, mas retocada, de maneira a parecer obra nova.

No campo acadêmico, mesmo em caso de uso de pequenos trechos da obra, deve-se referenciar corretamente o legítimo autor¹², com indicação completa da fonte, sob pena de plágio, sujeitando-se o plagiador às penalidades cabíveis por violação de direitos autorais, pois, tanto no âmbito acadêmico, quanto no discurso legal, a citação de passagens de qualquer obra, para fins de estudo, crítica ou polêmica, deve consignar o nome do autor e a fonte do texto.¹³ Sobre a responsabilização pela prática de plágio, Galuppo (2011, p. 2) anuncia que:

A maioria dos autores e dos tribunais entende que a responsabilidade jurídica do plagiador é subjetiva (exige que se demonstre o dolo, a intenção, ou seja, que ele teve acesso à obra e que intencionou copiá-la) e solidária (ou seja, todos os envolvidos no plágio, incluindo o editor, e não apenas o plagiador, podem ser responsabilizados e chamados a indenizar o autor plagiado). A lei 9.279/1996 determina que o plagiador (e, solidariamente, seu editor) perderá em favor do autor plagiado todos os volumes impressos que contenham plágio, ou que os mesmos serão destruídos, acrescentando que, não se sabendo quantos volumes foram impressos, deve-se estimar uma tiragem de 3.000 exemplares. [...] Essa indenização, que diz respeito aos aspectos patrimoniais do direito do autor plagiado, não exclui a indenização por danos morais e a responsabilização criminal, decorrentes, ambas, dos direitos morais do autor.

Ao plagiado compete demandar as providências reparatórias cabíveis, tanto no âmbito administrativo, quanto civil e penal. Na esfera administrativa, o plagiador pode até mesmo ter seu título acadêmico anulado pela instituição ao qual seja vinculado. No âmbito civil, o plagiador pode ser demandado a indenizar o plagiado, por dano moral e material, bem como ser obrigado a corrigir a obra plagiada ou até mesmo

12 No direito brasileiro, autor é a pessoa física criadora de obra literária, artística ou científica, conforme define o artigo 11, da Lei n. 9.610/98.

13 Art. 46, III, da Lei n. 9.610/98.

tê-la recolhida. Por sua vez, no campo criminal, o plagiador poderá sofrer sanção de natureza penal, cuja pena básica é de reclusão de três meses a um ano e multa.¹⁴

Configura-se o plágio em importante questão não somente de natureza jurídica, mas também de natureza ética, eis que discute a legitimidade da autoria e a noção do mínimo contributo para que uma obra possa ser entendida como original, inédita, sem o que inexistirá tutela jurídica possível pelo Direito Autoral. Em geral, plagiador e plagiado são os clássicos sujeitos do ato de plagiar. No plágio acadêmico, porém, além desses sujeitos, também se encontra atingida a própria comunidade acadêmica, eis que ameaça sua credibilidade em face da produção científica, problematizando-se questões éticas acerca do papel dos mecanismos de desenvolvimento, financiamento e difusão do conhecimento.

Ademais, o plágio acadêmico normalmente não é detectado pelo plagiado, mas antes pela comunidade acadêmica, eis que são os terceiros, os pesquisadores e os professores integrantes da comunidade acadêmica que, ao realizarem estudos, ao buscarem novas concepções e ideias detectam este tipo de plágio. Esta prática danosa atinge, além do pesquisador, seu grupo de pesquisa, a instituição à qual está vinculado e provoca impactos até mesmo na percepção pública da qualidade da pesquisa acadêmica. E, ampliando-se a percepção, ameaça até mesmo a integridade ética das pesquisas publicadas pelo conjunto de organizações acadêmicas perante a comunidade.

Entendido como ato complexo, há diversos tipos de plágio. Krokosz (2012, p. 41) indica as modalidades mais reconhecidas no âmbito acadêmico, a saber:

a) plágio direto: reprodução literal de um texto original sem indicação da fonte; b) plágio indireto: reprodução das ideias de uma fonte original com palavras diferentes da fonte original, mas sem identificá-la; c) plágio mosaico: reprodução de fragmentos de fontes diferentes que são misturados com palavras, conjunções, preposições para que

14 Código Penal, art. 184.

o texto tenha sentido; d) plágio consentido: apresentação de trabalhos como sendo próprios, mas que na verdade foram cedidos por outros (amigos, parentes, , entre outros) ou comprados; e) plágio de chavão: reprodução de expressões, chavões ou frases de efeito elaboradas por outros autores; f) plágio de fontes: reprodução das citações apresentadas em outros trabalhos, porém a fonte não foi consultada pelo relatos.

Seja qual for a modalidade, o plágio é sempre considerado gravemente danoso, sendo, por isto mesmo, tipificado no Código Penal (BRASIL, 2017) como ato criminoso¹⁵, demandando-se responsabilização civil e penal dos diversos sujeitos eventualmente envolvidos, tais como editores, revisores, pesquisadores, professores, estudantes e instituições. Além disto, desenvolveram-se *softwares* de detecção de plágio¹⁶, levando-se em conta a banalização de sua prática no meio acadêmico.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) recomenda que as Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, públicas e privadas, adotem políticas de conscientização e informação sobre os direitos autorais e a propriedade intelectual, adotando procedimentos específicos que busquem impedir a prática do plágio quando da redação de artigos, monografias, dissertações, teses e outros trabalhos acadêmicos desenvolvidos por membros de suas comunidades.

As aproximações: o autoplágio como modalidade de plágio

Autoplágio configura-se em neologismo, não tendo sequer um conceito comumente dicionarizado, salvo em dicionários *on line*, como, por exemplo, o Dicionário Infopédia¹⁷, o qual

15 No Brasil, o plágio configura violação aos direitos de autor e aos direitos conexos previstos no artigo 184, do Código Penal: “Violar direito de autor e os que lhe são conexos”. Pena: detenção, de 3 meses a 1 ano, ou multa.

16 São exemplos de softwares de detecção de plágio: Tumitin, iThenticate, Plagiarism Detect, Plagius, Ephorus, Jplag, Farejador de Plágio, DOC Cop.

17 *Autoplágio* in Dicionário infopédia da Língua Portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2018. [consult. 2018-12-21 18:52:52]. Disponível

designa autoplágio como “apresentação, por parte de um autor, de obra ou trecho de obra (literária, técnica, científica, musical, etc.), já por si publicada, como se fosse original e sem fazer referência explícita à publicação anterior”.

Gimenez *et al.* (2014, p. 1) explicam que “a palavra autoplágio é um oximoro, isto é, a união de termos contraditórios, pois significa plagiar a si mesmo”. No âmbito acadêmico – científico, autoplágio “[...] consiste na apresentação total ou parcial de textos já publicados pelo mesmo autor, sem as devidas referências aos trabalhos anteriores”, na definição adotada pelo CNPq (2011, p. 4). Neste caso, não há reprodução, cópia ou imitação fraudulentas do trabalho alheio, usurpando-se propriedade intelectual ou em violação de direitos autorais de outrem. Não há prejuízo direto ao plagiado, pois não há apropriação de autoria, o que configura realmente paradoxal o termo autoplágio. Volpato (2017, p. 3) indica como possíveis motivos que conduzem ao autoplágio:

A convicção de que porque foi você quem escreveu, então é seu e pode copiar à vontade; a crença de que é desnecessário descrever com outras palavras um procedimento metodológico que você já escreveu, se ele será sempre o mesmo; o desconhecimento sobre direitos autorais, que muitas vezes são passados à editora e, portanto, aquele texto já não mais lhe pertence; [...].

Movido, portanto, por este sentimento de assenhoreamento de sua própria obra, o pesquisador considera legítimo enviar o mesmo trabalho para diversos periódicos (publicação duplicada ou redundante); copiar parte de sua dissertação ou tese em artigos publicados; fracionar a pesquisa em diversos artigos e os publicar separadamente, sem relevante justificativa, e apenas para garantir publicações múltiplas, também conhecidas como publicações “salame” (fatiadas); artificializar a atualização de trabalhos anteriormente publicados, acrescentando-lhes novos elementos e dados para indicar uma aparência de

na Internet: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/autoplágio>.

atualidade ao texto, porém, repete resultados já discutidos em trabalho anterior; utilizar partes de trabalhos anteriores, apenas reciclando-os (reciclagem de texto). Em todas estas práticas supramencionadas, configurado está o autoplágio, conforme exemplifica Gimenez *et al.* (2014).

O CNPq (2011) considera o autoplágio, juntamente com a *fabricação de resultados*, a *falsificação* e o *plágio*, como modalidades de fraude ou más condutas em publicações. Justifica o CNPq que estas práticas, incluindo-se o autoplágio, podem contaminar os processos de concessão de auxílios financeiros, favorecendo indevidamente projetos autoplagiados em detrimento daqueles que efetivamente são capazes de produzir avanços do conhecimento.

Ao rerepresentar a própria pesquisa ou republicar trabalhos acadêmicos como algo novo, evidencia-se que esta prática de autoplágio frustra as expectativas de ineditismo, de originalidade e de contribuição inovadora que se costuma esperar de uma pesquisa científica e de um trabalho acadêmico, os quais devem gerar processos de avanço confiável de conhecimento. Ademais, ao republicar um mesmo artigo em mais de um meio de disseminação científica, tais como em anais de congressos, em periódicos científicos e na forma de capítulo em coletâneas, por exemplo, às vezes com poucas ou nenhuma alteração, o autoplagiador busca potencializar artificialmente sua performance acadêmica, considerando-se a política cientométrica e bibliométrica consagrada pela CAPES, a qual avalia a produtividade de seus cientistas e pesquisadores pela quantidade de publicações/citações e não por suas qualidades, valorizando-se o “*Homo Lattes*”, expressão criada para caracterizar o “Homem Currículo”, espelho de um sistema “taylorista” de produção acadêmica (MORAIS, 2015).

Nessa perspectiva, Culebras *et al.* (2009) consideram que o autoplágio provoca sérias consequências no âmbito acadêmico, tais como: a) transgressão da realidade, pois os leitores acreditam que estão diante de um novo estudo que

apresenta informações inéditas, originais; b) provoca danos na reputação do periódico científico, por distorcer o seu objetivo principal de divulgar estudos originais; c) ocupa o tempo de revisores, editores, leitores e de todos os envolvidos com a produção do periódico; d) ocupa um lugar nos periódicos que poderiam ser destinados a artigos inovadores; e) dificulta o processo de investigação por parte dos pesquisadores; e confunde o processo de comunicação científica.

O CNPq, ao divulgar seu Relatório da Comissão de Integridade de Pesquisa, indicou as diretrizes de boas práticas em produção científica a serem seguidas em face de qualquer das modalidades de autoplágio:

[...] 5: Quando se submete um manuscrito para publicação contendo informações, conclusões ou dados que já foram disseminados de forma significativa (p.ex. apresentado em conferência, divulgado na internet), o autor deve indicar claramente aos editores e leitores a existência da divulgação prévia da informação.

6: Se os resultados de um estudo único complexo podem ser apresentados como um todo coesivo, não é considerado ético que eles sejam fragmentados em manuscritos individuais.

7: Para evitar qualquer caracterização de autoplágio, o uso de textos e trabalhos anteriores do próprio autor deve ser assinalado, com as devidas referências e citações. (CNPq, 2011, p. 4-5)

Infere-se, portanto, das considerações referenciadas, que a prática do autoplágio configura má conduta científica, desonestidade intelectual, uma fraude deliberada, um ilícito ético inaceitável que, embora não tipificado como crime, deve ser igualmente repudiado, sistematicamente reprovado e conseqüentemente, punido, pois sua prática configura modalidade aproximada do plágio.

Os distanciamentos: o autoplágio não deve ser considerado modalidade de plágio

Conforme supramencionado, plagiar significa apresentar como seu, trabalho intelectual de outrem. É imitar obra alheia. Expor como se fosse de sua própria autoria trabalho que foi criado e/ou desenvolvido por outrem. Relaciona-se a imitar, reproduzir, copiar fraudulentamente, configurando-se grave violação de direitos autorais e de propriedade intelectual de outra pessoa. Plagiar é ato criminoso e antiético, repudiante conduta acadêmica.

No autoplágio, por sua vez, não há reprodução, cópia ou imitação fraudulentas do trabalho alheio, e, portanto, não há usurpação de propriedade intelectual ou violação de direitos autorais. Não configura ilícito autoral, nem se encontra tipificado na legislação penal. Parece inclusive acertado afirmar que o autoplágio é inexistente no campo jurídico. Não há prejuízo direto ao plagiado, simplesmente porque não há plagiado, ou seja, não há outra pessoa a sofrer eventuais danos decorrentes. Zanini (2017, p. 6), assumindo o discurso normativo como parâmetro conceitual, recusa a aproximação do autoplágio ao plágio:

De qualquer maneira, não nos parece adequada a terminologia utilizada, pois o autoplágio não pode sequer ser considerado como uma espécie de plágio, haja vista que, como foi visto, o plágio pressupõe violação do direito de paternidade do autor, não sendo concebível que um criador viole o próprio direito.

Nesta perspectiva, não parece convincente caracterizar o autoplágio como modalidade de plágio. Moraes (2015, p. 565) faz interessante comparação: “Autoplágio” não deve ser considerado um tipo de plágio, assim como o suicídio não é um tipo de homicídio. São coisas distintas”. Spinak (2013, p. 1) também provoca: “Mas ... é possível um autor “plagiar” a si mesmo? Isso soa absurdo, é como se uma pessoa entrasse em sua casa pela janela e fosse acusado de roubar sua própria

casa”. Ademais, nossa Constituição Federal de 1988 assegura aos pesquisadores o direito de uso e reprodução de seus trabalhos acadêmicos (BRASIL, 1988).

Spinak (2013) entende que a prática de autoplágio não configura necessariamente má conduta científica e não é invariavelmente antiética. Considera aceitável que se disponha de uma pesquisa já concluída e a ela se acrescente novos dados que colaborem para reexaminar as hipóteses, estender a reflexão e conclusões, afinal, assevera, é assim que a ciência funciona, ou seja, com novos elementos e dados, as hipóteses e conclusões podem ser reexaminadas. Orlandi (2001, p. 95), em reflexão sobre os movimentos discursivos considera que “ao longo de toda uma vida não é talvez senão o mesmo texto que trabalhamos incessantemente, acrescentando, transformando, repetindo, à busca de sua forma mais acabada”.

Moraes (2015) também confirma a possibilidade de reuso não reprovável do autoplágio, exemplificando com a situação em que se aproveita a pesquisa de mestrado para se construir a de doutorado, na qual se aprofundará o estudo anterior e se desenvolverá um novo contributo científico.

Samuelson (1994), defensora do fair use¹⁸, também indica possibilidades de uso aceitável e justificado do autoplágio, especialmente quando o trabalho anterior se constitui em base para uma nova contribuição, ampliada para ser apresentada no segundo trabalho. Para o autor, as partes substanciais do trabalho prévio devem ser repetidas para explicar as novas evidências ou defender novos argumentos, em especial quando se escreve para um público diferente, em lugares diferentes, sendo necessário tornar compreensível a mensagem antes publicada.

18 “uso justo” em tradução livre.

Samuelson (1994) cita, por exemplo, um artigo publicado em um periódico de biotecnologia, em seguida, publicado em um periódico de economia, o autor considera que o que ele disse da última vez está tão bem explicado, que não faz sentido colocá-lo de outra forma na segunda publicação

Ainda de acordo com Samuelson (1994), até 30% (trinta por cento) de autoplágio seria aceitável. Bretag e Mahmud (2009), por sua vez, entendem ser aceitável o reuso de até 10% de trabalhos anteriores. Kravitz e Feldman (2010), no entanto, em pesquisas informais, apuraram diferentes opiniões sobre o percentual de reuso (entre 10 e 30%), considerando-se que o estudo publicado pode apresentar fundamentos para uma nova argumentação e aperfeiçoamento da pesquisa original. Roig (2010) indica a necessidade de desenvolvimento de um patamar mínimo de inovação em relação ao texto anterior, devendo o autoplágio não ultrapassar 20 ou 30% do novo trabalho, sugerindo, inclusive, que este patamar conste no regramento dos periódicos, explicitamente.

Observa-se, portanto, evidentes possibilidades de aceitação da prática de autoplágio, especialmente se vier acompanhado de novos elementos que indiquem inovação, ainda que mínima, no novo trabalho publicado. Destaque-se que não se deve confundir o autoplágio com autocitação, pois naquele o reuso do trabalho acadêmico ocorre sem nenhuma referência à publicação original. A autocitação não configura desonestidade, nem má conduta acadêmica. Trata-se de ato aceitável, sobretudo se não sequestra a essência do “novo” trabalho. Moraes (2015, p. 571), referindo-se à originalidade desejada de uma obra, explica:

Obra original é a que não se confunde com outra preexistente, ou seja, que contém um mínimo de pessoalidade, identidade própria, marca pessoal. Obra original é aquela singular, inconfundível, distinta das demais. Obra inédita é aquela que não haja sido objeto de publicação.

Nesta perspectiva, a presença de autocitações, sem excessos, não implica, necessariamente, na desconfiguração da originalidade ou do ineditismo do novo trabalho. O autoplágio, portanto, não se caracteriza como modalidade de plágio, nem deve receber o mesmo tratamento deste. Igualmente, não parece adequado que o autoplágio deva ser satanizado, considerado *a priori* repulsivo. Rotular alguém de autoplagiador contumaz, trapaceiro, antes de devida análise, consiste em grave equívoco, passível, inclusive, de gerar dano moral.

Concluindo, autoplágio não é plágio, pode ser reprovável, mas também tolerável

A banalização do plágio, especialmente no campo científico continua, cada vez mais, a desafiar, especialmente, toda a comunidade acadêmica. O enfrentamento deste desafio exige a mobilização de um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes capazes de prevenir, detectar, corrigir e penalizar esta prática tão danosa, devendo-se as instituições de pesquisa intensificar e aperfeiçoar suas políticas de conscientização e informação sobre os direitos autorais e a propriedade intelectual, adotando-se procedimentos específicos que busquem impedir a prática do plágio quando da redação de artigos, monografias, dissertações, teses e outros trabalhos acadêmicos desenvolvidos por membros de suas comunidades.

Entretanto, evidencia-se que as questões que envolvem o autoplágio são controversas, seja quando submetidas aos discursos normativos, seja quando implicam questões éticas. De um lado, autoplágio parece não se enquadrar dentre as tipologias de plágio, nem ser tipificado como ato criminoso, porém, academicamente, deve ser reconhecido como má conduta científica, portanto, prática repulsiva e condenável, especialmente quando caracteriza desonestidade intelectual que

objetiva fomentar artificialmente uma performance acadêmica, valendo-se do criticado sistema de avaliação meramente quantitativa da atividade científica brasileira.

Por outro lado, não se deve tratar o autoplágio com excessivo rigor, sempre pressupondo fraude, eis que é perfeitamente aceitável que o pesquisador/autor possa reescrever ou reutilizar trechos de trabalhos já escritos anteriormente sob novo olhar, objetivando nova contribuição. Infere-se, finalmente, que a temática do autoplágio requer novas e aprofundadas reflexões, ampliando-se os debates, especialmente no campo acadêmico, inclusive sobre seus eventuais efeitos, fomentando-se o aperfeiçoamento dos mecanismos de integridade científica, sem cerceamento indevido da criatividade acadêmica e da liberdade de expressão.

Referências

ASCENSÃO, J. O. **Direito Autoral**. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 1998.

BOURDIEU, P. **O campo científico**. In: ORTIZ, R. (org.). BOURDIEU, P. São Paulo: Ática, 1983.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 04 dez. 2017.

BRASIL. **Código Penal**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm. Acesso em: 04 dez. de 2017.

BRETAG, T.; MAHMUD, S. **Self-plagiarism or appropriate textual re-use?** *Journal of Academic Ethics*, v. 7, n. 3, p. 193-205, 2009.

CHAVES, A. Plágio. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, ano 20, n. 77, p. 403-424, jan./mar. 1983.

CAPES. CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES. **Painel de informações quantitativas**. Disponível em: <http://analisevisual.capes.gov.br/SASVisualAnalyticsViewer>. Acesso em: 04 dez. de 2017.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. (2011). **Ética e integridade na prática científica: relatório da comissão de integridade de pesquisa do CNPq**. Disponível em: http://www.memoria.cnpq.br/normas/lei_po_085_11.htm. Acesso em: 04 dez. de 2017.

CHOUSOS, G. P., KALANTARIDOU, S. N., MARGIORIS, A. N. & GRAVANIS, A. **The 'self-plagiarism' oxymoron: can one steal from oneself?** European Journal of Clinical Investigation. 2012. Disponível em: http://www.researchgate.net/profile/Achilleas_Gravanis/publication/221769632_The_%27selfplagiarism%27_oxymoron_can_one_steal_from_oneself/links/00b7d531da295c386e000000.pdf. Acesso em: 11 abr. 2015.

CULEBRAS, J. M., LORENZO, A. G. & SANZ-VALERO, J. **Reflexiones en torno a los conflictos éticos de la literatura científica: la publicación repetitiva, duplicada o redundante**. Nutr Hosp., 24(4), p. 375-377. Disponível em; <http://scielo.isciii.es/pdf/nh/v24n4/editorial.pdf>. Acesso em: 09 mar 2015.

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/>. Acesso: em 04 dez. de 2017.

FERREIRA, M. B.; DOS ANJOS, M. **Minidicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FRAGOSO, J. H. R. **Direito Autoral: Da Antiguidade à Internet**. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Código de boas práticas científicas**. 2014. Disponível em: <http://www.fapesp.br/boaspraticas/>

codigo_050911.pdf. Acesso em: 02 dez. de 2018.

GALUPPO, M. C. **Plágio e acusação de plágio: aspectos jurídicos.** Disponível em: www.sbpcnet.org.br/livro/63ra/resumos/PDFs/arq_1400_404.pdf. Anais da 63ª Reunião Anual da SBPC – Goiânia, GO – julho/2011. Acesso em: 05 dez. de 2018.

GIMENEZ, A. M. N.; GIMENEZ, C.; BORTULUCHE, V. B. **O direito do autor e o autoplágio: entre o lícito, ilícito e o antiético.** Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/38311/>. Acesso em: 05 dez. de 2017.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. Disponível em: <http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm?verbete=plagio&stype=k&x=20&y=5>. Acesso em: 15 de abr. de 2011.

KRAVITZ, R. L.; FELDMAN, M. D. From the editors' desk: self-plagiarism and other editorial crimes and misdemeanors. **Journal of general internal medicine**, v. 26, n. 1, p. 1, 2011.

KROKOSCZ, M. Abordagens sobre o plágio nas melhores universidades dos cinco continentes e do Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 48, p. 745-768, set./dez. 2011.

_____. **Autoria e Plágio: um guia para estudantes, professores, pesquisadores e editores.** São Paulo: Atlas, 2012.

MORAES, R. **Autoplágio e o mito de Sísifo: é possível repetição criativa no universo acadêmico-jurídico? In: Estudos de Direito Intelectual em homenagem ao Prof. Dr. José de Oliveira Ascensão. 50 anos de vida universitária.** Coord. Dário Moura Vicente. [et al.] Coimbra: Edições Almedina, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Disponível em <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>.

ORLANDI, E. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos.** Campinas (SP): Editora Pontes, 2001.

ROCHA, D. **Direito de autor.** São Paulo: Irmãos Vitale, 2001.

SAMUELSON, P. **Self-plagiarism or fair use?** *Communications of the ACM*, v. 37, n. 8, p. 21-5, 1994. Disponível em: <http://people.ischool.berkeley.edu/~pam/papers/SelfPlagiarism.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2018.

ROIG, M. **Recycling portions of text from the same author/s previously published papers in psychology: An exploratory study.** Paper presented at the second Office of Research Integrity's conference on Research Integrity, Bethesda, MD. November, 2002.

SPINAK, E. **Ética editorial e o problema do autoplágio** [online]. SciELO em Perspectiva, 2013. Disponível em: <http://blog.scielo.org/blog/2013/11/11/etica-editorial-e-o-problema-do-autoplágio/>. Acesso em: 07 dez. 2017.

VOLPATO, G. L. **Plágio e Autoplágio: um desafio simples para as mentes científicas.** Arquivo em Movimento, v. 13, n. 1, p. 1-4, jan./jun. 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/casa/Downloads/10997-29092-1-PB.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2017.

VILAÇA, M. M. **Más condutas científicas: uma abordagem crítica comparativa para in-formar uma reflexão sobre o tema.** *Revista Brasileira de Educação*, v. 20, n. 60, p. 245-269, jan./mar. 2015.

ZANINI, L. E. A. **Notas sobre o plágio e a contrafação.** *Revista de Doutrina da 4ª Região, Porto Alegre*, n.81, dez. 2017. Disponível em: <http://revistadoutrina.trf4.jus.br/edicao081>. Acesso em: 13 dez. 2018.

LEGITIMAR A AUTORIA DA ESCRITA A PARTIR DA PRODUÇÃO DOS SABERES DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR

Mariângela Santana Guimarães Santos

Solange Santana Guimarães Morais

DOI: 10.29327/5148818.1-10

Sabendo-se que a educação é o meio que conduz o cidadão ao processo civilizatório, percebe-se cada vez mais que ela é necessária no mundo contemporâneo, mesmo apresentando-se com muitos desafios. São vários os problemas enfrentados pela humanidade, tais como: violência ambiental, falta de emprego, injustiças, fome, miséria, falta de estrutura educacional entre outros.

O século começou exaltando a mídia e a preparação do jovem para o mundo do trabalho, o que prenuncia uma série de exigências. Inicialmente é preciso se analisar essas exigências, pois o choque de cultura (grupos sociais diferenciados - econômico, cultural e intelectual) irá desencadear outras discussões, como por exemplo, a função da universidade em relação ao conhecimento e formação desse jovem e a promoção do ensino da pesquisa e todas as formas de compreensão do conhecimento. Bombassaro (1992, p. 18) perspectiva que:

[...] o conhecimento, deve-se ter presente, em primeiro lugar, que ele é uma atividade intelectual na qual o homem procura compreender e explicar o mundo que o constitui e o cerca. Enquanto atividade intelectual, o conhecimento consiste num processo efetivo de radicação do homem no mundo [...]. O conhecimento não pode ser, ele mesmo, compreendido somente como resultado de operações mentais, nem pode ser explicado somente a partir de uma análise lógico-semântica. Em segundo lugar, além de ser uma atividade intelectual, o conhecimento é também o resultado concreto desta atividade, um conjunto

de enunciados, sistematizados ou não, que o homem produz e do qual necessita, não só para comunicar-se, mas também para sobreviver.

Diante do exposto, fica a certeza de que o modo de se conceber o conhecimento, segundo o autor, não é somente como algo que irá validar a existência da verdade, mas é uma ação que se constitui do resultado da interpretação do homem no plano individual e coletivo frente a realidade a qual se apresenta.

A priori, o envolvimento do homem nessa construção do conhecimento ocorre pelo compromisso ético e responsável, importante na relação da produção da escrita. A investigação científica em tempo moderno vem cada vez mais exigindo comprometimento com a ciência, categoria necessária na universidade que se dá pelo ensino, extensão e a pesquisa.

A Universidade é uma das agências formadora de pesquisadores e profissionais que irão atuar nos mais diversos segmentos da sociedade. Cabe a preocupação no momento da orientação sobre tal discussão, precisa-se falar da responsabilidade pela produção escrita e oral, dar-se-á nome, cor e formato ao que se escreve e que é falado, nesse sentido, precisa ser legitimada a autoria.

A epistemologia marcante tem sido considerar o conhecimento exclusivamente do ponto de vista da racionalidade, deixando de se observar, também, a historicidade como base da formação humana, já que não podemos indagar somente pela possibilidade de considerar racionais os enunciados que o homem produz. Mas devemos ter claro, também, o horizonte sobre o qual o homem pode produzir os enunciados (BOMBASSARO,1992).

De qualquer forma se predizer que o conhecer é um processo pelo qual o homem compreende o mundo, na ação do conjunto de enunciados que se apresentam sistematizados, é perceber a presença da conjugação da racionalidade e historicidade no processo de formação do conhecimento.

Assim, a procura pelo conhecimento legitima a necessidade da universidade, enquanto território de rupturas, considerada espaço de problematização, questionamentos e desenvolvimento de práticas. Perceber o homem como um ser de alternâncias e capacidades de construir e produzir os saberes e o conhecimento para a superação dos problemas frente a diferentes realidades.

A universidade tem uma significância no momento de produzir os saberes. Esta representação é constatada nas práticas dos professores com sua política de intervir no cenário brasileiro, através de ações que priorize a pesquisa como caminho para a produção de saberes mais elaborados e significativos para o futuro profissional. Legitimar a autoria da escrita, este que precisa entre outras coisas, de encaminhamentos, para não só desempenhar o seu trabalho junto à sociedade, mas intervir, contribuir e fazer mudanças. Assim, como preconiza Campos (2007, p. 32): “a universidade, enquanto instituição social, deve enraizar-se capitalizando-se na tessitura das relações sociais.”.

Ao pensar a prática pedagógica como uma práxis social, legitimam-se as intenções de que os saberes são voláteis, relativos. Assumem valores ético-políticos, sendo percebidos em função dos interesses e valores daqueles que os produzem. A produção dos saberes potencializados nas práticas dos professores, impõem-se na forma como são estabelecidos na relação teoria-prática. Nessa perspectiva, Fiorentini (1998, p. 325) afirma,

[...] em relação aos saberes /conhecimentos docentes, os consideram essenciais e complexos principalmente quando se pensa a educação como práxis valorizam tanto os conhecimentos teóricos produzidos por teorias que recortam a realidade como aqueles saberes complexos produzidos reflexivamente pelo professor ao produzir o trabalho docente.

Para tanto, uma condição se impõe: que o professor numa perspectiva crítica reelabore tanto os conhecimentos teóricos como os práticos, pois não os são definitivos. Para fortalecer esta reflexão buscamos Carr e Kemmis (1988, p. 61) citado por Fiorentini (1998, p. 326) ao afirmarem:

Alguns de nossos “saberes” se desfizeram logo que começamos a considerá-los seriamente como guias da ação: outros resultaram modificados, melhorados através da análise e da verificação ativa. O saber do professor proporciona um ponto de partida para a reflexão crítica. Simplesmente, não pode dar-se por pronto ou sistematizado na teoria, nem tomar-se definitivo na prática. E isto não ocorre porque o saber do professor é menos exigente que o de outros, senão porque os atos educativos são atos sociais, e portanto reflexivos, historicamente localizados, e abstraídos de contextos intelectuais e sociais concretos. De tal forma que o saber acerca da educação há de mudar de acordo com as circunstâncias históricas, os contextos sociais e o diferente entendimento dos protagonistas frente ao que acontece durante o encontro educativo. Também é evidente que o saber de que dispomos dependerá em grande parte das situações históricas e sociais do caso.

Dessa forma, a primazia no trabalho docente aplica-se na potencialização de olhar os saberes pedagógicos como possibilidades de colaborar com a prática, principalmente se mobilizados a partir dos problemas que a prática aponta, considerando a dependência da teoria em relação à prática.

Consequentemente, podemos entender que a educação é um processo de humanização e, como tal, ocorre na sociedade humana com o propósito de tornar os indivíduos/alunos e profissionais participantes do processo civilizatório, responsável por levar adiante este projeto.

A educação, para tornar-se representativa socialmente, requer responsabilidade e autonomia por parte daqueles que mediatizam os saberes que buscam superar as interfaces do processo educacional, que não são poucos, mas precisam ser analisados e postos, talvez como referências para a produção de atitudes criadoras. Para contemplar essa fala, nos valem de Freire (1996, p. 58)

[...] na inconclusão do ser, que se sabe como tal, que se funda a educação como processo permanente. Mulheres e homens se tornaram educáveis na medida em que se reconheceram inacabados. Não foi a educação que fez mulheres e homens educáveis, mas a consciência de sua inconclusão é que gerou sua educabilidade.

Sem dúvida que a participação do professor neste projeto educacional, na construção de uma educação crítica revela mais do que uma necessidade teórica, mas também uma necessidade prática. Freire (1996, p. 22) é enfático quando afirma “A reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação teoria/prática sem a qual a teoria pode ir virando blábláblá e a prática, ativismo”.

A grande urgência em relação à análise da produção dos saberes é que a grande maioria dos docentes universitários pouco valorizam os aspectos didático-pedagógicos. Diante desta preocupação, buscou-se refletir sobre as produções que visivelmente contribuem para propiciar meios intelectuais para produção de conhecimento e, de certa forma, é otimizado a enveredar por este estudo, pois ao desencadear esta discussão buscar-se-ão os fundamentos nas concepções educacionais, considerando, que o fenômeno educacional na sua realização encontra-se situado histórico e socialmente.

Portanto, é ação complexa do fenômeno educacional que nos confronta e nos envolve nas relações sociais. Freire (1996) explícito que: o sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que se confirma como inquietação e curiosidade, como inconcluso em permanente movimento na História.

Participação docente na construção do conhecimento: aprender e ensinar

O docente que consegue compreender como se dá o processo de aprendizagem do aluno tem maior possibilidade de alcançar seus objetivos. Para que estes objetivos sejam contemplados, é importante que se faça uma adequação entre

os procedimentos de ensino e de aprendizagem, com vista a obtenção de respostas mais significativas. Aprender e ensinar constituem duas atividades bem próximas da experiência de qualquer ser humano. Aprendemos quando modificamos nossa forma de pensar, e ensinamos quando socializamos os nossos saberes.

Assim, pois, cada indivíduo enfrenta os desafios da própria sobrevivência, mas também há busca para o alcance da sua aprendizagem. Ao pensar dessa maneira, é oportuno se refletir sobre a prática do profissional que mediatiza este processo acontecer. Diante disso, o ensino passa a ser concebido como atividade comunicativa. De acordo com Teodoro (2005), ensina-se, quando há partilha, orientação ou informação. Ao sair do ambiente natural e partir para o ambiente formal em que se realiza a aprendizagem, é um momento oportuno em que se observa a importância que tem os profissionais dessa área. Teodoro (2005, p. 36) reafirma:

Quando a arte de ensinar se torna intencional, apresenta contornos de complexidade pelos contextos que marcam a relação, pelas motivações dos intervenientes, pelos conteúdos propostos, pelos códigos utilizados e pelas concepções que os agentes da interação têm da situação.

Sabe-se que o ensino na universidade apresenta características peculiares, posto que os objetivos, clientela e a natureza da relação pedagógica entre professor e alunos suscitam intenções à mudança de comportamentos e desenvolvimento de competências, habilidades e valores. Em virtude disso, ressalta-se, a relação entre ensino e pesquisa com vista a possibilidade de o aluno desenvolver a capacidade de investigar, de pensar com autonomia, de atuar de forma crítica e autônomo, diante das exigências da contemporaneidade (CHAVES, 2001).

Depreende-se das discussões em que categoriza as concepções que se formaram à volta do conceito de aprendizagem do ponto de vista de quem ensina (SOUSA 2005).

- a. Descrever o aprendiz como possuindo um cérebro vazio, a aprendizagem como transmissão de conhecimento. Cabe ao professor fornecer uma informação coerente de forma clara e progressiva. A avaliação encerra o ciclo e assegura o sucesso do modelo. O modelo não julga pertinentes nem os saberes já adquiridos nem a atividade do aprendiz.
- b. Parte dos mesmos pressupostos filosóficos de que o aprendiz é, à partida, uma tábula rasa, mas aposta no treino do aluno. No quadro das potencialidades biológicas, é possível ensinar tudo, mesmo as tarefas mais complexas, desde que compostas em outras mais simples. A educação é uma tecnologia. Exige-se do professor uma boa planificação e um programa de reforços; do aluno, exige-se que se sujeite ao plano.
- c. A terceira categoria engloba uma concepção que encerra o ciclo da discussão à volta dos postulados do empirismo e do racionalismo. Defende uma interação entre as estruturas do sujeito e o objeto de estudo; centra a sua atenção no sujeito, nos seus interesses, fomenta a autonomia e a livre expressão de ideias.

Para se refletir sobre a aprendizagem, recorreu-se às teorias sobre aprendizagem. A teoria do processamento da informação refere a três fases principais no processo da aprendizagem: a fase ligada à recepção da informação; a fase de tratamento e análise, realizada pela memória de curto prazo; a fase de armazenamento e evocação a informação ou elaboração de respostas, assegurada pela memória em longo prazo (SOUSA, 2005). Este estudo não tem a pretensão de explorar a fundo as questões sobre as zonas responsáveis pelo sistema de certos tipos de aprendizagens. Mas colaborar com alguns questionamentos que possibilitem compreender como se processa a aprendizagem.

O teórico da psicologia David Ausubel, explica sobre a aprendizagem significativa. Psicólogo da educação dos nossos tempos, Ausubel se preocupou com as aprendizagens propostas na sala de aula. Seu maior interesse foi na forma como o conhecimento está organizado na mente humana. Os conceitos pesquisados pelo autor: estrutura cognitiva e de aprendizagem significativa. Sobre a estrutura cognitiva a pessoa possui em dado momento uma organização estável e clara sobre um determinado assunto que traduz a capacidade que o aprendiz possui de lidar com a nova informação ou com novos conceitos. Sobre a aprendizagem significativa, o autor diz que é necessário que a informação fornecida, sob forma de conceitos ou de proposições se integre no que o aluno já sabe e possa ser expressa por símbolos ou por outras palavras. O autor ainda acrescenta que seu interesse por este tipo de aprendizagem é porque acontece por descoberta e por recepção e não aprendizagem por condicionamento (SOUSA, 2005).

O psicólogo Jerome Bruner é um dos representantes mais autênticos do movimento cognitivista. Com sua teoria de instrução afirma que, a finalidade de todo o ensino, é permitir que o aluno compreendesse a estrutura da matéria e possa relacionar de forma significativa com outros saberes que possui. Ele desenvolveu o conceito de prontidão, apresentando três os estágios de desenvolvimento: o da representação ativa, o da representação icônica e da representação simbólica (SOUSA, 2005).

O objetivo de apresentar neste estudo estas teorias é potencializar a importância do processo de aprendizagem na formação do indivíduo. Cabendo ao professor como mediador entre a comunidade, os saberes e o aluno, estabelecer relação e poder estruturar, organizar e integrar adequadamente à proposta pedagógica.

Diante do exposto, pode se afirmar que um “bom ensino”, há de propiciar o desenvolvimento de uma progressiva autonomia na aquisição de conhecimento e do desenvolvimento da reflexão crítica, resultando em mecanismos para o domínio dos conhecimentos no plano científico e profissional.

O ensino é uma atividade impossível de ser analisada separada da rede de significados em que se estabelecem as ações e perspectivas dos atores do processo educativo. Muitos docentes universitários, não conseguem fazer a interpenetração do ensino e da pesquisa, resultando em uma formação em que o aluno perde a dinâmica natural da atividade mental (pensamento, a descoberta, a curiosidade e a investigação). Ênfase dada a uma prática tradicionalista em que os conceitos são transmitidos sem muita criatividade (FELDMAN, 2001).

Alógica que norteia os cursos de formação está na tessitura da condução e preparação do educador para desencadear ações que possibilitem uma intervenção na ordem social, prestando um serviço que o conduza a fortalecer um projeto social para a melhoria da qualidade de vida do cidadão.

Delineiam-se diante desta questão, algumas reflexões sobre a destinação dos cursos de licenciaturas, a produção dos saberes mobilizado e articulação das disciplinas específicas e formativas (profissional-educacional), as experiências e o conhecimento de que dispõem os professores diante de suas práticas.

Dentro desse quadro é preciso ressaltar que esses aspectos abordados anteriormente são relevantes para a proposta atual de formação docente. Em face ao destino que as licenciaturas estão tomando exige-se dos cursos de formação que rediscutem a sua proposta. É preciso compreender a dinamicidade entre as disciplinas específicas e as de cunho formativo (docência). Desse modo, a organização curricular, para permitir esse entrelaçamento, requer uma análise que, diante da proposta apresentada, contribuirá ou não, para o redirecionamento da formação.

Obviamente, que a proposta esboçada está num projeto de emancipação, autonomia e crítica do processo de formação do professor. Embora sabendo que existem paradigmas que concorrem para o engessamento de práticas neutras e fechadas, correspondendo a uma visão desarticulada e fragmentada do processo de ensinar e aprender. Nessa perspectiva a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/96, Cap. IV. Art. 43 pontua acerca das finalidades principais da educação superior, destacando a necessidade de se estimular a formação de profissionais capazes de exercitar o espírito científico e o pensamento reflexivo (BRASIL, 1996).

Compreende-se, por esta razão, que para a docência não basta o pesquisador, cientista ser renomado. Para o domínio técnico-científico de sua área de atuação, exige-se que o docente tenha formação pedagógico-didática adequada às práticas educativas a que se dedica e ao trabalho coletivo que é realizado (MARQUES, 2000). Pressupõe-se, diante dessa colocação do autor, que ao docente do ensino superior faz-se necessário, além do exposto, o fim de práticas lineares em que é percebido um desgaste intelectual com pouco entusiasmo. Mas estabelecer uma postura de práticas voltadas para a pesquisa renovada com possibilidades de suscitar dúvidas, questionamentos e críticas, com vista a construção de uma linguagem autônoma.

Qualquer que seja a forma de aprender é um espaço-tempo partilhado com outras experiências e com outros homens. Então se aprende quando é oportunizado, é importante a predisposição para a relação pedagógica, aproveitando sobremaneira esses momentos. Não existem receitas para o desenvolvimento desse processo, mas há orientações de como mediar esta ação. Masetto (2003, p. 85) apresenta alguns indicativos para a congratulação da aula na universidade,

[...] esse espaço-tempo no qual os sujeitos de um processo de aprendizagem, aluno e professor, se encontram para realizarem essa interação como: estudar, ler, discutir e debater, ouvir, consultar e trabalhar na biblioteca, produzir trabalhos, participar de conferências,

congressos, fazer visitas, fazer entrevistas, solucionar dúvidas, orientar trabalhos de investigação e pesquisa, desenvolver diferentes formas de comunicação, realizar oficinas e trabalhos de campo.

Por isso, o conceito de aula universitária, Masetto (2003) tem um caráter transcendental, pois ultrapassa o espaço corriqueiro de acontecer, dessa forma tão necessário quanto a sala de aula para as produções, são os locais, os demais espaços em que se realizam as ações profissionais dos acadêmicos: escolas, empresas, fábricas, hospital, fórum, casa de detenção, postos de saúde, instituições públicas e privadas, centros de formação de idosos, centros de informática, faróis (biblioteca), congressos, simpósios nacionais e internacionais. Ensinar consiste em organizar atividades que favoreçam a aprendizagem e que estas atividades não sejam reduzidas a transmissão literal de informação. Para realçar esta afirmação, Perrenoud (2000) *apud* Soares (2001, p. 83) complementa:

Ensinar é atividade que exige esforço, disciplina e concentração, e mobiliza saberes específicos, sendo em parte planejada fora da classe, em parte improvisada frente à reação e às iniciativas dos alunos. Esse conjunto de atividade é denominado de currículo real.

Por meio desses mecanismos é importante ressaltar que a existência dos saberes implica pré-requisito importante para a contextualização do movimento de criação, realização e avaliação dos saberes produzido nas práticas pedagógicas docentes.

Com a visão de transformação da realidade, o desafio posto neste século é a mudança de paradigma. Busca-se evidenciar um novo foco de educação em que os postulados oferecidos nos espaços educacionais ofereçam situações em que os saberes mobilizados nas relações entre professor e aluno possam se aproximar da realidade, estabelecendo uma conexão com a vida, e que a adversidade seja respeitada.

Para ratificar essa afirmação, buscou-se, no Relatório Internacional da UNESCO para Educação do Século XXI, apresentado por Delors (1998), os quatro pilares para aprendizagem: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser. Estes pilares corroboram para a proposta da Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação, que tem como princípio básico a visão integral da pessoa em todas as dimensões humanas. De acordo com a análise de Beherns (2006) se dá pelo aprender a conhecer, aprender fazer e o aprender a conviver aprender a ser essa análise possibilita a compreensão do processo, importante para valorizar a educação voltada para estes princípios, ao considerar a aprendizagem como elemento fundamental na apropriação do conhecimento. Por isso, a universidade precisa formar cidadãos para agir com responsabilidade social e intervir na sociedade com compromisso e ética, ao mesmo tempo em que aprende ensina essa construção dinâmica faz –se necessária na formação do profissional, pois ele será o mediador dessa transformação que acontece pela intervenção no mundo.

É necessário afirmar que a possibilidade de desenvolvimento e maior igualdade social às vezes ficam só no discurso de programas de políticas e outros que mascaram as reais condições em que acontece a educação escolar. Poderia ser diferente, pois as pesquisas, os estudos e todos que militam na educação sem utopias visam a um ensino pautado num projeto mais amplo, em que todos sejam envolvidos no processo educacional.

Diante disto, a educação pode ser assim apresentada como um desafio a todos os envolvidos, desde o ensino infantil e fundamental, ao ensino superior. Ao seu tempo a educação é talvez o caminho para uma sociedade onde o bem-estar social seja reconhecido e as agências formadoras consigam se emanciparem na produção de novos conhecimentos com ética, responsabilidade, respeitando a ciência como instrumento de mudança e melhoria social.

Conclusão

A importância da discussão em torno do processo educacional torna-se necessária e urgente, pois ainda é perceptível os distanciamentos entre o que se estuda nos cursos de formação e as reais condições de ensino nas escolas públicas. Desse modo, é salutar o envolvimento da universidade no que tange a participação de novos docentes em experiências nas quais podem trocar conhecimentos, saberes, para que compreenda que ainda existem desigualdades sociais nas instituições, na sociedade, mas que precisam ser combatidas.

Dito isso, e, ainda, ressaltando a participação de alunos nesse processo de formação, chamou-se a atenção para a produção acadêmica de textos científicos. O cuidado com a escrita, a pesquisa, é algo de importante relevância pois, o discente exercitará o conhecimento acumulado a partir dos diálogos com os teóricos.

Neste sentido, o artigo cumpre o seu objetivo de trazer para a academia assunto que parece, em alguns momentos, sem espaço para reflexões, porém, atualizado e ainda com muitos percalços.

Referências

BEHRENS, M. A. **Formação continuada de professores e a prática pedagógica**. Curitiba: Champagnat, 2006.

BOMBASSARO, L. C. **As fronteiras da epistemologia: uma introdução ao problema da racionalidade e da historicidade do conhecimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

BRZEZINSKI, I. **LDB Interpretada: diversos olhares se entrecruzam**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CAMPOS, C. M. **Saberes docentes e autonomia dos professores**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CHAVES, S. M. **A avaliação de aprendizagem no ensino**

superior. *In*: MOROSINI, M. C. (org.). **Professores do ensino superior: identidade, docência e formação**. 2. ed. ampl. Brasília: Plano, 2001.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez, 1998.

FIORENTI, D.; SOUZA, A. J.; MELO, G. F. A. Saberes docentes: um desafio para acadêmicos e práticos. *In*: GERALDI, C. M. G.; FIORENTINI, D.; PÉREIRA, E. M. (org.). **Cartografias do trabalho docente: professor(a)-pesquisador(a)**. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

FELDMAN, D. **Ajudar a ensinar: relações entre didática e ensino**. São Paulo: Artmed, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MARQUES, M. O. **Formação do profissional da educação**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000.

MASETTO, M. T. **Competências Pedagógicas do Professor Universitário**. São Paulo: Summus, 2003.

PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas Sul, 2000.

SOUSA, O. C. Aprender e ensinar significado e mediações. *In*: TEODORO, A.; VASCONCELOS, M. L. (org.). **Ensinar e aprender no ensino superior**. 2. ed. São Paulo: Editora Mackenzie; Cortez, 2005. p. 35-59.

SOBRE OS/AS AUTORES/AS

ALCI MARCUS RIBEIRO BORGES

alcimrborges@gmail.com

Doutor em Educação (UFPI). Mestre em Educação (UFPI). Especialista em Educação e Direitos Humanos. Especialista em Infância e Violência Doméstica. Graduado em Direito (UFPI). Professor da Escola Superior de Magistratura do Piauí. Tem experiência na área de Educação e Direito, com ênfase em Educação em Direitos Humanos, Direito Civil e Processo Civil. Membro do Conselho de Altos Estudos em Educação, da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos e da Associação Nacional de Direitos Humanos, Pesquisa e Pós-Graduação (ANDHEP).

AIRAN CELINA SEPÚLVEDA DOS SANTOS ROCHA DE ABREU

airandeabreu@gmail.com

Doutoranda em Educação (UFPI). Mestra em Educação (UFPI). Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional (ISEPRO). Especialista em Gestão Educacional e Educação Infantil (PROMINAS). Especialista em Ciências da Religião (PROMINAS). Graduada em Pedagogia (UESPI). Professora formadora da Rede de Ensino Municipal de Altos (PI). É membro do Núcleo de Pesquisa sobre Formação e Profissionalização em Pedagogia (NUPPED). Desenvolve pesquisas sobre Prática docente, Educação Infantil e Educação no Campo.

CARMEN LÚCIA DE OLIVEIRA CABRAL

carmencabral@ufpi.edu.br

Pós-Doutora (UNICAMP). Doutora em Educação (UFRN). Mestra em Educação (UFPI). Licenciada em Pedagogia e Filosofia (UFPI). Professora Titular da Universidade Federal do Piauí, atuando na Graduação no Curso de Licenciatura em Pedagogia e na Pós-

Graduação em Educação (PPGE) e no Mestrado Profissional em Ensino de Filosofia (PRO-FILO). Coordenadora adjunta do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Formação e Profissionalização Desenvolve estudos na área de Ciências Humanas - Educação e Filosofia, principalmente nos temas: formação de professores, práticas educativa, pedagógica e docente, saberes docente, pedagogia, epistemologia e pedagogia, ensino e filosofia.

ELIANA FREIRE DO NASCIMENTO

elianafreirenascimento@gmail.com

Doutora em Educação (UFPI). Mestre em Educação (UFPI). Especialista em Direito Público, Processo Civil e Docência Superior, além de outros cursos de formação continuada na área do Direito, da Docência e desenvolvimento pessoal e profissional. Bacharel em Direito e Licenciada em Pedagogia. Especialista em Gestão de Conflitos. Master Practitioner em PNL. Membro do NUPEDD (Núcleo de Pesquisa sobre Formação e Profissionalização em Pedagogia) da UFPI. Pesquisadora nas áreas do Direito, Mediação e Educação e Psicologia. Membro do Conselho Editorial da Editora Dinâmica Jurídica. Organizadora e autora de artigos e livros na área do Direito, Educação Especial, Educação Jurídica e Mediação de Conflitos. Graduanda do curso de Psicologia. Foi Coordenadora do Curso de Pedagogia e Coordenadora Pedagógica do CESVALE, em Teresina-PI. Atua como Mentora Acadêmica em nível de graduação, mestrado e doutorado.

KEYLA CRISTINA MACHADO

keylacrissmachado@ufpi.edu.br

Doutoranda em Educação (UFPI) Mestre em Educação (UFPI). Licenciada em Pedagogia (UESPI) Licenciada em Letras/Português (UESPI). Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional (Faculdade Santo Agostinho) Especialista em Tecnologia na Educação (PUC – RJ). Especialista em Mídias na Educação (UFPI). Membro do NUPEDD (Núcleo de Pesquisa sobre Formação e Profissionalização em Pedagogia) da UFPI. Atualmente atua como

professora da Licenciatura em Educação no Campo (UFPI).

LAUANDA SOARES GRANGEIRO

lauandagrangoiro@ufpi.edu.br

Mestranda em Educação (UFPI). Graduada em Letras/Português (UEMA) e em Pedagogia (UFPI). Especialista em Docência do Ensino Superior (UFPI). Membro do NUPEDD (Núcleo de Pesquisa sobre Formação e Profissionalização em Pedagogia) da UFPI. Tem experiência na área da Educação com pesquisas voltadas aos seguintes temas: leitura e formação de professores, práticas pedagógicas e prática docente. Tem experiência profissional na Educação Infantil e no Ensino Fundamental.

MARIA LEMOS DA COSTA

marialc08@yahoo.com.br

Doutora em Educação (UFPI). Mestra em Educação (UFPI). Graduada em Normal Superior (UESPI). Graduada em Pedagogia (Faculdade Latino-Americana de Educação – FLATED). Especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica (Faculdades Monte Negro - FAM). Professora Adjunta do Centro de Ciências da Educação do Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino da Universidade Federal do Piauí (CCE/DMTE/UFPI). Trabalhou como professora efetiva da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC) do município de Teresina no período de 2006 a 2017, também na Secretaria da Educação do Estado do Piauí (SEDUC-PI) no período de 2001 a 2017. Tem experiência na área de Educação como Coordenadora Pedagógica com ênfase no Ensino-Aprendizagem. É membro do NUPPED - Núcleo de Pesquisa sobre Formação e Profissionalização em Pedagogia (UFPI). Atuou como formadora do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) no período de 2014 a 2017.

MARIA RAQUEL BARROS LIMA

raquelgandhi@yahoo.com.br

Possui graduação em Letras - Espanhol pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI. Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Atualmente cursando doutorado em Educação pela UFPI. Possui experiência como professora substituta da Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Tem experiência e produção científica na área de Educação, com ênfase na Educação do Campo e Pedagogia da Alternância, Formação de Professores e Prática Educativa. Graduada em Pedagogia pela Faculdade Excelência - FLATED. Possui licenciatura em História pela Faculdade UNICESUMAR (EAD). Foi tutora a distância pela UESPI no curso - modalidade EAD - Licenciatura Letras/Espanhol. foi tutora no Curso de Formação Educadores/as da Pedagogia da Alternância - UFPI. Participou do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Formação e Profissionalização Docente em Pedagogia (NUPPED), atualmente é membro ativo do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Educação do Campo (NUPECAMPO) da UFPI. Especialista em Acupuntura. Atua também como terapeuta naturalista, massagista. Foi secretária executiva (2016 - 2019) da Associação Regional das Escolas Famílias Agrícolas do Piauí (AEFAPI).

MARIÂNGELA SANTANA GUIMARÃES SANTOS

mariangelasantana573@gmail.com

Doutora em História (UNISINOS – RS). Mestre em Educação (UFPI). Especialista em Ensino (UFPI). Graduada em Pedagogia (UFPI). Professora da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Professora da Educação Básica (Ensino Médio) da Rede Estadual do Maranhão. Tem experiência na área de Educação e Gestão Educacional. Desempenhou a função de Chefe do Departamento de Educação do CESC/UEMA. Foi membro do Conselho Superior da UEMA. Orienta trabalho em Graduações e Pós-Graduações. A linha de pesquisa está voltada a projetos educacionais: Prática Pedagógica, Formação de Professores, Docência Superior, Gestão Escolar, Estágio Supervisionado, História, Memória, Cidade e Patrimônio.

Pesquisadora do Grupo de Estudos em Literatura, Memória e Arte-GELMA(CNPq). Membro do Núcleo de Pesquisa em Literatura Maranhense- NUPLiM (CNPq). Vice Líder do Grupo de Pesquisa: Memória, História e Cultura - GPEMHC. Membro do Grupo de Pesquisa Interdisciplinaridades: Educação, Saúde e Sociedade.

ROSIMEYRE VIEIRA DA SILVA

rosimeyrevieira@ifpi.edu.br

Doutora em Educação (UFPI). Mestra em Educação (UFPI). Especialização em Docência do Ensino Superior (UESPI). Especialista em Supervisão Escolar (UESPI). Graduada em Pedagogia (UFPI). Experiência na área de Educação no Ensino Fundamental como professora e coordenadora pedagógica. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí-IFPI, Campus Piri-piri. É membro do NUPPED - Núcleo de Pesquisa sobre Formação e Profissionalização em Pedagogia da UFPI.

SOLANGE SANTANA GUIMARÃES MORAIS

sogemoraais@gmail.com

Doutora em Ciência da Literatura (UEMA/UFRJ). Mestra em Teoria da Literatura (UFPE), Especialista em Leitura e Produção de Texto (PUC/MG). Atualmente é Professora Adjunta II, 40h, Diretora dos Cursos de Letras do CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE CAXIAS(UEMA). Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Literatura, Teoria Literária, Literatura Comparada, Literatura Maranhense. Docente do Mestrado em Letras/UEMA. Coordenadora da Pós-Graduação em Ensino de Língua Portuguesa- CESC. Membro do Núcleo Estruturante do Curso de Letras do CESC/UEMA. Líder do Núcleo de Pesquisa em Literatura Maranhense-NuPLiM/CNPq - CESC/UEMA. Pesquisadora no Grupo de Estudos Literários Memória e Arte - GELMA/CNPq - CESC-UEMA. Membro do CEP (Conselho de Ética em Pesquisa) da UEMA. Editora-Chefe da Revista de Letras - Juçara, do Departamento de Letras do CESC-UEMA. Coordenadora da Liga Interdisciplinar dos Cursos de Letras-LICLE/CESC-UEMA.

TIAGO PEREIRA GOMES

ti-pg@hotmail.com

Doutorando e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Piauí. Especialista em Língua Brasileira de Sinais com Habilitação em Docência e Interpretação pela UNIFSA. Especialista em Gestão e Supervisão Escolar com Docência do Ensino Superior-IESM . Graduado em Pedagogia pela UNIFSA. Pesquisador do Núcleo de Estudos sobre Formação, Avaliação, Gestão e Currículo-NUFAGEC/UFPI e do Grupo de Pesquisa em Educação, Formação e Ensino para a diversidade- GPEFED/ICET/UFAM. Foi professor da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino de Teresina-PI (2011-2019). Coordenador Local do PARFOR/UESPI- Núcleo de José de Freitas-PI (2017-2019). Tem experiências como técnico em Educação na Rede Municipal e Privada de Ensino de José de Freitas-PI. Trabalhou como consultor e assessor pedagógico na Educação Básica. Atualmente é Professor Assistente do Instituto de Ciências e Tecnologias -ICET da Universidade Federal do Amazonas-UFAM. Tem experiência na área de Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Educação Básica e Superior. Formação de professores. Práticas: educativa, pedagógica e docente. Saberes e fazeres docentes. Avaliação, Gestão e Currículo. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8324-3723>

WALDIRENE PEREIRA ARAÚJO

waldirene.araujo@ifma.edu.br

Doutora em Educação (UFPI). Mestre em Educação (UFPI). Especialista em Alfabetização (PUC-MG), Graduada em Pedagogia (CESC-UEMA). Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, disciplina: Educação, em regime de Dedicção Exclusiva, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), Campus de Caxias. É membro do Núcleo de Pesquisa sobre Formação e Profissionalização em Pedagogia – NUPPED (UFPI) e do Grupo de Pesquisa Múltiplos Saberes e Produção das Diferenças na Contemporaneidade (GPMULTI), IFMA - Campus Caxias. Desenvolve estudos na área de educação, com ênfase na formação de professores, juventudes, cultura escolar e prática educativa.

ÍNDICE REMISSIVO

a

ABNT (2014) (Associação Brasileira de Notas Técnicas)

- orientações normativas, 19, 86, 88, 132, 133.
- Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação (ANPEd), 30 58, 60.

Autoplágio

- propriedade intelectual, 173, 176.
- crime, 8, 91, 93, 96, 100, 102-104, 106 124, 155,173

Autoria

- escrita autoral, 121-123, 139.
- perspectiva ética de autoria, 112.
- direito autoral, 15, 85, 95, 121, 132, 162, 165-170, 176.

b

Bianchetti (2002), 14, 74, 81.

Boas Condutas

- compromisso ético e moral, 16, 117.

Bordan e Biklen (1991), 38, 46, 47.

Both, Colomb e Williams (2000), 49.

Bombassaro (1992), 19.

Brasileiro (2013), 14, 34, 74, 86, 88.

Brito (2007), 14, 74, 75.

c

Conhecimento

- conhecimento científico, 23, 24, 44, 73, 74, 77, 78, 88, 121, 134, 137, 138, 140, 145, 147, 155.
- conhecimento crítico, 74.
- senso comum, 149.
- tecnológico, 31, 91, 93, 94, 112.

Culebras et al. (2009), 18, 172.

d

Diálogo crítico e criativo, 79, 87, 157.

Demo (2011), 51, 73, 79, 87.

e

Eco, Umberto (1995), 14, 74, 81, 82.

Educação

- campo educacional, 31.
- campo acadêmico, 167.

Escrita Acadêmica

- critério éticos, 16, 117, 118.
- escrita científica, 8, 14, 66, 73, 74, 77, 106.
- integridade na pesquisa, 7, 12, 17, 24, 31, 32, 54, 58, 62, 63, 65, 66, 68, 84, 152, 172, 177.
- leitura e escrita acadêmica, 26, 111, 112, 123, 127
- rigor científico, 82, 111, 122, 123, 133, 135, 137, 140

Ética

- atitude ética, 7, 44, 48, 49, 51, 153.
- concepção de ética, 48.
- escrita ética, 15, 92.
- ética na pesquisa em educação, 8, 106.
- leitura ética, 15.
- postura ética, 16, 101, 112.
- princípios éticos, 8, 29, 47, 48, 111, 145.
- princípios da responsabilidade, 62.
- relações éticas na pesquisa, 39, 44.

f

Fiorentini (1998), 19, 183.

Fischer (2005), 16, 122, 124-127.

Formação acadêmica

- consciência moral, 61.
- formação ética, 15, 67, 92.

Foucault, Michel (2001), 15, 111, 112, 116, 117.

Freire, Paulo (1978, 1987, 1996), 19, 56, 184, 185.

g

Gamboa (2012), 13, 38, 39, 40, 55, 113.

Gauthier (1998), 19.

Gatti e André (2013), 13, 38, 41, 43.

Jimenez et al. (2014), 18.

Girardello (2008), 16.

h

Hermam (2019), 49.

k

Krokosczyk (2012), 12, 13, 16, 17, 32, 35, 55, 60, 67, 122, 123, 124, 126, 128, 131, 133, 146, 151, 169.

l

Larrosa, Jorge B. (2004), 76.

Laraia (2011), 17, 151.

I

Instituição de fomento à pesquisa

- Fundação de Assistência a Pesquisa de São Paulo (FAPESP, 2014), 14, 18, 32, 51, 74, 84, 85, 123, 128, 137, 166.
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 18, 32, 65, 66, 170, 171, 172.
- internet e as tecnologias, 145, 146, 153, 154-157.

m

Machado (2008), 28, 35, 128.

Moraes (2015), 18, 174.

Moreira e Caleffe (2006), 13, 38, 40, 42, 43.

p

Palongana (2002), 12, 25, 35.

Pensamento

- pensar crítico e criativo, 28.
- pensamento e linguagem, 7, 12, 23-25.
- dimensão ética, 20, 146, 148.

Pesquisa

- estudo bibliográfico e documental, 38, 146.
- pesquisa qualitativa, 37-39, 43, 114.
- pesquisa em educação, 14, 23, 24, 28, 29, 40, 42, 59, 60.
- paradigma da pesquisa em educação, 41.

Plágio

- concepções, 14.
- caracterização, 18.
- modalidade, 18.
- Tipologias, 163, 176.
- desvio ético, 151.

Plágio Acadêmico

- más condutas na pesquisa, 12, 14, 32, 60, 62, 64, 65, 67, 74, 85, 162, 171, 174, 177,
- estratégias pedagógicas para inibir, 92.
- questão cultural, 156.

Pithan e Vidal (2003), 16, 122, 132, 152.

Pinto (1969), 16, 122.

Possenti (2002), 15, 117.

Produção Acadêmica

- limites e possibilidades, 14, 122, 130.

r

Ramos e Moraes (2021), 15, 92-94, 98, 100, 102.



As organizadoras e demais autores da obra souberam reunir temáticas que fazem parte das (pre)ocupações de extrema relevância para o mundo acadêmico. A articulação entre pensamento e linguagem, como desafio da produção científica na construção do conhecimento; o debate acerca da atitude ética do pesquisador, notadamente quando da realização de pesquisa qualitativa em educação; reflexões sobre integridade na produção científica; o debate sobre o plágio e o autoplágio que circundam o fazer acadêmico-científico; o desenrolar da escrita como arte que se aprende no cuidado cotidiano; a produção do texto acadêmico no contexto da pós-graduação stricto sensu; a legitimidade da autoria da escrita a partir da produção dos saberes docente no ensino superior.

